

This is a repository copy of *Nacionalismo, democracia e a direita europeia*.

White Rose Research Online URL for this paper:

<https://eprints.whiterose.ac.uk/214773/>

Version: Published Version

Book Section:

Halikiopoulou, Daphne orcid.org/0000-0003-1815-6882 (2024) *Nacionalismo, democracia e a direita europeia*. In: *Nacionalismo e democracia na Europa e no Brasil*. Fernando Henrique Cardoso Foundation , pp. 46-76.

Reuse

Items deposited in White Rose Research Online are protected by copyright, with all rights reserved unless indicated otherwise. They may be downloaded and/or printed for private study, or other acts as permitted by national copyright laws. The publisher or other rights holders may allow further reproduction and re-use of the full text version. This is indicated by the licence information on the White Rose Research Online record for the item.

Takedown

If you consider content in White Rose Research Online to be in breach of UK law, please notify us by emailing eprints@whiterose.ac.uk including the URL of the record and the reason for the withdrawal request.

Bernardo Sorj
Daniel Aarão Reis
Danilo Martuccelli
Daphne Halikiopoulou
Maria Celina D'Araujo
Michel Wieviorka

Organização:
Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Nacionalismo e democracia na Europa e no Brasil



F U N D A Ç Ã O

F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação Fernando Henrique Cardoso e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, dedicada ao fortalecimento das instituições e da cultura democrática na América Latina, através do debate pluralista de ideias sobre as transformações na sociedade e na política da região e do mundo.

Organização: Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Revisão: Alice Noujaim, Beatriz Kipnis e Isabel Penz

Projeto gráfico e diagramação: Lisia Lemes - Lilemes Comunicação

Copyright © Edições Plataforma Democrática
São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Nacionalismo e democracia na Europa e no Brasil [recurso eletrônico] / organização Bernardo Sorj, Sergio Fausto. – 1. ed. – São Paulo : Fundação FHC, 2024.
PDF.

Vários autores.

Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br>

ISBN: 978-65-87503-44-8

1. Brasil – Política. 2. Democracia. 3. Nacionalismo. 4. Europa – Política. 5. Democracia. 6. Nacionalismo. I. Sorj, Bernardo. II. Fausto, Sergio. III. Título.

CDU: 32:172.15

Jéssica Almeida – Bibliotecária – CRB-8/10593

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.

Sumário

Introdução ————— 04
Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Nação e democracia na América Latina ————— 09
Danilo Martuccelli

Nacionalismo, democracia e a direita europeia ————— 46
Daphne Halikiopoulou

A esquerda na Europa, a ideia de nação e os nacionalismos ————— 77
Michel Wieviorka

Nacionalismo de direita no Brasil ————— 103
Maria Celina D'Araujo

Esquerdas, nacionalismo e democracia no Brasil (séculos 20 e 21) ————— 129
Daniel Aarão Reis

Sociedade civil, democracia e nacionalismo ————— 171
Bernardo Sorj

Introdução

O nacionalismo não é parte integral do arsenal teórico que orientou as duas grandes ideologias políticas que marcaram a história contemporânea a partir da segunda metade do século 19, o liberalismo e o socialismo. O primeiro se concentrou na promoção das liberdades individuais e da economia de mercado e o segundo, em demandas de justiça social e no papel distributivo do Estado.

O tema do nacionalismo tampouco ocupa um lugar central nas diversas correntes e disciplinas das ciências sociais. As teorias sociais consideravam a nação como um dado quando falavam de “sociedades” ou “economias”, ignorando os efeitos políticos e socioculturais produzidos pela existência da nação, com suas particularidades, tanto no seu âmbito interno como no lugar por ela ocupado no sistema internacional. A persistência do nacionalismo como um fator mobilizador da vida política desafia os instrumentos analíticos das teorias sociais, que tenderam a enfatizar o papel dos indivíduos ou dos grupos no interior da sociedade, em particular em suas formas de estratificação social. Mais recentemente, o foco mudou para os processos de globalização e o surgimento de novos movimentos sociais relacionados à formação de identidades coletivas em torno de temas e causas sub e supranacionais (étnicas, raciais, religiosas, de gênero, e ambientais). A temática nacional persiste à margem.

Trata-se de uma situação paradoxal, já que o nacionalismo marcou profundamente o século 20, nas duas guerras mundiais, nas lutas anticoloniais e nos mais diversos conflitos geopolíticos, ressurgindo na atualidade com energia renovada.

Os Estados nacionais, que certamente são formados por grupos e classes sociais diversos e com interesses conflitivos, estão inseridos num sistema internacional que define suas posições relativas e os de-

safios que devem enfrentar como nações, afetando todos os grupos sociais que vivem no seu interior. Devemos reconhecer uma realidade incontornável: o Estado nacional e o nacionalismo são elementos centrais da história política da modernidade.

A despeito da lacuna na teoria, os movimentos políticos, seja à esquerda ou à direita do espectro político, na prática não podiam deixar de explicitar seus projetos de nação nem contornar a força mobilizadora do nacionalismo. No transcurso da história surgiram as mais diversas alianças e narrativas que, de forma explícita ou implícita, procuraram se apropriar do nacionalismo e das realidades do Estado-nação, a exemplo da social-democracia e da democracia-cristã na Europa. Isso ocorreu de forma ainda mais explícita no Brasil e nos outros países da América Latina, em todo o espectro político.

Nossa perspectiva, portanto, reconhece o nacionalismo como um componente da vida social que não pode ser ignorado. A questão que nos interessa neste livro são os usos do nacionalismo quando empregado para justificar ideologias autoritárias. Elas apresentam uma imagem da nação como um ente “puro” e homogêneo, seja em termos religiosos, culturais e/ou raciais, e definem como inimigos, sem legitimidade para participar na vida política, aqueles que não compartilham dessa visão. Em nome da nação, fragilizam ou destroem as instituições responsáveis por assegurar o pluralismo e as liberdades fundamentais.

Embora, na atualidade, os contextos nacionais europeus sejam variados, tanto quanto o brasileiro, todos eles são marcados por mudanças semelhantes no quadro político, em particular a fragmentação partidária e a ascensão de uma direita nacionalista com diferentes matizes autoritários. A expansão do nacionalismo xenófobo afeta os partidos políticos tradicionais. Enquanto a direita tradicional tende a imitar a extrema direita nacionalista, incorporando ao menos parte das bandeiras extremistas e correndo o risco de que o eleitorado prefira o original à cópia, a esquerda se divide em torno da formulação de uma agenda capaz de incluir os novos temas identitários e ambientais, distantes da tradição distributivista promovida pelos movimentos dos trabalhadores ao longo do século 20.

Os trabalhos aqui apresentados analisam os desafios que, na Europa e no Brasil, as forças tradicionais da esquerda e da direita, bem como as organizações da sociedade civil, enfrentam perante o recrudescimento do nacionalismo. Os autores procuram explicar quais são as fontes – socioeconômicas, políticas e culturais – que alimentam atualmente o discurso nacionalista e seus efeitos sobre o quadro partidário, e suas consequências para a qualidade das democracias. O objetivo é entender por que e como as instituições democráticas estão sendo colocadas em xeque pelo nacionalismo, e que respostas podem ser mobilizadas em defesa de uma visão do nacionalismo respeitosa dos valores democráticos.

O primeiro capítulo, de Danilo Martuccelli, apresenta um amplo panorama da história da ideia de nação na América Latina ao longo do século 20. Ele mostra a dinâmica contraditória de uma região profundamente desigual que, ao mesmo tempo, manteve como horizonte a expectativa de inclusão social, política e econômica do povo, a valorização da nação mestiça e a unidade em torno da língua e da religião. Nesse horizonte, apenas recentemente a ideia de inclusão passou a incorporar demandas democráticas liberais, associadas a uma visão da cidadania impactada pelas novas formas de individuação e pela agenda dos direitos humanos. Na realidade do século 21, se colocam novos desafios para a mobilização política, com a valorização da heterogeneidade de identidades, muitas vezes transnacionais, que questionam a visão da nação mestiça. Esses desafios colocam para o Estado a necessidade de arbitrar entre as várias demandas identitárias. Para o discurso político, o desafio é amalgamar setores sociais heterogêneos em torno de um projeto de nação integrada na economia global, num contexto de novas formas de comunicação e polarização.

Os quatro artigos seguintes analisam a situação e transformações da esquerda e da direita na Europa e no Brasil. O artigo de Daphne Haliopoulou apresenta um amplo panorama da extrema direita na Europa e suas relações com a centro-direita. A autora indica que o nacionalismo não é uma característica ideológica inerente à centro-direita, embora esta compartilhe com a extrema direita nacionalista, com a qual disputa o mesmo eleitorado, a defesa de valores tradicionais. A procura por

incorporar temas da extrema direita levou os partidos tradicionais de direita a normalizar temas como a demonização da imigração e o chauvinismo do bem-estar social (Estado do Bem-Estar só para os franceses, na expressão típica de Marine Le Penn). A autora mostra a diversidade regional e nacional de agendas da extrema direita e as várias motivações de seus eleitores. Ao final, propõe diversos caminhos a seguir para limitar a ascensão dos partidos nacionalistas xenófobos.

Michel Wieviorka pergunta se a esquerda na Europa está condenada a ser marginalizada frente à ascensão de tendências nacionalistas autoritárias. Argumenta que o enfraquecimento de sua base de sustentação histórica, os sindicatos operários, e as transformações do sistema produtivo que geram incertezas no emprego de amplos setores de assalariados e da classe média, permitiram a ascensão de uma direita nacionalista que tem como principal bandeira recuperar a soberania nacional, em particular contra a entrada de emigrantes. Frente à perda de confiança no progresso – um elemento comum aos partidos tradicionais de esquerda e direita no século 20 – surgem tendências à fragmentação política, com o fortalecimento de grupos radicais de esquerda ou associados a novas causas, como o meio ambiente. A reconstrução da esquerda europeia, com a retomada do fio histórico da tradição social-democrata, exige um processo de integração das novas realidades sociais e político-culturais, muitas delas heterogêneas, dentro de uma visão renovada da nação e do papel da Europa.

No Brasil, à diferença de outros países da América Latina, o nacionalismo político não esteve associado a amplos movimentos de massas. Ele se concentrou fundamentalmente nas elites associadas à burocracia pública (militares e diplomatas), intelectuais e ideólogos de partidos políticos. Um nacionalismo profundamente vinculado com o Estado, seja em seu papel regulador dos conflitos sociais, seja como promotor do desenvolvimento econômico.

Como indicam os artigos de Daniel Aarão Reis e Maria Celina D'Araujo, a visão nacionalista estatizante e protecionista foi dominante em boa parte tanto da direita quanto da esquerda, com pouco ou nenhum compromisso, em ambos os lados, com as instituições e valo-

res democráticos. O principal diferenciador foi a ênfase em demandas distributivistas e um discurso anti-imperialista por parte da esquerda, em contraste com a narrativa anticomunista por parte da direita.

Essa situação mudou parcialmente nas últimas décadas. Como indica Araujo, o nacionalismo radical de direita sofre uma virada com o bolsonarismo, que promove uma agenda liberal na economia e se apoia numa agenda conservadora, quando não reacionária, no campo dos costumes, usando símbolos religiosos misturados com um anti-comunismo anacrônico. Do lado da esquerda, aponta Reis, grande parte não incorporou totalmente a preocupação com a democracia, a não ser quando se viu ameaçado ou sob a dominação de ditaduras.

No capítulo final, Bernardo Sorj discute as transformações pelas quais está passando a sociedade civil nas sociedades democráticas. Ele lembra que as organizações da sociedade civil se associaram no passado tanto à defesa de causas progressistas como a posições conservadoras e reacionárias. No momento atual, as organizações da sociedade civil progressista têm um duplo desafio: a) a disrupção do espaço público pelas redes sociais virtuais, que colocam em xeque as formas tradicionais de argumentação e de comunicação produzindo uma polarização destrutiva; e b) a defesa de causas geralmente associadas a temas supra ou subnacionais, não facilmente assimiláveis a um projeto inclusivo da nação.

Este livro se inscreve dentro do esforço de Plataforma Democrática, iniciativa conjunta da Fundação Fernando Henrique Cardoso e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, de elaborar textos de reflexão sobre os desafios que enfrenta a democracia no Brasil e no mundo. Consideramos fundamental promover o debate público que fuja das simplificações e polarizações características das estratégias eleitorais e fazer avançar um debate informado que expresse uma visão democrática do nacionalismo. Pretendemos, assim, contribuir para o fortalecimento de um ideal de nação orientado pela convivência pacífica, respeito à diversidade e valorização do pluralismo.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores da Plataforma Democrática

Nação e democracia na América Latina

Danilo Martuccelli¹

Dois séculos depois da independência, produziu-se na América Latina tanto uma efetiva nacionalização da população como uma progressiva estatização da sociedade. Apesar das limitações infraestruturais do Estado, forjou-se um inegável sentimento de pertencimento nacional, um patriotismo sentimental, um nacionalismo banal em torno dos símbolos compartilhados nas esquinas das ruas (BILLIG, 1995). O êxito da forja das nações é evidente nesse nível. Prova disso é a força dos sentimentos e orgulhos nacionais, dos diversos patriotismos, muitas vezes dos chauvinismos, assim como o culto dos símbolos nacionais (a começar pela bandeira) e a intensidade das identificações coletivas nacionais.

Na construção das nações latino-americanas, o Estado, as elites, os nacionalistas tiveram um papel decisivo, ainda que os resultados sejam muito distintos de país para país (ANSALDI; GIORDANO, 2016, cap. 4). Contudo, para além das diferenças, há algo próprio e constante na história das nações latino-americanas: a *tradição do inclusionismo*. Nela entra a memória da razão escolástica da era colonial ibérica, o projeto pós-independência e o novo grande imaginário social da matriz jurídica igualitária individualista. Entra uma das grandes diferenças entre o Norte e o Sul das Américas: na região, os indígenas, os escravos, os imigrantes cada um deles enfrentando distintos entraves, sempre fizeram parte da nação, mesmo como “problema”. Entra a evidência prescritiva do imaginário sobre o direito de solo, mas também, diferentemente de outros países com fortes fluxos migratórios, a fi-

1. Danilo Martuccelli é professor de Sociologia da Universidade Paris Cité e pesquisador na Universidade Diego Portales (Chile). Suas áreas de pesquisa são teoria social, sociologia política, sociologia do indivíduo e individuação. É autor de diversas obras, entre elas *Les sociétés et l'impossible: Les limites imaginaires de la réalité* (Paris, 2014) e *El desafío latino-americano*, com Bernardo Sorj (Buenos Aires, 2008).

liação dos que estavam nessas terras antes da forja da nação. Entra também a dificuldade da inclusão (por vezes expressa na execração da barbárie), na justificativa de toda persistente exclusão política ou defesa das hierarquias sociais.

Esse é um dos segredos da nação na América Latina: poucas sociedades foram e são tão profundamente excludentes e desiguais, poucas sociedades são e foram tão sustentadamente definidas por complexas vocações de inclusão.

Entretanto, se a forja da nação se realizou por meio de uma verdadeira tradição de inclusionismo, esse grande horizonte foi construído com universos de significados relativamente alheios à questão da democracia. Ou, melhor dizendo, se vários nexos podem ser estabelecidos entre nação e democracia, durante o século XIX e sobretudo no século XX, a dimensão democrática esteve, de modo geral, subordinada a outros fatores. Na forja das diversas nações latino-americanas, as temáticas centrais foram a construção da *identidade*, o horizonte social e econômico da *integração*, a constituição política do *povo*, a afirmação existencial do *anti-imperialismo*. A nação foi democrática – na realidade, inclusionista – na medida em que se associou a essas referências. Durante o século XX, se a nação foi uma preocupação comum dos governos militares, das coalizões conservadoras, dos regimes nacional-populares e dos projetos reformistas, a questão do caráter propriamente democrático da nação foi subordinado a outras dimensões.

É contra o pano de fundo desses quatro grandes universos semânticos da nação que se devem analisar as inflexões produzidas nas últimas décadas, nas quais houve uma valorização inédita da democracia e o anseio de pensar os horizontes da nação a partir dela. *A nação democrática é uma ideia nova na América Latina.*

Para analisar os novos desafios da nação democrática na região, convém evitar dois riscos: a sinonímia e o divórcio. Em primeiro lugar, deve-se evitar a tentação de estabelecer uma simples sinonímia entre democracia (entendida sobretudo na esfera do Estado de Direito) e nação. O “patriotismo constitucional” pôde ser uma pro-

posta compreensível no contexto da reunificação alemã, mas é insuficiente para dar conta da complexidade de sentidos e sentimentos entrelaçados em uma nação.

Em segundo lugar, também é imperativo reconhecer que, em vários momentos e países, a nação foi associada a tradições autoritárias e antidemocrático-liberais. Muitos membros das elites tentaram assentar a prerrogativa das hierarquias sociais da raça ou da civilização sob a perspectiva de diversos iberismos (língua, religião), e até por meio de movimentos fascistas mais ou menos efêmeros e infrutíferos. Contudo, salvo experiências muito pontuais, embora a nação nunca tenha sido realmente pensada na América Latina dentro da institucionalidade de corte liberal, não houve um divórcio radical entre nação e democracia. Houve, sim, várias versões de um nacionalismo excludente, reivindicando sobretudo a herança católica, o *criollo* ou ibérico, ou repudiando o “antipovo”. Contudo, apesar dessas tentativas e dos muitos regimes autoritários, o *imaginário* da nação nunca foi sustentadamente antidemocrático na região, nunca se instituiu – até hoje – a ideia de um povo como *Volk* nem se consolidaram nativismos autoritários.

Problematizaremos o nexa entre nação e democracia na perspectiva de uma concepção reconsiderada da democracia e dos seus desafios atuais (SORJ, 2022). Entenderemos por democracia dois grandes processos. Em primeiro lugar, em consonância tanto com a tradição institucional liberal como com a matriz jurídica igualitária individualista latino-americana, a democracia designará uma estrutura institucional particular assentada sobre o Estado de Direito, os Direitos Humanos, a separação dos poderes, a liberdade de expressão, a alternância eleitoral. Em segundo lugar, também compreenderemos a democracia na perspectiva da tradição da igualação de condições e sua principal tradução na região atualmente: um conjunto de demandas de reconhecimento e de horizontalidade interativa.

A revolução dos Direitos Humanos no final do século passado e as novas demandas e sensibilidades da cidadania transfiguraram a questão nacional no século XXI. Certamente, as tradições democráticas têm diferentes arraigamentos em cada país e são fruto de his-

tórias nacionais díspares. Contudo, a revolução dos Direitos Humanos unificou o imaginário desmembrado da democracia na América Latina alinhavando democratização social, democracia formal, democracia de *accountability*, democracia participativa, democracia da igualdade perante a lei, democracia da soberania popular, democracia do Estado de Direito e da independência dos poderes. Desde o final do século XX, todas as versões da democracia foram cada vez mais pensadas – e julgadas – pela régua dos Direitos Humanos.

A seguir analisaremos como a *tradição do inclusionismo* e suas grandes semânticas históricas são hoje conjugadas de par com as novas exigências democráticas: a identidade, (e o novo desafio das heterogeneidades); a integração (e os novos anseios de bem-estar); o Povo (e o necessário reconhecimento da sua pluralidade); o anti-imperialismo (e as novas dinâmicas de interdependência em um mundo globalizado).

A nação e o reconhecimento das heterogeneidades

Se a nação na América Latina foi apenas parcialmente integradora, sempre quis ser – ou teve que ser – inclusiva no nível das identidades, e nesse sentido a mestiçagem foi uma das grandes vias exploradas. Na realidade, a mestiçagem definiu um campo semântico de conflitos: hibridações, exclusões, sincretismos, transculturações, heterogeneidades. Embora com frequência isso seja negligenciado, são muito diversas as tradições nacionais de mestiçagem na América Latina: há uma profunda diferença entre a “raça cósmica” de José Vasconcelos e a mestiçagem como ímpeto identitário em Octavio Paz, a miscigenação de Gilberto Freyre e a antropofagia do modernismo brasileiro, o cadinho de raças na Argentina, a raça chilena e a reformulação da mestiçagem no Peru, desde todos os sangues de Arguedas até a *choledad* atual.

A despeito dessas diferenças, porém, o projeto de nação inclusiva foi concebido em consonância com uma identidade compartilhada e mestiça. Nas décadas recentes, essa concepção identitária da

nação, sem ser totalmente abolida, foi transfigurada pela questão da heterogeneidade e sua valorização.

■ A nação e os mosaicos étnicos

Desde os anos 1990, as políticas multiculturais e o reconhecimento dos povos indígenas ou afrodescendentes questionaram as visões monoculturais, monoétnicas e monolíngues da nação. Contendeu-se sobretudo a identidade estatal-nacionalista: aquela que, ao longo do século XX, com maior ou menor êxito em cada país, construiu um discurso homogêneo do nacional.

Os debates em torno da nação foram reabertos sob a perspectiva de uma nova avaliação da heterogeneidade e de outra sensibilidade democrática. As etnicidades atravessaram e tensionaram a questão da nação, impondo novas demandas de respeito afins ao pluralismo democrático. Desde o período colonial, as categorias racializadas e, mais adiante, os censos étnicos integraram a história da classificação das populações na América Latina. O novo não reside, portanto, na existência dessa diversidade, mas nos esforços de *reconhecimento político* dentro da nação ou como nação.

Os censos populacionais generalizam perguntas sobre a autoidentificação étnica – o que dá lugar a acalorados debates sobre os grupos que devem ou não ser contabilizados e ao método dessa contabilização. Realizados com novos objetivos, os censos fissuraram a homogeneidade identitária da nação; assentaram as bases para possíveis políticas de discriminação positiva (como no Brasil); criaram um novo espaço de conflito em torno das identidades incluídas e excluídas das classificações estatais; consagraram através da estatística a representação da heterogeneidade étnica da nação. No Peru, por exemplo, o censo de 2017 registrou a existência de 3,6% afroperuanos, mas optou pela estratégia – altamente discutível – de descartar a identificação com a etnicidade *chola*. De fato, o reconhecimento identitário de uns vai quase sempre de par com o não reconhecimento de outros. A nação se converte em um espaço antagônico de políticas de identidade.

Velhos conflitos identitários se reativaram, novos conflitos se estruturaram em torno de outra *ideia* de nação *mais heterogênea que mestiça, plural e inclusiva da alteridade*. Alguns países adotam uma noção de cidadania multicultural; outros preferem explorar concepções plurinacionais.

Desde 1992, vêm sendo questionadas as visões homogêneas de nação construídas em torno da mestiçagem, da miscigenação, do cadinho de raças ou da raça nacional. Na Argentina, isso esteve presente, por exemplo, na comemoração do bicentenário da independência, em 2010, quando o discurso oficial se distanciou da imagem dos argentinos “descendentes dos navios” para reconhecer as heranças indígenas, o trabalho complexo da mestiçagem, a presença dos afrodescendentes, mas também as migrações intra-sul-americanas na forja da nação (ELENA, 2018).

O movimento negro brasileiro também acionou um novo discurso identitário. Na década de 1930, o movimento reforçou a nacionalidade brasileira como totalidade, e os negros, a despeito da sua afirmação identitária, somaram-se ao tom dominante na época: não havia outra nacionalidade além da brasileira nem outra cultura além da nacional. A particularidade da nação brasileira inclusiva também foi alegorizada na tradição religiosa de matriz africana: a filiação pela linhagem das entidades espirituais, a possibilidade de ser influenciado por qualquer uma delas, a possessão pelos espíritos – o deixar-se habitar pelo outro reconhecido como outro (SEGATO, 2007, pp. 53-56). Essa interpretação, certamente, deve ser nuançada e contraposta a outras, que apontam a herança da escravidão enquanto matriz fundamental com efeitos persistentes na estrutura econômica, na demografia e nas dimensões socioculturais do país. Entretanto, apesar – e às vezes através – dessas visões críticas, no século XX se cristalizou a ideia de uma identidade brasileira.

Em contraste, a partir da década de 1970, o movimento negro revalorizou suas raízes identitárias africanas, a constituição de um novo espaço transnacional, novas demandas cidadãs, mutações dentro do próprio imaginário da nação brasileira (GUIMARÃES, 2003,

p. 20). Quase cem anos depois da formação da República, na Constituição de 1988, reconheceu-se a diversidade étnico-racial do país. Essa valorização da diversidade deu lugar a uma (nova) versão da cultura e da identidade brasileiras, não mais definidas apenas pela miscigenação, mas como resultante da coexistência de diversas variantes da brasilidade (nacional-popular, regional, internacional-popular, étnicas) diversamente conjugadas em nível local, regional, nacional ou global (ORTIZ, 2013).

Na Colômbia, a Constituição de 1991 reconheceu a diversidade cultural e multiétnica da nação contemplando tanto a população afrodescendente como a indígena. Impôs-se a categorização étnica dos habitantes do país: segundo o censo de 2005, 3,4% da população se autodeclarou indígena e 10,4%, afrocolombiana; as pessoas que se consideraram mestiças somaram 58%, enquanto 20% se autodeclararam brancas. Definir e autodefinir a população afrocolombiana diferenciando-a do tipo mestiço implicou o reconhecimento das suas particularidades étnicas e a elaboração de um imaginário nacional necessariamente mais heterogêneo. Abriram-se processos de cor e reconhecimento que deram lugar a conflitos em torno da caracterização das identidades, do qual participaram as minorias ativistas, as indústrias culturais, os partidos políticos e o sistema escolar. Ainda na Colômbia, houve quem recusasse, por exemplo, que o reconhecimento da identidade afrodescendente permanecesse exclusivamente ligado aos quilombos ancestrais – critério esse que provocou questionamentos identitários específicos entre as populações afrodescendentes urbanas (WADE, 2013).

Todas essas mudanças suscitam discussões. A reserva de uma proporção de cadeiras no Congresso para os chamados povos originários levou algumas pessoas a se perguntar se isso não seria uma violação do princípio democrático da igualdade. Não se trataria de um retorno sub-reptício a formas corporativas de representação? Uma nova expressão de uma velha tradição de cidadania mestiça marcada por traços comunitários e multiculturais em detrimento da cidadania individual abstrata? (URIBE DE HINCAPIÉ, 2001, p. 179). O direito ao território reconhecido para certas comunidades ou o direito ao Bem

Viver” são manifestações de uma democracia aprofundada ou uma reconstrução de enclaves em prejuízo da soberania da nação? Os *resguardos*,² inclusive observados de outros horizontes jurídicos, diferem muito das reservas indígenas propostas pelos primeiros indigenistas brasileiros décadas atrás? (BENGOA, 2016, pp. 149-154).

Sem ignorar continuidades com o passado, a novidade é o questionamento da narrativa da homogeneidade nacional. O destino da nação não é mais, ou é cada vez menos, pensado no marco da mestiçagem. Procura-se assentar o projeto da vida em comum sobre outros horizontes de heterogeneidade e inclusão política. Sob o primado da nação homogênea, os grupos deviam se despojar das suas especificidades identitárias para se fundirem em um Grande Coletivo. No horizonte da nação heterogênea, os grupos sociais procuram o reconhecimento da sua diversidade dentro do mosaico nacional.

■ A plurinacionalidade

A diversidade é uma realidade em todas as sociedades. O importante não é, portanto, sua concepção efetiva, e sim o que se faz – ou não – politicamente com ela. Na América Latina, durante dois séculos, a diversidade foi subordinada aos processos de homogeneização cultural: em muitos países, mas não em todos, a mestiçagem foi uma ideologia a serviço da assimilação das populações indígenas ou afro-descendentes.

Como resultado dessa história e de diversas formas de imposição estatal, o contingente de pessoas que têm o castelhano como língua materna representa cerca de 99% da população na Argentina,

2. N.T.: De acordo com o *Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas*, trata-se de uma “instituição legal e sociopolítica de caráter especial [vigente na Colômbia], constituída por uma comunidade indígena que, com um título de propriedade comunitária, tem a posse legal do seu território e se rege, para o manejo deste e da sua vida interna, por uma organização ajustada ao foro indígena ou às suas pautas e tradições culturais”. Disponível em: <https://siatac.co/resguardos-indigenas/> . Acesso em 10/07/2023.

Chile e Colômbia, 84% no Peru, enquanto 98% falam principalmente português no Brasil, onde há mais de 150 línguas ativas. No que diz respeito à prática religiosa, terreno em que os números costumam ser mais controversos, pode-se afirmar, cruzando diversas fontes, que cerca de 95% dos peruanos se declaram cristãos (em qualquer uma das suas diversas igrejas); que na Colômbia esse número supera 85%; que no Chile, onde nos últimos lustros cresceu o número dos sem religião, o percentual aventado ronda os 90% e que supera os 80% na Argentina. No Brasil, cerca de 90% se declaram cristãos (com um significativo aumento dos evangélicos). No que tange à composição étnica, segundo diversas fontes, na Colômbia, entre 85% e 60% dos habitantes se declaram mestiços; no Peru, 60%; na Argentina e no Chile, os números são muito discutíveis, mas uma maioria da população tende a se definir como branca (com forte aumento das pessoas que se declaram ameríndias ou mestiças); no Brasil, por último, os percentuais são mais controversos ainda: dependendo do censo ou do estudo, não raro a população do país se autodeclara majoritariamente branca ou majoritariamente afrodescendente (pretos) e parda (mestiços) – mas, em todo caso, com percentuais próximos a 50% para os brancos por um lado e para os pretos e pardos por outro.

Todos esses números são sujeitos a confirmação e debate; todos eles variam com grandes margens conforme os métodos estatísticos utilizados. Seja como for, as cifras oferecem um dado estrutural *maciço*: cada país possui uma religião (o cristianismo em qualquer das suas variantes) e uma língua (o castelhano ou o português) esmagadoramente majoritárias. E são países nos quais a mestiçagem, para além das controvérsias, continua sendo uma importante, ou a principal, categoria da autopercepção étnica da população.

Por trás desses números é imperioso reconhecer, portanto, um processo *factual* de construção de uma unidade linguística, religiosa e étnica por parte dos Estados, apesar de seus fracos poderes infraestruturais. Dois séculos depois da sua independência, a América Latina é muito provavelmente *menos* diversa. Ou, em todo caso, distintamente diversa do ponto de vista cultural.

É considerando essa história e esses números que devem ser entendidos os *projetos* de plurinacionalidade. Projeto: ou seja, mais fruto de uma vontade que reflexo de uma realidade. Os projetos plurinacionais são obra de grupos que lutam por instituir *outra* concepção de nação; uma visão plural que ressalta a diversidade das nações dentro de um mesmo Estado. Um projeto de plurinacionalidade que vários grupos majoritários (em termos linguísticos, religiosos e étnicos), mas não todos, aceitam ou endossam, abrindo-se à transformação da nação. No caso chileno, o eleitorado rejeitou explicitamente uma proposta desse tipo, no referendo de setembro de 2022.

TODAS AS NAÇÕES SÃO híbridas. *Todas* têm a capacidade de aclimatar diversas formas culturais. Nenhum processo de aculturação se dá em um sentido único, e as estratégias de resistência variam muito ao longo da história (WACHTEL, 1974). Toda nação, assim como toda identidade, é fruto de uma história sempre aberta e sempre inevitavelmente diversa. Sobre essa realidade comum, ou seja, que *toda* identidade e cultura é resultado de uma história de mesclas, cada uma delas implementa diferentes estratégias para *metabolizar* a diversidade (GARCÍA CANCLINI, 1990; ORTIZ, 2004). Tradição e modernidade se reúnem diferenciando-se: os partidários da tradição se comprazem em reforçar a permanência da herança; os partidários da modernidade fazem questão de ressaltar a profundidade das mudanças. Em ambos os casos, trata-se de diferentes estratégias de metabolização da mudança.

É sobre esse pano de fundo comum que se deve entender o debate acerca da plurinacionalidade. Ou, para ser mais exatos, a questão de como se constroem as fronteiras entre as diversas nações dentro de certos Estados atuais. Esse traçado *pressupõe* – na verdade postula de modo performativo – a existência de sólidas e mais ou menos intransponíveis fronteiras entre nações dentro dos Estados da América Latina. Por isso, a plurinacionalidade adquire às vezes a forma de uma estratégia que nega (ou recusa como imposição) as hibridações históricas efetivamente existentes. Se a ideologia do cadinho de raças foi, no passado, a máscara de um projeto político de homogeneização nacional, hoje é uma realidade sociológica – basta pensar nos dados linguísticos, religiosos, étnicos mencionados acima. As sociedades la-

tino-americanas foram verdadeiras máquinas de *desintegração* (por mestiçagem, fagocitose) das identidades ancestrais.

Se essa história foi brutal e muitas vezes criminosa é uma coisa, desconhecer o sedimento histórico que produziu é toda outra questão. E isso circunscreve o debate: a plurinacionalidade é resultado de um *projeto* político e de um trabalho coletivo de institucionalização que busca transformar a composição étnica da nação-homogênea. Ou seja, trata-se de uma reversão da principal estratégia de construção da nação que, durante o século XX, foi posta em prática na região mediante a homogeneização e a mestiçagem. Nisso, sem surpresa e salvando as diferenças, a plurinacionalidade e o modo de governo autônomo defendido para as distintas nações tem *mais* pontos de contato e *semelhanças* com o modo de gestão das comunidades indígenas praticado na era colonial que com o dos dois primeiros séculos pós-independência.

A PLURINACIONALIDADE QUE HOJE se busca *construir* em certos países da América Latina é produzida em sociedades cujas grandes majorias compartilham traços culturais comuns e nas quais os efeitos de demonstração e de atração da cultura hegemônica moderna continuam ativos na maioria dos grupos sociais.

Vários partidários da plurinacionalidade se veem por isso na obrigação de enterrar os efeitos do trabalho institucional de duzentos anos da era republicana ou pós-independência. A reivindicação da distinção nacional dos povos indígenas ou afrodescendentes (e sua origem) minimiza séculos de história compartilhada, por mais inequitativa que ela tenha sido; como se esta nunca tivesse existido nem sedimentado nada; como se os costumes não se tivessem mimetizado; como se os povos indígenas e afrodescendentes nunca tivessem influenciado ativamente as culturas hegemônicas nacionais, a partir de uma posição subalterna. A genuinidade nacional que se pretende é uma legítima temática de controvérsia e conflito político, mas é uma visão que, mesmo implicitamente, abraça a ideia de culturas *fechadas e incólumes*.

As realidades são muito diversas. Por trás do termo pouco discriminador de “povos originários” são amalgamadas situações que vão desde a dos povos amazônicos com pouco contato com as sociedades nacionais hegemônicas até a de povos de raiz indígena ou afrodescendente cujos membros vivem em sua grande maioria nas cidades e têm o castelhano ou o português como língua materna ou de uso habitual. Em alguns casos, a identificação étnica através (e não em detrimento) da participação na cultura *mainstream* é objeto de discussão e de olhares reprovadores dentro dos próprios grupos, como é o caso com a identidade *chola* no Peru, a dos “pardos” no Brasil ou dos mapuches *champurriaos* no Chile.

Esse projeto, ao minimizar – e às vezes negar – a existência de uma população amplamente majoritária que compartilha traços comuns, busca construir a pluralidade nacional desmentindo potencialmente a efetiva realidade demográfica. Em algum ponto, sobre bases muito diferentes da dos nacionalismos *criollos* excludentes, a nação continua a ser construída de costas para seus habitantes. A demografia não é um destino inexorável, mas uma nação não pode ser construída de costas para ela. Contudo, é isso que se perfila por trás de vários debates atuais. Ao questionar a realidade das hibridações, as identidades nacionais reconhecidas minimizam os componentes majoritários compartilhados e renegam a heterogeneidade presente em *todos* os grupos.

Nesse contexto, merece uma menção especial o caso boliviano, por ter redefinido as raízes indígenas da nação. O debate não se organizou em torno de temas étnicos no sentido estrito do termo, mas ao redor de grandes temas nacionais, como as políticas econômicas do Estado, os recursos naturais e a participação no exercício do poder. Na Bolívia, os grupos indígenas não se fecharam em si mesmos ou em seus territórios. Ao contrário, por meio das suas lutas se envolveram na política nacional a fim de indigenizar e descolonizar a Bolívia: conseguir que as instituições, a cultura e a distribuição do poder refletissem a realidade de um país em que a maioria da população é indígena (cerca de 60%). A instituição de um Estado plurinacional que combina diferentes horizontes de justiça e de soberania não foi isenta de tensões, mas a mudança foi radical.

Com maior profundidade que em outros movimentos políticos na região, os governos de Evo Morales (2006-2019) levaram à agenda pública a questão da recomposição da identidade nacional boliviana. A dimensão plurinacional da Bolívia, os direitos consuetudinários, a revalorização – reinvenção – das tradições, a promoção da diversidade, os esforços por construir um Estado multilíngue, tudo participou desse processo. Houve quem sublinhasse criticamente seus limites: a transformação teria sido mais simbólica que econômica, mais cultural que material; outros apontaram a cooptação das elites indígenas pelo aparelho do partido governista. Por vezes, foi forte a tensão entre o imperativo do crescimento econômico promovido pelos governos do MAS e certas demandas de preservação da natureza, de Bem Viver ou contrárias à exploração extrativa. Como veremos, em consonância com as experiências neoliberais, os governos do período também buscaram se legitimar recorrendo a um discurso modernizador com forte componente técnico, que se apoiou no aumento do consumo e no resolutivo empenho do governo em sustentar um forte crescimento econômico (SUÁREZ, 2018).

A PLURINACIONALIDADE NÃO É nem será uma política *universalmente* inclusiva. Somente algumas nações — nunca todas — serão oficialmente reconhecidas (na Bolívia, por exemplo, reconheceram-se os *tacanas*, mas não os *cambas* de Santa Cruz). Isso gera de fato uma verdadeira concorrência entre os grupos por verem reconhecidos seus direitos e sua identidade. O Estado torna-se mais do que nunca o grande ator e árbitro dos processos de etnogênese. É ele que outorga-reconhece o status de nação a uns poucos e o nega a outros. Por trás da questão da plurinacionalidade (a exemplo do que a ideologia da mestiçagem fez no passado) ocultam-se diversas modalidades de reconhecimento.

Entretanto, até o momento, as políticas de reconhecimento da plurinacionalidade não se traduziram, nos países latino-americanos que adotaram essa fórmula, em uma substancial melhora socioeconômica dos povos indígenas. As lógicas da reparação histórica e do reconhecimento sociocultural, por mais legítimas e importantes que sejam, não são necessariamente uma solução dos problemas da desigualdade material e das assimetrias de poder.

Os projetos de plurinacionalidade, ao instituir cotas nos parlamentos; fronteiras territoriais entre grupos; direitos coletivos e a impossibilidade da cessão de terras; consultas prévias que às vezes repartem o eleitorado com critérios étnicos; modalidades de governança que se abrem a amplas formas de autonomia, autodeterminação e tribunais de Justiça específicos, são uma política que aposta, inequivocamente, no fortalecimento das diferenças grupais contra as mestiçagens. Para alguns, isso é um necessário desagravo daquilo que se perpetrou na era republicana.

Mas esse reconhecimento pode ou deve contemplar a possibilidade de formas de autodeterminação do tipo secessionistas ou independentistas? A questão indígena não tem, de modo geral, um viés independentista na América Latina (ainda que exista, essa perspectiva é, por ora, muito minoritária). Por mais que vários grupos se autodefinam como nações, suas reivindicações geralmente dizem respeito ao autogoverno local ou regional dentro dos Estados existentes. Longe de apontar para o separatismo, a maioria dos movimentos indígenas – como os mapuches no Chile (MARIMÁN, 2012) – procuram redefinir sua situação dentro dos Estados em que se encontram. Essa busca, contudo, não tem uma orientação homogênea, mas possui características próprias em cada país que refletem a influência de diversos fatores, como a geografia, as estruturas socioeconômicas, as histórias das relações entre os povos indígenas e os Estados, as tradições políticas e culturais.

Esses novos processos e questionamentos trazem um corolário que a história não deixou de validar em muitos lugares do mundo: a coexistência de nações distintas dentro e sob um mesmo Estado exige, como ocorreu nos impérios, uma poderosa administração pública cuja ausência ou enfraquecimento indefectivelmente causam desmembramentos nacionais e às vezes grandes conflitos bélicos. A aposta plurinacional na América Latina, surpreendentemente, desconsidera a realidade histórica de Estados com poderes infraestruturais fracos. A história mundial está cheia de exemplos em que as tensões entre a força da afirmação identitária cultural e a debilidade política dos Estados levou a rupturas cruentas.

A construção da nação *criolla* se fez depois da independência contra e negando a realidade demográfica de cada país. No século XX, a nação mestiça foi pensada como um novo e amplo horizonte de inclusão. Hoje em dia, sob o prisma de novas demandas de reconhecimento afins a novas sensibilidades democráticas e identitárias, buscam-se outras modalidades de inclusão da heterogeneidade no marco dos mosaicos interétnicos ou da plurinacionalidade. Por meio de novos debates, com maior força que no passado, a tradição do inclusionismo nacional busca se estruturar e conjugar vinculada às exigências da pluralidade democrática. As sociedades latino-americanas são hoje palco de diversos debates a respeito da heterogeneidade das gramáticas de vida, em discussões irreduzíveis apenas ao tema étnico ou nacional. Nesse contexto, o multiculturalismo ou a plurinacionalidade são apenas *uma* das possíveis canalizações institucionais da heterogeneidade.

A nação e o novo horizonte do bem-estar cidadão

O projeto de nação socioeconomicamente integradora durante o século XX esteve associado, com variantes, ao modelo do crescimento para dentro e ao horizonte de uma mobilização generalizada de todos os indivíduos em prol do desenvolvimento nacional. Essa orientação econômica passou por uma significativa mudança nas últimas décadas do século XX e durante os primeiros lustros do século XXI, na denominada era neoliberal. Produziu-se uma mudança no modelo de acumulação que teve fortes efeitos no plano da consagração do consumo como grande horizonte do bem-estar cidadão. Mas também no plano dos direitos sociais.

■ Consumo

A promoção do consumo e sua valorização devem ser entendidas dentro de um contexto amplo, irreduzível ao mero neoliberalismo. Como apontou Néstor García Canclini (1995), desde meados da década de 1990, na região, o consumo e o crescente acesso a certos bens

funcionou como um “substituto” da cidadania, como uma materialização concreta da crítica ao mercantilismo estatal e sua incapacidade de prover bens para as camadas populares. Como também mostrou o trabalho de Bernardo Sorj (2000) sobre o caso brasileiro, o fenômeno do consumo não pode ser reduzido ao mero avanço do neoliberalismo. Observando bem, é até mais preciso considerar que o neoliberalismo se encontrou casualmente na América Latina com a expansão estrutural do consumo.

Evidentemente, o neoliberalismo participou com afincado desse processo e atribuiu a ele um significado ideológico particular, associando-o ao mercado, mas o consumo e até mesmo o consumismo como fenômenos sociais são irreduzíveis a sua assunção. De certo modo, pode-se até afirmar que, do mesmo modo em que a sociedade de massas foi, na Europa, a principal via de transição de um individualismo aristocrático restrito a uma elite para um individualismo generalizado (MILLEFIORINI, 2005), no caso da América Latina esse papel não coube à sociedade de massas, e sim à cultura do consumo. Essa situação explica os significados distintivos que ele teve na região. Se é possível, por exemplo, encontrar semelhanças no modo como as elites, em todos os países, repudiaram a expansão do consumo nos setores populares (*parvenus*, arrivistas, emergentes, novos-ricos), na América Latina, esse conflito adquiriu uma aparência particularmente aguda dada a força das tradicionais clivagens sociais e étnicas.

Mas o essencial, no que tange à nação, é totalmente de outra ordem. O consumo definiu uma *nova* experiência de participação social. Isso é o fundamental. O horizonte da integração socioeconômica foi cada vez mais conjugado em termos do consumo individual e familiar, e o consumo, por sua vez, se converteu em um importante indicador do bem-estar coletivo. O valor-consumo tornou-se outra via de participação na nação. Em vários países, a abertura econômica às importações, por exemplo, foi avaliada positivamente por seus efeitos na esfera do consumo e pela liberdade de escolha que permitiu aos consumidores – apesar da força dos oligopólios e da grande desigualdade. Na medida em que o consumo se ressignificou como o principal ato de liberdade na sociedade, o Estado legitimou suas funções a fim

de assegurar sua expansão. Pouco mais, pouco menos, com ou sem retórica, a democracia foi pensada em função das exigências do mercado, ou pelo menos em estreito acordo com elas.

O surgimento, nas décadas recentes, de uma cultura de consumo teve, portanto, um significado particular para a cidadania. A expansão dessa cultura, sem dúvida, consolidou o individualismo, com o deslocamento dos centros de interesse pessoais da política para o plano econômico e cultural, ambos ligados ao consumo. Mas também consolidou um novo horizonte de participação e de integração social que encontrou nos *malls* e nos shopping centers um grande ponto de encontro (SARLO, 1994; GARCÍA CANCLINI, 1995; MOULIAN, 1998; GARRETÓN, 2000). A revolução de expectativas produzida pela cultura do consumo gerou, a seu modo, valores igualitários (TIRONI, 1999; ARELLANO, 2010). Além disso, para além das experiências de endividamento e de inadimplência, o acesso dos setores populares ao crédito foi, na visão de muitos, um sinal tangível de inclusão.

A integração nacional passou a ser pensada, e sobretudo se procurou vivenciá-la, em um horizonte mais individual e familiar. Sem dúvida, a expansão do bem-estar social e do imaginário da classe média foi uma das grandes especificidades do regime nacional-popular na Argentina em meados do século XX. Mas essa realidade sempre foi subordinada, no período, à retórica política do Povo e à questão da soberania e da independência nacionais. Isso mudou significativamente nas décadas recentes. O bem-estar da cidadania (e seu grande indicador: o consumo) foi o novo nome da integração nacional. No fundo, ainda que isso nunca se reconheça por completo, o individualismo propriamente dito (isto é, o reconhecimento pelo Estado de um espaço privado subtraído ao poder, mas também de atores cujos centros de interesse se encontram fora da política) ganhou carta de nobreza na região. É verdade que o repúdio retórico do individualismo se acirrou no primeiro quartel do século XXI na Venezuela, Bolívia ou Equador (sob os governos de Rafael Correa, 2007-2017), países nos quais a participação popular continuou a se erigir em oposição à privatização dos indivíduos. Mas mesmo nesses regimes o consumo se converteu em um dos grandes horizontes da inclusão nacional.

A inflexão é importante. Durante o século XX, a integração nacional foi pensada no horizonte de grandes sujeitos coletivos (comunidades, classes sociais); nas primeiras décadas do século XXI, a crescente importância atribuída ao bem-estar social como nova exigência da cidadania conferiu outro valor às necessidades e expectativas individuais. Sub-repticiamente, a inclusão nacional alterou seus sentidos à medida que a noção mesma de progresso variou de significado: deixou de ser somente uma utopia coletiva e se tornou – também – sinônimo de uma melhora pessoal e familiar. Cada vez mais, o ideal de muitos latino-americanos é alcançar uma vida *normal*. Uma aspiração que, sem minimizar suas condições coletivas de possibilidade, tem inegáveis traços individualizadores.

■ Direitos

O acesso ao consumo como indicador-padrão do bem-estar social não foi a única grande transformação. Coincidindo no tempo, mas em outro horizonte, no primeiro quartel do século XXI a América Latina foi palco de *novas* demandas de direitos sociais, de serviços públicos e até de um Estado de bem-estar mais desenvolvido.

Nesse processo, coube um papel importante, decisivo em muitos países, à revolução dos Direitos Humanos do final do século XX. Pela primeira vez com tanta força e consciência, os cidadãos latino-americanos pediram contas a seus Estados. Descobriu-se outro horizonte da inclusão na nação, o mais fundamental: o do direito à vida. Logo, com mais ou menos consciência, a partir dessa reformulação da cidadania transitou-se para o universo, tão bem descrito por Arendt, do direito de ter direitos. Progressivamente, a participação na nação foi entendida como uma questão de direitos. O que ocorreu durante o século XIX e boa parte do século XX em torno do direito ao voto, volta a ocorrer, mas dentro de outras coordenadas cidadãs, em torno dos direitos culturais e, sobretudo, sociais.

As demandas têm origens muito distintas, mas confluem em uma nova visão da cidadania: pertencer a um grupo pressupõe o

acesso a certos direitos. A longa tradição dos direitos corporativos (particularmente forte no Brasil) deu lugar, nas décadas recentes, a uma renovação de políticas assistencialistas (e clientelistas) para mitigar a pobreza. Mas também para induzir um *sentimento* de pertencimento a um coletivo. A importância de certos programas focais, como o Bolsa Família, para redefinir a inclusão na nação foi uma mudança significativa com respeito à integração socioeconômica da nação promovida pelo desenvolvimentismo. Os coletivos nacionais deixaram de ignorar a sorte dos excluídos ou dos pobres — mesmo que nenhuma dessas políticas sociais tenha conseguido reverter a desigualdade dos destinos.

Mas a maior e mais significativa novidade no que tange à inclusão nacional se dá em torno dos debates sobre os direitos sociais universais. A mudança de rumo é tão ou mais significativa que o fato de o Estado de bem-estar, na América Latina, não chegar a todos os cidadãos e tradicionalmente tender a favorecer sobretudo os funcionários e trabalhadores do setor formal e urbano, em geral homens e membros dos grupos étnicos hegemônicos. Para todos os grupos, os direitos sociais foram reduzidos.

A comparação é aqui indispensável. Na Europa, o Estado (com grandes variações conforme o país, a classe e o período) transmitiu, desde meados do século XX, um sentimento efetivo de proteção social (CASTEL, 1995; ESPING-ANDERSEN, 1990). Isto não se deu, ou só muito excepcionalmente, na América Latina, onde o gasto público e o gasto social foram significativa e *historicamente* mais baixos que na Europa (MARTUCCELLI, 2021, cap. 5). Pouco mais, pouco menos, os indivíduos *sempre* tiveram a convicção de que devem assumir, por si mesmos, vários desafios sociais. O Estado de bem-estar nunca transmitiu um sólido sentimento de proteção institucional aos cidadãos. Para além das variações do gasto social e das diversas tipologias de Estados de bem-estar (LAUTIER, 2012; FILGUEIRA, 1998) entre os países da região, em todos eles prevalece a sensação de instabilidade das posições sociais, com pouco apoio público, o que torna indispensáveis o esforço próprio e os suportes familiares.

NA AMÉRICA LATINA, a experiência do Estado esteve e está persistentemente estruturada por um conjunto de vivências de temor dos agentes públicos, pela indispensável paciência nas longuíssimas esperas, pela exiguidade quase crônica das pensões e aposentadorias de muitos trabalhadores, pelo sentimento de humilhação frente à arbitrariedade das autoridades ou dos clientelismos locais para ter acesso aos direitos sociais, pela ampla sensação de ser maltratado e, em vários países, pela corrupção ordinária dos funcionários, sem esquecer a escassa ou precária presença do Estado nas regiões mais afastadas (AUYERO, 2013; ARAUJO, 2009; SORJ; MARTUCCELLI, 2008). Certamente, os casos nacionais são muito distintos, mas nenhum país da região está isento de todos ou algum desses desvios. Por maiores que sejam as diferenças entre os países, isso não impede uma experiência comum na relação com os aparelhos estatais que difere da que se dá em sociedades nas quais o Estado de bem-estar, mas também os seus poderes infraestruturais estão mais consolidados, são mais universais e bem financiados.

Os Estados de bem-estar na América Latina nunca produziram modos de individuação sustentados em apoios públicos. É fato que, desde os anos 1920, existem na região políticas sociais de proteção na esfera do trabalho, da saúde e da moradia, mas estas nunca transmitiram aos indivíduos, nem sequer às então incipientes classes médias, o sentimento institucionalizado de estarem ao abrigo dos riscos mais duros da vida social.

Essas experiências se modificaram relativamente nas últimas décadas, à medida que o gasto social aumentou em vários países e que foram concedidas importantes ajudas estatais aos mais pobres. Contudo, isso nunca chegou a gerar um maciço e firme apoio dos cidadãos a seu Estado, nem mesmo às políticas sociais de redistribuição. Involuntariamente, até o recurso às políticas focalizadas alimentou, entre membros das classes médias ou populares, o sentimento de que o Estado só cuida dos mais pobres, nunca deles próprios. Se a definição de requisitos de pobreza para ter acesso a certas ajudas sempre gera reações desse tipo, a atitude é particularmente áspera em sociedades nas quais a proteção social é sistematicamente julgada como insuficiente.

A continuidade da experiência de desproteção institucional, porém, não deve levar a ignorar as *crescentes* demandas de direitos que os cidadãos endereçam às políticas sociais. Aí reside a verdadeira novidade. Em toda a América Latina, são abertos, ou retomados em novas bases, os debates sobre os direitos de cidadania, processo esse que foi acentuado pela pandemia de Covid-19. Os contextos nacionais são, novamente, bem desiguais, mas durante a pandemia muitos cidadãos viveram persistentes sentimentos de abandono, seja por terem sido obrigados a encontrar o essencial dos apoios em suas próprias redes ou economias (com a retirada de fundos de pensão ou seguro-desemprego), seja porque o Estado se mostrou incapaz de assegurar transferências monetárias para os setores mais vulneráveis. Em muitos casos, a ajuda da família tomou o lugar da proteção dos direitos sociais. Quando se trata da equação entre solidariedade coletiva e responsabilidade individual, na América Latina, a balança sempre pende mais para o polo familiar. Em vários países, as remessas fazem aquilo que os recursos públicos não cumprem.

No momento, apesar dessas novas demandas da cidadania como sinal de pertencimento à nação, na autorrepresentação dos indivíduos, o esforço próprio (SOUZA, 2012; ARAUJO; MARTUCCELLI, 2012) prevalece largamente sobre o direito de ter direitos. A *estrutura* dessa percepção se mantém, renovando-se ao longo do tempo em novas conjunções. Porém, mais ou menos sub-repticiamente, em geral sem a clareza necessária no debate público, *abrem-se* novas discussões sobre a oportunidade ou a necessidade de expandir o Estado de bem-estar, a natureza dos direitos sociais (universais, focalizados, residuais), seus principais agentes provedores (serviços públicos e subsidiários, agentes privados). Esses questionamentos e debates sobre novos direitos sociais, o aprimoramento dos já existentes, a universalização de outros, sua viabilidade e sustentabilidade econômica e fiscal indicam, por sua simples existência, até que ponto o horizonte ampliado dos direitos humanos (o direito de ter direitos) vai se instaurando na região. E até que ponto o bem-estar dos cidadãos redefine o horizonte da integração nacional.

A nação e o povo múltiplo

A sinonímia que se buscou estabelecer entre nação e Povo implodiu no século XXI. O povo se revelou múltiplo, e as cidadanias, reticentes a serem subsumidas a um discurso hegemônico totalizante. Certamente houve e continua a haver tendências e tentativas nesse sentido, mas, mesmo nos governos refundadores da onda rosa, tudo se deu e se dá em tom menor com relação ao Povo dos regimes nacional-populares.³

Nisso a situação chilena e mesmo a brasileira diferem sensivelmente da dos governos refundadores da onda rosa, que procuraram estruturar organizações aderentes para através delas canalizar o clientelismo, a participação política, o descontentamento social, a defesa do regime. Contudo, mesmo quando se tentou reforçar o vínculo entre governos e mobilizações, a diferença dos regimes nacional-populares de meados do século XX foi imensa. Isso se deveu, sem dúvida, ao enfraquecimento ou à crise dos atores sindicais, notória em todos os países, radical em certos casos, mais tênue em outros, mas comum a todos. Além disso, desde a década de 1980, o espaço da mobilização social mudou na América Latina, e ao lado dos sindicatos consolidou-se uma sociedade civil mais plural e com maior diversidade de organizações, o que gerou novas tensões entre os atores sociais e o sistema político. A subordinação dos movimentos sociais aos desígnios do líder já não foi a mesma de outrora e, no caso da Bolívia e do Equador, as organizações indígenas se mostraram, em outro contexto social e econômico, mais autônomas (e indóceis) em relação ao poder do Estado que o movimento operário.

Para além das retóricas, todos os governos se adaptaram à realidade de sociedades em que o individualismo se arraigou como um legítimo horizonte de realização dos cidadãos. A relação com a política

3. Dentro do conjunto heterogêneo de governos da onda rosa eleitos nos primeiros quinze ou vinte anos do século XXI, diferenciam-se os governos refundadores (Bolívia, Equador e sobretudo Venezuela) e os renovadores. Os primeiros foram mais rupturistas; os segundos, mais gradualistas, sobretudo no Brasil, Chile e Uruguai (PEREIRA DA SILVA, 2019, pp. 17-40).

mudou. Salvo manifestações esporádicas, afirmaram-se novas formas de fazer e de viver a política. Menos ingênuas, mais críticas, mais reticentes e esporádicas.

ISSO GEROU GRANDES TENSÕES na representação do Povo, particularmente fortes no caso argentino. Sob os governos peronistas de Carlos Menem (1989-1999), a retórica do Povo foi preterida em benefício da noção de sociedade civil. Depois da severa crise econômica do final de 2001, em um novo cenário de mobilização social (sindicatos enfraquecidos, surgimento de novas organizações sociais como os *piqueteros*, consolidação de diferentes ONGs etc.), a sociedade civil se revelou mais heterogênea e distintamente organizada que no passado.

A inclusão nacional que o regime nacional-popular estruturou no século XX em torno de uma cidadania social baseada em um projeto de independência econômica industrializador entrou em crise. O que a noção de Povo conseguira articular no passado – nação, classe, sociedade civil, cidadania – foi paulatinamente se desmembrando. Se a clivagem Povo–Antipovo não foi abandonada, sua capacidade de estruturação do campo político se reduziu muito. Foi preciso aceitar que o povo – unido ou não – era múltiplo.

Com os governos de Néstor Kirchner (2003-2007) e de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015), o discurso do Povo foi incorporado à linguagem política dos direitos da cidadania e se consolidou uma retórica voltada explicitamente às classes médias (ADAMOVSKY, 2015, pp. 471-473). Sem nunca se eclipsar, a retórica do Povo se abriu a outros atores sociais (classes médias, minorias, a “gente”). As recorrentes crises econômicas que a Argentina vive há décadas transformaram profundamente a identidade popular. Nesse contexto a “gente” designa às vezes, no marco da política, um ideal normativo aspiracional da classe média que se distancia daquilo que depreciativamente alguns chamam de *choriplaneros*,⁴ na articulação entre uma cultura plebeia e os planos sociais assistenciais ou clientelistas (SEMÁN, 2021).

4. O neologismo insultuoso funde as palavras *planero*, isto é, o suposto parasita dos planos sociais, com *choripán*, o popular sanduíche de linguiça (*chorizo*).

O unanimismo foi posto em xeque. Se o discurso do Povo serve como recurso para apontar culpados, não é mais capaz de sustentar uma aliança durável. O uso do plural se impôs no campo nacional-popular. Nem as classes médias, nem os trabalhadores sindicalizados, nem os terceirizados, nem os cidadãos apoiados pelos planos sociais, nem outras diversidades identitárias conseguem ocupar por muito tempo uma posição central dentro do Povo. A nação tem que ser pensada politicamente a partir da evidência de um povo múltiplo.

Embora o processo tenha sido diferente no Brasil, o resultado foi *in fine* bastante similar no que se refere à capacidade de totalização do Povo. A divergência se explica porque historicamente a noção de Povo não teve a mesma força hegemônica que na Argentina. O tamanho do país e sua diversidade regional impuseram outras evidências de sentido, bem como a persistente importância das corporações na história social e política do país (FAORO, 2018 [1958]; WEFFORT, 1978). Mas também no Brasil, com maior força que em muitos outros países sul-americanos, a questão identitária, tanto no plano dos gêneros como das etnicidades, adquiriu uma força inusitada, por meio de um conjunto de articulações muito diversas entre políticas públicas, demandas de reconhecimento e mobilizações sociais. O Povo, que nunca foi Uno, deixou de sê-lo sem lugar a dúvidas. Enfim, ainda no Brasil, o Povo como representação hegemônica (para as elites) ou contra-hegemônica (para as classes subalternas) nunca conseguiu questionar realmente a tese da sociedade dual. Tanto as duráveis fronteiras racializadas como as enormes e persistentes desigualdades sociais dificultaram a construção de um Povo político.

Os processos são diferentes em cada contexto nacional, mas em toda parte as lutas sociais, distintamente conscientes da sua heterogeneidade, já não buscam necessariamente a subsunção na grande identidade coletiva do Povo. A articulação hegemônica torna-se uma agonia permanente.

POR ISSO, SÓ MUITO SUPERFICIALMENTE se reproduziu nas últimas décadas a tensão outrora tão presente nos regimes nacional-populares entre a democratização social e a democracia liberal. Essa virada foi

impulsionada pela revolução dos Direitos Humanos. Depois dela, a concepção formal de democracia e das liberdades civis são avaliadas de outra forma, e o mesmo ocorre com a questão do pluralismo e das liberdades políticas. Cabe até aventar a hipótese de que seja o arraigamento diferencial da revolução dos direitos humanos o que dá conta, ao menos em parte, das evoluções em cada país.

Na Argentina, onde isso foi determinante, a tradição nacional-popular se abriu para a questão dos Direitos Humanos e se articulou com ela, algo especialmente notório nas lutas LGBTQI+ e no problema da insegurança. No Chile e no Uruguai, o fim dos governos militares das décadas de 1970-1980 reforçou a já longa tradição de institucionalidade dos partidos de esquerda, e ambos os países permaneceram distantes de toda variante nacional-popular. No caso brasileiro, valorizou-se ou, em todo caso, deixou-se de opor a democracia política e suas instituições à democracia social. Também na Colômbia e no Peru, ambos atravessados, ainda que de forma diversa, pela questão dos Direitos Humanos, a institucionalidade da democracia política prevaleceu, até 2020, sobre a democracia social e a participação popular.

E mais: paulatinamente, a democratização ganhou autonomia fora dos seus canais políticos exclusivos sem retomar o caminho da democracia social. Novas demandas de horizontalidade interativa se expandem na vida social por meio do acesso ao consumo, da educação, dos meios de comunicação, da revolução digital, das novas relações de gênero ou etárias. Todo esse amplo continente transborda “de baixo” o sistema político e o sentido da democracia; muitos partidos e movimentos políticos continuam a pensá-los quase exclusivamente em termos de participação popular. No fundo, sobre o velho transbordamento da democracia procedimental pela democratização social acrescenta-se o transbordamento da democracia participativa popular pelas novas demandas da democracia cidadã. O que se busca é, de modo distinto e mais interativo, fazer com que a democracia impregne a realidade social. Portanto, continuar opondo a democratização social e substantiva às liberdades formais (como se fez em meados do século passado), bem como a democratização social à democracia política (LYNCH, 2020), é um diagnóstico equivocado na América La-

tina atual, porque desconsidera a força da revolução dos Direitos Humanos e os novos anseios de horizontalidade interativa.

O DESAFIO É IMENSO: faz-se necessário pensar a articulação entre o popular e o nacional na perspectiva de outros critérios mais afins à nova sensibilidade democrática. Repensar a vida em comum – a convivência – exigirá uma abertura a dimensões amplamente negligenciadas no passado pelas imagens totalizantes do Povo. De agora em diante, a convivência dentro da nação deve reconhecer o papel dos laços mais fracos, esporádicos, fortuitos, mas não menos decisivos de sociabilidade: as trocas comerciais, as associações nas redes sociais, as comunidades virtuais, as relações a distância, os públicos midiáticos.

A história do século XX também significou na América Latina o fim de certa ingenuidade coletiva. Aquela que associou como uma evidência não problemática (e não problematizada) o desenvolvimento de todos com o de cada um. Em sua vida ordinária, os indivíduos, sem recusarem a cooperação, mostram-se muitas vezes reticentes em relação aos coletivos – as instituições, as empresas, o Estado. Para muitos, o entusiasmo virginal pelos grupos (nem sempre da mesma forma e com a mesma intensidade) é coisa do passado. É preciso problematizar profundamente as articulações entre o individual e o coletivo e, a partir disso, repensar as articulações entre o individual, o popular e o nacional. É com frequência significativo o contraste entre as narrativas institucionalizadas das comunidades, das etnias ou das classes (o Povo) e as da vida pessoal, na qual imperam a heterogeneidade das trajetórias, a pluralidade identitária, por vezes a ambivalência dos pertencimentos, por vezes um orgulho e um anseio de reconhecimento. A construção política do povo e da nação não são imunes a essas mudanças.

No momento, o que prevalece é a crise. Por um lado, a estéril nostalgia de renovar o Povo e os vínculos orgânicos entre os partidos e os atores sociais. Pelo outro lado, a consolidação de novas clivagens (polarização, divisões, *grietas*) produzidas e ativamente animadas por líderes políticos, meios de comunicação *mainstream* e alternativos, redes sociais. Entre um e outro, a difícil construção de uma nova representação política inclusiva da nação.

A nação e o anti-imperialismo em um mundo global

Durante boa parte do século XX, a associação entre o anti-imperialismo e um modelo de desenvolvimento para dentro, de resto compassado com as grandes coordenadas do capitalismo mundial, associou a soberania nacional à propriedade do subsolo, à nacionalização de algumas grandes empresas, a um Estado desenvolvimentista, a um horizonte de independência econômica como garantia para a autodeterminação nacional.

Vários desses postulados foram questionados nas últimas décadas à medida que se impunham a globalização e, na sua esteira, a consolidação de novas interdependências generalizadas e assimétricas. É outro dos grandes desafios do século XXI: a geopolítica nacional e a dos grandes blocos regionais têm que ser repensadas em um novo horizonte de interdependência econômica e ecológica. Nenhum país, nem mesmo nenhuma potência (EUA, China), pode pensar sua soberania e seus interesses nacionais independentemente desse novo cenário mundial.

A progressiva conscientização dos limites do anti-imperialismo, para além do seu uso nas retóricas políticas, é uma consequência desse novo cenário geopolítico globalizado. Mas também é o resultado, na América Latina, da generalização de um modelo tecnocrático-exportador primário. Por trás da aparente continuidade com o passado, é importante observar as inflexões produzidas.

Se as flutuações dos preços das matérias-primas em relação aos bens manufaturados sempre foram significativas, entre o final do século XX e os primeiros quinze anos do século XXI (sobretudo no período 2002-2014), a região se beneficiou de um novo boom das *commodities*, em grande parte impulsionado pela voracidade do crescimento econômico chinês. Foi uma nova fase de prosperidade econômica que, como tantas outras, teve uma vida limitada. Fale-se ou não do mal holandês, aparentemente a situação continua a ser, na sua estrutura, semelhante àquela que se instaurou com a conquista ibérica.

Entretanto, por menos que se detalhe a análise, as mudanças se revelam muito significativas (valores do PIB, cadeias de valor agregado etc.). Nas décadas recentes, houve mudanças significativas, a começar pelo comprometimento do superávit fiscal: os excedentes do setor agroexportador ou de outras indústrias extrativas não se destinaram preferencialmente, como em meados do século XX, ao desenvolvimento da indústria manufatureira nacional (à margem dos resultados realmente obtidos, cf. FANJZYLBURG, 1983). Nas últimas décadas, independentemente da coloração política dos governos, certa concepção de desenvolvimento foi posta em xeque pela globalização e por uma nova governança promovida por diversos organismos internacionais. O crescimento prevaleceu como objetivo e, por vezes, se dissociou do desenvolvimento. A soberania nacional foi pensada sob diferentes coordenadas.

Como já foi dito aqui, nos primeiros quinze ou vinte anos do século XXI, esteve muito em voga diferenciar os governos da região entre os neoliberais e os da onda rosa (às vezes autodenominados progressistas). Em 2020, a geografia política já era outra (devido à alternância eleitoral), e a imagem de oposição entre os dois blocos se perdia na memória e se recriava politicamente. Mencionamos esse fato apenas para frisar a *semelhança* econômica estrutural entre os dois tipos de governo. Isso não quer dizer que foram o mesmo nem que tiveram exatamente os mesmos resultados, mas convida a analisar tanto os efeitos no nível da desigualdade (BENZA; KESSLER, 2020) como as viradas eleitorais dos governos (para a esquerda ou para a direita) sobre um pano de fundo estrutural. A América do Sul entrou em um novo momento político e econômico sob o primado de uma tecnocracia-exportadora.

Se as diferenças nacionais não podem ser menosprezadas, o que chama a atenção é a semelhança de vários processos. Tanto nos países da onda rosa (em um primeiro momento) como em vários dos países que tiveram governos neoliberais, houve uma significativa redução da pobreza e da pobreza extrema que resulta de excedentes exportadores, de altas taxas de crescimento, da expansão do orçamento e de um conjunto de políticas sociais focalizadas. Tudo isso coincidiu,

como já analisamos, com a reformulação da inclusão social via consumo – um processo no qual, para dar dois exemplos politicamente díspares, se sobressai tanto o governo boliviano da onda rosa como os governos social-neoliberais chilenos.

Nesse novo período econômico, embora o discurso anti-imperialista tenha sido imensamente mais ativo nos governos da onda rosa, nos fatos, em todos os países da região, a relação com os investidores estrangeiros foi diferente da que prevaleceu no período de substituição das importações. O discurso anti-imperialista sobre os investimentos norte-americanos teve que elaborar, com dificuldades e silêncios, o grande aumento dos investimentos chineses e as dívidas públicas contraídas com esse país (como no Equador). Também deveria ter elaborado (coisa que não se fez) a política externa dos governos brasileiros da onda rosa que, por meio de acordos com uma construtora privada – Odebrecht – tiveram ingerências políticas significativas em vários países latino-americanos (DURAND, 2019). A isso acrescentou-se o fato de que, uma vez abandonado o modelo de desenvolvimento para dentro e o privilégio concedido ao setor manufatureiro, a economia passou a preferir com muita frequência políticas pró-investimento estrangeiro, a assinatura de tratados comerciais internacionais, a exploração intensiva e generalizada de matérias-primas por empresas públicas ou estrangeiras em detrimento da diversificação da produção. Como em outros governos da onda rosa, no Brasil, apesar do que pôde ser caracterizado como um curto e frustrado ensaio desenvolvimentista na década de 2010 (SINGER, 2018), o combate da pobreza se fez sem questionar realmente as estruturas de distribuição de renda e sem recorrer ao horizonte ideológico do anti-imperialismo.

Esse rumo econômico não apenas selou o destino da nação e o alcance do seu anti-imperialismo como também fixou suas realidades ecológicas. Se os governos neoliberais e da onda rosa apresentaram grandes diferenças na sua retórica política, no que diz respeito à questão ecológica, o balanço foi negativo em todos eles. As críticas ao desenvolvimento capitalista, na ausência de um modelo alternativo real, não conseguiram transformar o modelo primário-exportador. Prova disso é a multiplicação dos conflitos em torno da mineração,

do traçado e abertura de estradas, dos questionamentos dos parques nacionais, do desenvolvimento dos biocombustíveis, das lutas contra as empresas florestais. Sob o primado de um crescimento econômico baseado na exportação de bens primários, multiplicaram-se os casos de desrespeito dos acordos democráticos (ou dos resultados das consultas públicas), e os debates sobre as formas alternativas de vida (o Bem Viver), nos países da onda rosa, foram truncados (LANDER; ARCONADA RODRÍGUEZ, 2019).

Em todos os países da região, com a exceção relativa do México (por causa das *maquiladoras*) e parcialmente no Brasil, o primado do modelo econômico primário-exportador está fora de discussão. A dependência das commodities continua sendo o traço econômico fundamental. Os processos de desindustrialização foram significativos, e a conflituosidade social se aprofundou entre setores primário-exportadores (sobretudo entre os de mineração e agrícola).

A confiança da opinião pública nas grandes empresas estatais e seu apego a elas enquanto símbolos da soberania nacional declinou em muitos países: em alguns, sua privatização não gerou significativos movimentos de defesa; em outros, generalizaram-se as críticas à sua ineficiência ou corrupção. Dentro dos chamados progressismos, as discussões sobre o imperativo da indústria nacional e do desenvolvimento cederam espaço a críticas sobre o modelo extrativista e à própria ideia de desenvolvimento com diversas acentuações nacionalistas, étnicas ou ecologistas (ESCOBAR, 2014). Em suma, apesar de importantes diferenças discursivas, a base produtiva das “duas” Américas Latinas – dos governos neoliberais e da onda rosa – foi muito semelhante. Se as retóricas políticas, nacionalistas e anti-imperialistas foram distintas, os horizontes econômicos da soberania nacional na nova era de interdependência generalizada e assimétrica foram bem similares.

O ANTI-IMPERIALISMO FOI DURANTE o século XX uma peça-chave do projeto de retomada pelo Estado da exploração de certos recursos naturais emblemáticos (sobretudo o petróleo, no México, Brasil, Peru e Venezuela, mas também o cobre, no Chile), e da adoção de uma via

econômica que privilegiou, ao menos como projeto, a indústria pesada, os bens de capital, a substituição das importações, o desenvolvimentismo. Claro que houve divergências dentro desse marco comum. Mas o contraste é imenso em relação às últimas décadas: em todos os países da região, procurou-se melhorar a inserção na economia globalizada e escorar o crescimento no aumento das exportações, o que implicou novos acordos, não sem atritos, com grandes grupos econômicos internacionais. Tanto que, no que tange à definição econômica da soberania nacional, enquanto na década de 1950 a aceitação ou não dos capitais estrangeiros foi um ponto crucial de controvérsia política, a questão perdeu seu lugar central nas décadas recentes, na medida em que se impôs o imperativo do respeito aos contratos como o grande trunfo para atrair os investimentos estrangeiros.

A configuração tecnocrático-exportadora foi estimulada pelos organismos internacionais. Por trás das intervenções e negociações com o FMI e o Banco Mundial e da entrada ou do esforço para ser aceito na OCDE (Chile, México e, mais tarde, Colômbia), configurou-se um tipo particular de aparelho estatal. A avaliação das políticas públicas adquiriu uma importância inusitada. A soberania nacional mudou de linguagem, transitando da retórica anti-imperialista para o *benchmarking* internacional. Em toda a América Latina se consolidou uma tecnocracia estatal de avaliação.

Em vários casos, essa nova tecnocracia não captura para seu próprio proveito o principal dos excedentes exportadores (que permanecem sob o controle de grandes grupos privados), mas isso não impede seu crescente poder sobre o Estado. Por trás da concepção técnica das políticas públicas, a despeito das diferenças que elas possam ter entre si, a tecnocracia aumenta seu controle. Pouco importam as retóricas, de fato, sempre acaba reforçando seu poder. No Brasil, inserindo-se dentro de uma longa história e não rompendo com ela, o Partido dos Trabalhadores fortaleceu a tecnocracia; no Equador, sob a gestão de Rafael Correa, foram reativadas velhas estruturas tecnocráticas positivistas; no Chile e no México, consolidou-se o poder da “especialistocracia”; no Peru, os tecnocratas do Ministério de Economia e Finanças se tornaram um verdadeiro Estado dentro do Estado.

Com inegáveis variantes conforme o país, a configuração tecnocrático-exportadora impôs outra grande narrativa nacional: a soberania se dissociou da industrialização e do anti-imperialismo (exceto nos governos refundadores da onda rosa) e se tornou uma variável do crescimento. O crescimento econômico se converteu no novo nome da soberania nacional. Foi esse o grande objetivo no qual coincidiram investidores estrangeiros, grupos de poder nacionais, tecnocratas estatais, mas também amplos setores da população que viram no crescimento, traduzido em consumo e direitos, uma nova modalidade de inclusão cidadã.

Essa redefinição econômica da soberania teve importantes implicações. Sob a égide do *desenvolvimento*, a nação foi definida em função da capacidade de mobilização de todos os atores em prol de um projeto de industrialização que alimentou uma retórica política identitária em torno do nacional-popular e do anti-imperialismo. Sob o imperativo do *crescimento*, a nação se redefiniu com base no aumento das exportações das matérias-primas e na confluência de diversos atores, cada um com interesses próprios, em torno da expansão do consumo e dos direitos sociais. Para além de todo reducionismo economicista, sob o horizonte do desenvolvimento, a nação se afirmava lutando contra o imperialismo e construindo a homogeneidade identitária dentro das suas fronteiras. Sob o horizonte do crescimento, a configuração tecnocrático-exportadora associa o projeto nacional à promoção do bem-estar da cidadania (políticas focais, consumo, serviços sociais) como pilar da inclusão. No primeiro caso, a homogeneidade nacional foi concebida como uma consequência do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, como seu insumo político. No segundo caso, procura-se satisfazer a heterogeneidade dos atores e interesses com o crescimento econômico e a expansão do consumo e dos direitos sociais garantidos pela gestão de tecnocracias primário-exportadoras.

As promessas da inclusão social via consumo e direitos sociais, subordinaram-se à expansão das exportações, concentradas em poucas atividades primárias e em geral prejudiciais ao ambiente. Se a construção sustentável do Estado de bem-estar depende, contraditoriamente, do desenvolvimento do capitalismo (HABERMAS, 1978;

OFFE, 1984), na América Latina, dada a estrutura fiscal e produtiva dos países que a integram, sua construção ou aprofundamento depende dos lucros gerados pelo setor primário-exportador, cujo crescimento hoje se associa e se abre aos investimentos estrangeiros. A globalização e a geopolítica do século XXI mudam o cenário da nação na América Latina: longe do anti-imperialismo, impõe-se a necessidade de conjugar a soberania econômica com as interdependências mundiais.

* * *

A inclusão, apesar de tantas e tão persistentes exclusões, constitui o principal horizonte de continuidade em relação à história da nação na América Latina. Foi na perspectiva da inclusão como identidade cultural, da integração socioeconômica, da participação popular e da soberania anti-imperialista que a nação se articulou com a democracia no século XX. Na realidade, foi através dessas semânticas que a questão da democracia foi subordinada ao tema nacional.

É sempre dentro do horizonte da inclusão, mas com novas sensibilidades e exigências democráticas, que se problematizam as semânticas da nação no século XXI em torno do reconhecimento das heterogeneidades, do bem-estar cidadão, da pluralidade da sociedade civil, das novas dinâmicas com o global.

Referências

ADAMOVSKY, Ezequiel. *Historia de la clase media argentina*. Buenos Aires: Planeta, 2015.

ANSALDI, Waldo; GIORDANO Verónica. *América Latina: La construcción del orden*. Tomo 1. Buenos Aires: Paidós, 2016.

ARAUJO, Kathya. *Habitar lo social*. Santiago: LOM, 2009.

_____; MARTUCCELLI Danilo. *Desafíos comunes*. 2 tomos. Santiago: LOM, 2012.

ARELLANO, Rolando. *Al medio hay sitio*. Lima: Planeta, 2010.

AUYERO, Javier. *Pacientes del Estado*. Buenos Aires: Eudeba, 2013.

BENGOA, José. *La emergencia indígena en América Latina*. Santiago: FCE, 2016.

BENZA, Gabriela; KESSLER, Gabriel. *La ¿nueva? estructura social de América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2020.

BILLIG, Michael. *Banal Nationalism*. Londres: Sage, 1995.

CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.

DURAND, Francisco. *Odebrecht*. Lima: Fondo Editorial de la PUCP–Oxfam, 2019.

ELENA, Eduardo. "Argentina in black and white. Race, Peronism, and the color of politics, 1940s to the present". In ALBERTO, P.; ELENA, E. (ed.). *Rethinking Race in Modern Argentina*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, pp.184-209.

ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la tierra*. Medellín: UNAULA, 2014.

ESPING-ANDERSEN, Gösta. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 1990.

FANJZYLBERG, Fernando. *La industrialización trunca de la América Latina*. México: Nueva Imagen, 1983.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 2018 (1958).

FILGUEIRA, Fernando. "Tipos de Welfare y reformas sociales en América Latina: eficiencia, residualismo y ciudadanía estratificada". Comunicação no seminário A Reforma da Administração pública no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, agosto 1998.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas*. México: Grijalbo, 1990.

_____. *Consumidores y ciudadanos*. México: Grijalbo, 1995.

GARRETÓN, Manuel Antonio. *¿En qué sociedad vivi(re)mos?*. Santiago: LOM, 2000.

GUIMARÃES, Antonio S. A. *Intelectuais negros e modernidade no Brasil*. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, Working Paper 52, dez. 2003. Disponível em: <https://www.lac.ox.ac.uk/sites/default/files/lac/documents/media/antonio20guimaraes2052.pdf>. Acesso em 10/07/2023.

HABERMAS, Jürgen. *Raison et légitimité*. Paris: Payot, 1978.

LANDER, Edgardo; ARCONADA RODRÍGUEZ, Santiago. *Crisis civilizatoria*. Alemanha: CALAS, 2019.

LAUTIER, Bruno. "La diversité des systèmes de protection sociale en Amérique latine: Une proposition de méthode d'analyse des configurations de droits sociaux". *Revue de la régulation*, n. 11, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/regulation/9636>. Acesso em 10/07/2023.

LYNCH, Nicolás. *Para una crítica de la democracia en América Latina*. Buenos Aires: Clacso Lima / UNMSM, 2020.

MARIMÁN, José. *Autodeterminación*. Santiago: LOM, 2012.

MARTUCCELLI, Danilo. *El estallido social en clave latinoamericana*. Santiago: LOM, 2021.

MILLEFIORINI, Andrea. *Individualismo e società di massa*. Roma: Carocci, 2005.

MOULIAN, Tomás. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago: LOM, 1998.

OFFE, Claus. *Contradictions of the Welfare State*. Londres: Hutchinson, 1984.

ORTIZ, Renato. *Mundialización y cultura*. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2004.

_____. "Imagens do Brasil". *Sociedade e Estado*, vol. 28, n. 3, pp. 609-633, set-dez. 2013.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. *América Latina em seu Labirinto*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2019.

SARLO, Beatriz. *Escenas de la vida posmoderna*. Buenos Aires: Ariel, 1994.

SEGATO, Rita. *La nación y sus otros*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

SEMÁN, Ernesto. *Breve historia del antipopulismo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2021.

SINGER, André. *O lulismo em crise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SORJ, Bernardo. *A nova sociedades brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. *Identidades e crise das democracias*. São Paulo: Plataforma Democrática, 2022.

_____; MARTUCCELLI, Danilo. *El desafío latinoamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SUÁREZ, Hugo José (ed.). *¿Todo cambia?* México: UNAM/IIS, 2018.

TIRONI, Eugenio. *La irrupción de las masas y el malestar de las élites*. Santiago: Grijalbo, 1999.

URIBE DE HINCAPIÉ, María Teresa. *Nación, ciudadano y soberano*. Medellín: Corporación Región, 2001.

WACHTEL, Nathan. "L'acculturation". In LE GOFF, J.; NORA, P. (éd.). *Faire de l'histoire*. Tomo I. Paris: Gallimard, 1974, pp. 126-133.

WADE, Peter. "Definiendo la negritud en Colombia". In RESTREPO, E. (ed.). *Estudios afrocolombianos hoy*, Popayán, Universidad de Popayán, 2013, pp. 21-42.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Nacionalismo, democracia e a direita europeia

Daphne Halikiopoulou¹

Introdução: o nacionalismo e a direita na Europa

Em sua edição de novembro de 2016, a revista *The Economist* usou o termo “o novo nacionalismo” (Economist, 2016) para descrever a ascensão de uma ideologia política que enfatiza a soberania nacional, coloca a nação em primeiro lugar e está centrada em “retomar o controle” de instituições supranacionais. A capa dessa edição retratou Donald Trump, Nigel Farage e Marine Le Pen como alguns dos principais proponentes dessa ideologia política: líderes populistas de extrema direita que venceram eleições com a promessa de promover os “interesses nacionais” por meio de políticas rígidas de imigração e acesso nativo aos recursos públicos. O “novo nacionalismo” combina nacionalismo, xenofobia e populismo. Ele se baseia em dois tipos de relações sociais antagônicas: (a) entre o povo e as elites; e (b) entre grupos internos e externos. Partidos que combinam demandas nacionalistas e populistas buscam a soberania nacional com base na “vontade do povo” — um povo “puro”, definido com base em uma compreensão estreita de nação, que luta contra uma “elite corrupta” (Mudde, 2004).

Desde 2016, o desempenho eleitoral dos partidos populistas de extrema direita apresenta uma tendência ascendente na Europa e fora dela. Uma série de disputas eleitorais para o Parlamento Europeu e em eleições nacionais se deram em torno de questões nacionalistas. Geert

1. Daphne Halikiopoulou (PhD LSE) ocupa a cátedra de Política Comparada na Universidade de York. Interessa-se por política partidária e comportamento eleitoral, com foco nos temas: extrema direita, populismo e nacionalismo na Europa. Os seus trabalhos são publicados em diversas revistas e ela é co-editora-chefe das revistas *Nations* e *Nationalism and Political Studies*.

Wilders, cujo Partido da Liberdade (PVV), islamofóbico e de extrema direita, venceu as eleições parlamentares holandesas no final de 2023 com 37 assentos, é apenas um exemplo. Em outros lugares da Europa, o Reunión Nacional (RN) de Le Pen, os Democratas Suecos (SD), o Partido Popular Dinamarquês (DF) e a Alternativa para a Alemanha (AfD) têm angariado apoio popular significativo. Outros ocuparam no passado — ou continuam a ocupar — cargos no governo: a Liga (Itália) e os Irmãos da Itália (Fdl), o Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ), o Fidesz de Orban, o Partido dos Finlandeses (PS) e o Lei e Justiça (PiS) da Polônia. Mesmo nos casos anteriormente negativos de países como Espanha e Portugal, Vox e Chega agora aparecem nas manchetes.

Esses partidos não só estão apenas tendo um bom desempenho nas eleições, mas também se enraizando cada vez mais em seus respectivos sistemas políticos por meio do acesso a cargos públicos. Isso os encoraja e os torna cada vez mais politicamente relevantes, pois podem implementar políticas e influenciar a agenda programática de outros partidos. O enraizamento sistêmico leva à normalização de ideias extremas e produzem impactos sobre a direita tradicional (Mudde, 2022, p. 104). Exemplos abundam, desde a adoção pelos conservadores britânicos da narrativa do “brexit” e, posteriormente, sua obsessão de enviar migrantes para Ruanda, o Partido Popular para a Liberdade e a Democracia (VVD) legitimando Wilders nos Países Baixos e a Nova Democracia (ND) grega propagando alguns ideais nacionalistas radicais. Essa normalização muitas vezes se estende para além do âmbito político: por exemplo, a ampla exposição pela mídia de ideias populistas de extrema direita. Isso levou a uma fusão entre ideias conservadoras e populistas de extrema direita a ponto de, em alguns casos, as duas terem se tornado indistinguíveis nos âmbitos político, midiático e do debate público (Mudde, 2022).

Em suma, o sucesso dos partidos e grupos populistas de extrema direita que se posicionam em torno de questões relacionadas ao “novo nacionalismo” pode ser atribuído a três características: (1) aumento do comparecimento às urnas; (2) participação desses atores em governos e na formulação de políticas; e (3) normalização e capacidade de impulsionar a competição partidária. Isso traz implicações significati-

vas para a democracia. Como mencionado acima, o enraizamento sistêmico leva à normalização do ódio e de ideias extremas. Além disso, os populistas de extrema direita alimentam-se da polarização política que intensifica as dinâmicas que dividem a sociedade. Eles também costumam colocar em risco instituições liberais que são centrais para as democracias liberais. Por fim, o populismo de extrema direita tende a produzir consequências negativas para a economia (Funke *et al.*, 2023). Isso cria um círculo vicioso para a democracia, uma vez que a austeridade e a deterioração das condições econômicas alimentam ainda mais o populismo de extrema direita (Funke *et al.*, 2023). De fato, a literatura existente vê esse fenômeno como parte de uma tendência ampla em direção ao “retrocesso democrático”, ou seja, um processo de erosão democrática de dentro para fora (Levitsky e Ziblatt, 2019; Mudde, 2022). Embora o declínio democrático seja mais dramático fora da Europa (Papada *et al.*, 2023), alguns países europeus também estão atravessando retrocessos — principalmente países que tiveram partidos populistas de extrema direita no governo, como a Hungria na Europa Central.

Como podemos entender melhor esse fenômeno, e o que podemos fazer para enfrentá-lo? Este capítulo oferece uma análise comparativa da ascensão do “novo nacionalismo” na Europa e de como podemos enfrentá-lo. Ele está dividido da seguinte maneira. Primeiro, examina o lado da oferta e, mais especificamente, mapeia como atores populistas de extrema direita e de direita utilizam o nacionalismo em suas agendas programáticas. Ao fazê-lo, oferece uma tipologia das dinâmicas de competição partidária e do uso do nacionalismo em diferentes áreas da Europa. Em segundo lugar, o capítulo examina brevemente o papel do nacionalismo no nível da demanda. Especificamente, oferece uma tipologia de apoio a partidos populistas de extrema direita, distinguindo entre eleitores centrais e periféricos. Mostra que a base eleitoral de partidos populistas de extrema direita é muito mais diversa do que inicialmente se supunha, consistindo em uma pequena parcela de eleitores “centrais” nacionalistas ou culturalistas e uma parcela muito maior de “eleitores periféricos” ou “voto de protesto”, que não defendem necessariamente princípios nacionalistas radicais, mas votam nesses partidos por outros motivos. Em terceiro lugar, o capí-

tulo oferece uma discussão sobre as implicações para a democracia e o que pode ser feito para enfrentar os desafios colocados pelo nacionalismo e pelo populismo de extrema direita.

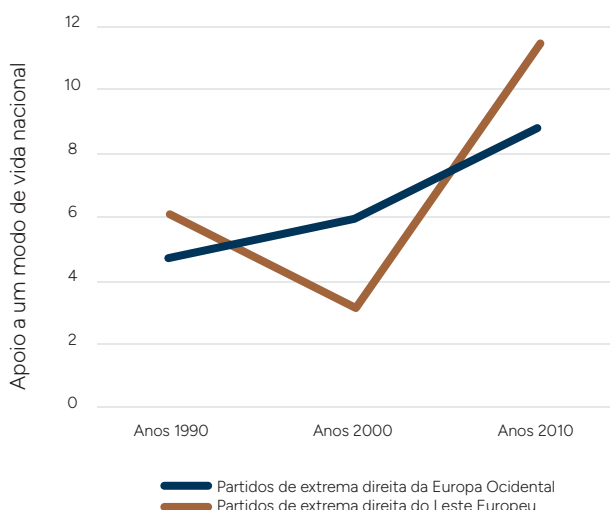
O lado da oferta: o nacionalismo no nível dos partidos

Esta seção se concentra no lado da oferta. Especificamente, discute a ascensão do nacionalismo na Europa e como ele é usado por partidos populistas de extrema direita e partidos de direita tradicionais em geral. Possui um duplo objetivo: em primeiro lugar, examinar diferentes padrões de nacionalismo étnico e cívico entre a extrema direita populista e como eles se relacionam com a direita tradicional; em segundo lugar, desenvolver uma tipologia baseada nesses diferentes padrões.

O nacionalismo baseia-se em uma suposta distinção entre um grupo interno e um grupo externo e a priorização perpétua e inegociável do grupo interno em todos os aspectos da sociedade. Pode ser definido como uma ideologia ou movimento político que busca a priorização do grupo interno sobre o grupo externo na busca da obtenção e manutenção da unidade, autonomia e identidade da nação (Halikiopoulou e Vlandas, 2022). O nacionalismo é a principal característica ideológica dos partidos populistas de extrema direita: esses partidos compartilham um foco na soberania, propõem soluções nacionalistas para uma variedade de problemas socioeconômicos e “detêm” a questão da imigração (Halikiopoulou e Vlandas, 2022). O ponto crítico a enfatizar aqui é que o nacionalismo não é simplesmente uma característica da ideologia partidária de extrema direita; esses partidos usam o nacionalismo para justificar todas as suas posições sobre questões socioeconômicas (Vasilopoulou e Halikiopoulou, 2023). Os partidos populistas de extrema direita fazem uso de uma concepção idealizada da nação e enfatizam sua superioridade (Halikiopoulou *et al.*, 2013). A busca pela soberania nacional conecta-se diretamente a questões sobre imigração, pois no cerne da soberania estão as dinâmicas de grupo interno e externo.

Todos os partidos populistas de extrema direita empregam narrativas nacionalistas e se posicionam ao longo do eixo da identidade nacional. Como mostra a Figura 1, tanto os partidos de extrema direita ocidentais quanto os da Europa Central e Leste Europeu estão cada vez mais se referindo ao “modo de vida nacional” em suas agendas programáticas.

Figura 1: Apoio ao modo de vida nacional entre os partidos populistas de extrema direita da Europa Ocidental e Leste Europeu



Fonte: adaptado de Halikiopoulou e Vlandas (2023).

O nacionalismo também é um princípio ideológico dos partidos de centro-direita. Ao contrário do populismo de extrema direita, é importante notar que o nacionalismo não é uma característica ideológica central da centro-direita. Esses partidos são grandes “partidos-ônibus” (*catch-all parties*), com agendas multifacetadas, e não justificam todas as propostas políticas por meio do nacionalismo, como fazem os partidos populistas de extrema-direita. No entanto, o nacionalismo é compatível com muitas de suas questões, por exemplo, seu foco em valores tradicionais, cultura, família e nação. Além disso, os partidos

populistas de extrema direita e os partidos de direita tradicionais muitas vezes disputam os votos de um mesmo eleitorado (Abou-Chadi *et al.*, 2021). Portanto, os partidos da direita tradicional podem ajustar mais facilmente suas agendas para competir com os partidos populistas de extrema direita, por exemplo, adotando políticas de imigração mais rígidas, chauvinismo assistencialista e integrando em seu discurso uma retórica mais nacionalista. De acordo com um número crescente de estudos, isso resultou em maior apoio a partidos populistas de extrema direita. Ao adotar estratégias acomodativas e aumentar a saliência de temas ligados ao “novo nacionalismo” promovidos por partidos populistas de extrema direita, como a imigração e o chauvinismo assistencialista, a centro-direita contribuiu para a normalização da extrema direita.

Uma tipologia: padrões de oferta

Embora todos os partidos populistas de extrema direita adotem o nacionalismo, eles se baseiam em diferentes configurações de vários critérios de pertencimento nacional (ver Halikiopoulou *et al.*, 2013). A dualidade do nacionalismo, que é a base da distinção étnico-cívica na literatura, é útil para entender como diferentes partidos populistas de extrema direita empregam o nacionalismo em suas agendas programáticas. O nacionalismo étnico, por um lado, é exclusivo e orgânico, definido pela ascendência comum, cultura nativa e outros critérios descritivos e imutáveis de pertencimento nacional. O nacionalismo cívico, por outro lado, é mais inclusivo e voluntário, enfatizando critérios legais, políticos e ideológicos de pertencimento nacional (Smith, 1991; Zimmer, 2003).

■ Europa Ocidental

Os partidos populistas de extrema direita da Europa Ocidental promovem um discurso nacionalista multifacetado, empregando uma *estratégia de normalização do nacionalismo cívico* (Halikiopoulou *et al.*, 2013) que lhes permite oferecer soluções nacionalistas para todos

os tipos de inseguranças que afetam o comportamento eleitoral. Essa estratégia apresenta duas características: em primeiro lugar, apresenta a cultura como uma questão de valor e justifica a exclusão do grupo externo com base ideológica; em segundo lugar, foca no chauvinismo assistencialista como meio de atrair eleitores economicamente inseguros (ver também Halikiopoulou e Vlandas, 2022). Muitos partidos populistas de extrema direita bem-sucedidos da Europa Ocidental implementam essa estratégia em diferentes graus em suas agendas programáticas. Por exemplo, durante a liderança de Marine Le Pen, o RN francês adotou uma estratégia de desdemonização ou normalização cívica caracterizada por uma moderação do discurso e uma defesa dos valores franceses em termos seculares. Desde então, o partido enquadra a imigração num conflito de valores mais amplo e a rejeita principalmente com base ideológica. No cerne de sua estratégia de normalização cívica está a rejeição do Islã ao longo de linhas seculares. O partido também endossa aberta e explicitamente políticas pró-bem-estar social e enfatiza fortemente questões sociais em apoio a grupos da classe trabalhadora. O AfD da Alemanha também adota narrativas populistas-nacionalistas que visam imigrantes usando argumentos baseados em valores. As narrativas nacionalistas do AfD focam especificamente no Islã, sugerindo que os muçulmanos ameaçam as sociedades da Europa Ocidental porque não compartilham seus valores democráticos liberais. O partido culpa os imigrantes, particularmente os muçulmanos, por vários problemas sociais, explorando assim as múltiplas inseguranças dos eleitores. No entanto, o perfil de política assistencialista e econômica do AfD é menos consistente do que o do RN. No geral, o partido combina posições econômicas neoliberais com chauvinismo assistencialista, mas dedica pouca atenção à política social em seu manifesto, enfatizando mais as questões culturais.

Como resultado dessa estratégia, os partidos populistas de extrema direita da Europa Ocidental se tornaram normalizados e enraizados em seus sistemas políticos internos. Essa estratégia permitiu-lhes aumentar seu apoio para além de sua base eleitoral segura, avançando sobre o eleitorado dos partidos tradicionais. Em muitos casos, os partidos de centro-direita deslocaram-se para a direita, na tentativa

de competir com eles, tornando menos nítida, assim, a fronteira entre a direita “extrema” e a tradicional. Em suma, o padrão dominante na Europa Ocidental é a mudança gradual de partidos anteriormente de nicho para o *mainstream*, enfatizando “questões do novo nacionalismo” por meio do uso de narrativas cívicas, e uma tentativa de se distanciar do fascismo e do extremismo. Essa normalização também foi facilitada em parte pela adoção ou acomodação de “questões do novo nacionalismo” pela direita tradicional. À medida que os partidos populistas de extrema direita se incorporaram progressivamente em seus sistemas políticos internos, observamos mais deles ganhando eleições e/ou participando do governo, sejam sozinhos ou como membros da coalizão. Itália, Holanda, Suíça e Áustria são alguns exemplos de países que seguem esse padrão. Em outros países, como Alemanha e França, os partidos populistas de extrema direita se tornaram partidos de oposição eleitoralmente competitivos.

■ Europa Meridional

Nos países do sul da Europa, o quadro é mais misto, uma vez que as narrativas dos partidos populistas de extrema direita — bem como seus padrões de sucesso — variam significativamente entre os países. Na Grécia e no Chipre, esses partidos adotam principalmente *narrativas nacionalistas étnicas*, que enfatizam critérios descritivos de pertencimento nacional. São frequentemente variantes de “extrema direita”, adotando práticas violentas. De fato, após o início da crise financeira, a Grécia foi o único país do sul da Europa a desenvolver um sólido apoio a partidos de extrema direita com a eleição do Aurora Dourada, um partido neonazista anteriormente marginalizado, no parlamento grego. O Aurora Dourada tem enfatizado de forma consistente e aberta seus princípios nacional-socialistas, diferenciando-se ideologicamente de outras legendas gregas de extrema direita. Seu programa econômico era baseado no estatismo nacional desenfreado do partido. Alinhado a sua ideologia nacional-socialista, o partido propunha a máxima intervenção estatal na economia, vinculando suas narrativas nacionalistas à importância da soberania sobre a tomada de decisões econômicas. O Aurora Dourada defendia a expansão do

Estado de bem-estar social, apoiava o chauvinismo assistencialista e idealizava regimes de bem-estar social nacionalistas.

O partido irmão do Aurora Dourada, a Frente Nacional Popular (ELAM) do Chipre, adota uma narrativa semelhante. Como o Aurora Dourada, o ELAM é um partido ultranacionalista extremista cuja ideologia se baseia em uma compreensão étnica da nação que inclui apenas os cipriotas gregos. Eles se opõem à democracia representativa e são abertamente racistas. O partido também compartilha a narrativa antissistema do Aurora Dourada, culpando elites corruptas e incompetentes pela crise econômica no Chipre. Ele defende o chauvinismo assistencialista e apoia o estatismo econômico. No entanto, o ELAM só aumentou sua fortuna eleitoral muito mais tarde, após 2021. É importante observar que, após o indiciamento do Aurora Dourada e a prisão de seus principais quadros por acusações que incluem a participação em uma organização criminoso, o ELAM moderou seu discurso. No geral, pode-se argumentar que o perfil do Aurora Dourada é mais extremo, enquanto o ELAM tem progressivamente moderado e “normalizado” sua retórica populista.

Embora existissem partidos extremistas equivalentes no resto da Europa Meridional, por exemplo, o Democracia Nacional (DN) e o Espanha 2000, na Espanha, e o Partido Nacional Renovador (PNR) em Portugal, eles tinham pouco apoio eleitoral. De fato, Espanha e Portugal foram por muito tempo considerados “casos excepcionais”, pois os partidos populistas de extrema direita não conseguiram obter ganhos eleitorais substanciais, apesar das condições favoráveis associadas à crise econômica e subsequente crise migratória. No entanto, esse não é mais o caso. Espanha e Portugal experimentaram um aumento substancial no populismo de extrema direita com o aumento do apoio ao Vox e ao Chega, respectivamente, ambos uma variante da “direita radical” com *narrativas cívicas* predominantemente, mas com ênfase em valores tradicionais e um foco distinto dadas as condições específicas desses países.

Por exemplo, à semelhança de alguns partidos de extrema direita da Europa Ocidental, o Vox é explicitamente islamofóbico e sua nar-

rativa anti-imigração é baseada em valores. No entanto, a justificativa dessa posição deriva em grande parte da necessidade de defender a herança democrática cristã da Espanha, em vez do secularismo, sugerindo que essa narrativa é distinta da de partidos como o RN francês. De fato, o nacionalismo do Vox se concentra fortemente na manutenção do modo de vida nacional. O partido apoia os valores tradicionais da família e se opõe ao feminismo e à igualdade de gênero, com base em argumentos nacionalistas de gênero tradicionais. O partido também se distingue por sua bandeira principal: a defesa da unidade espanhola. Seu nacionalismo está centrado na homogeneidade da cultura espanhola em detrimento das subculturas presentes no país. Ele defende a dissolução das comunidades autônomas da Espanha e o estabelecimento de um único governo estadual centralizado. A política de bem-estar e econômica do Vox parece inconsistente, com elementos de uma política econômica liberal centrada na redução de impostos e, ao mesmo tempo, uma defesa do Estado de bem-estar social apenas para os espanhóis.

Portanto, embora seja difícil identificar um padrão dominante na Europa Meridional, no geral, podemos observar uma tendência ao enraizamento e o apoio cada vez maior a partidos populistas de extrema direita, mesmo em casos improváveis. É importante notar que Grécia, Portugal e Espanha compartilham um histórico de ditadura, um fator frequentemente considerado como um dissuasor da extrema direita. A extrema direita nesses países adota valores tradicionais em diferentes graus. Em muitos (mas não todos) casos, os atores populistas de extrema direita são dissidentes da centro-direita, que também tende a ser bastante nacionalista e tradicionalista.

■ Países nórdicos

O padrão nórdico se assemelha principalmente ao da Europa Ocidental. Os partidos populistas de extrema direita nórdicos têm se tornado cada vez mais populares e frequentemente adotam *narrativas nacionalistas cívicas*. Por exemplo, apesar de suas diferentes origens e legados históricos, o Partido Popular Dinamarquês (DF), o Par-

tido dos Finlandeses (PS) e os Democratas Suecos (SD) convergiram ideologicamente, centrando suas narrativas na exclusão de imigrantes. O SD talvez seja o exemplo mais marcante de “normalização cívica”. O partido teve origem na extrema direita e estava ligado a grupos neonazistas suecos. Como resultado, foi deixado à margem pelo sistema político sueco, enfrentando uma política de “cordão sanitário” de outros partidos do sistema. No entanto, a partir de meados dos anos 1990, o partido embarcou em uma campanha para mudar e normalizar sua imagem, desenvolvida sob a liderança de Jimmie Åkesson. Essa mudança incluiu a adoção de uma retórica nacionalista cívica que enfatiza critérios de pertencimento nacional tanto institucionais quanto baseados em valores. Economicamente, os populistas de extrema direita nórdicos tendem a ser centristas e chauvinistas assistencialistas, com o PS sendo o mais pró-assistencialismo e possuindo a narrativa nacionalista econômica mais firme dos três, enfatizando o bem-estar e a proteção social.

As estratégias de normalização têm contribuído para aumentar as trajetórias de sucesso eleitoral. O DF dinamarquês tem exercido uma influência política substancial como um parceiro de cooperação dos partidos de centro-direita desde o início dos anos 2000. O Partido dos Finlandeses teve sua grande vitória eleitoral em 2011, participando de subsequentes governos de coalizão de centro-direita. Embora a Suécia fosse considerada um “caso desviante” até recentemente, isso está mudando. O avanço eleitoral do SD em 2010 foi recebido com uma estratégia de cordão sanitário que o manteve fora do governo. No entanto, isso mudou em 2022, sugerindo que o cordão sanitário está se desfazendo.

■ Europa Central e Leste Europeu

Na Europa Central e no Leste Europeu, os partidos populistas de extrema direita adotam predominantemente estratégias de *nacionalismo étnico*. Eles tentam mobilizar eleitores em questões socialmente conservadoras e excluem predominantemente com base em critérios descritivos de pertencimento nacional. Seu foco principal é a rejeição

dos direitos das minorias. Suas posições em termos de políticas assistenciais são “confusas” e ambíguas, em parte por causa das restrições relacionadas ao passado socialista da região. Seu chauvinismo assistencialista se concentra em políticas que identificam como prioridades “nacionais”, por exemplo, a proteção das famílias nativas. Eles também empregam narrativas antiocidentais, com foco na “exploração ocidental” e na importância de fortalecer as empresas nacionais. Há variações notáveis dentro da região. Nos países mais etnicamente homogêneos, como Polônia, Hungria e Eslovênia, os níveis de imigração são baixos e a mobilização nacionalista ocorre ao longo de linhas socialmente conservadoras. Exemplos notáveis incluem o Fidesz na Hungria e o Lei e Justiça (PiS) na Polônia, ambos descritos como “etnopolulistas” (Halikiopoulou e Vlandas, 2022). O Fidesz fez um movimento significativo para a direita do espectro político em questões nacionais e culturais. O partido defende um modelo étnico de nacionalismo e se apresenta como um defensor dos valores tradicionais. Ele se opõe ao Islã com base em argumentos nacionalistas cristãos brancos. O PiS também combina narrativas populistas com narrativas nacionalistas étnicas, e se tornou progressivamente mais de direita, eurocético e nacionalista. O PiS adota uma postura linha-dura em relação à imigração, refugiados e minorias, incluindo comunidades LGBT. Coloca grande ênfase na unidade e homogeneidade da nação polonesa, que define através de critérios descritivos. Seu discurso etnopolulista foca na “traição” dos poloneses comuns por elites domésticas exploradoras que representam interesses estrangeiros.

Nas sociedades mais etnicamente pluralistas, como Estônia e Letônia, os partidos populistas de extrema direita mobilizaram-se contra grupos étnicos maiores e politizados, como as grandes minorias russas. Exemplos são o EKRE na Estônia e a Aliança Nacional (NA) na Letônia. O EKRE promove políticas identitárias nativistas, enfatiza ameaças externas à sobrevivência nacional e adota o nacionalismo econômico. O partido rejeita o liberalismo e o comunismo e vê sua missão como a preservação das tradições e do interesse nacional estoniano. O NA tem uma longa tradição de ativismo e demonstra uma preferência mais explícita por formas radicais de engajamento político em comparação com o EKRE. Ele também defende uma forma étni-

ca de nacionalismo que vincula identidade, etnia e religião. O partido posiciona-se explicitamente contra o declínio dos valores morais, uma narrativa que associa ao nacionalismo étnico, alegando, por exemplo, que os valores homossexuais são intrinsecamente alheios à Letônia. Isso sugere que o componente de nacionalismo étnico do discurso do partido é mais explícito do que o do EKRE. Ambos os partidos são anti-imigração, no entanto, seu ceticismo em relação à imigração é centrado na “questão russa”.

De forma geral, o padrão dominante na região, especialmente na Europa Central, é a radicalização do *mainstream* político: os partidos populistas de extrema direita radicalizaram-se enquanto estavam no governo, adotando cada vez mais políticas autoritárias destinadas a enfraquecer as instituições democráticas liberais. Embora o Fidesz e o PiS sejam os exemplos mais notáveis desse padrão e tenham seguido trajetórias semelhantes até o início dos anos 2020, suas trajetórias começaram a divergir, com o PiS sendo derrotado em 2023.

O lado da demanda: o nacionalismo no nível do eleitor

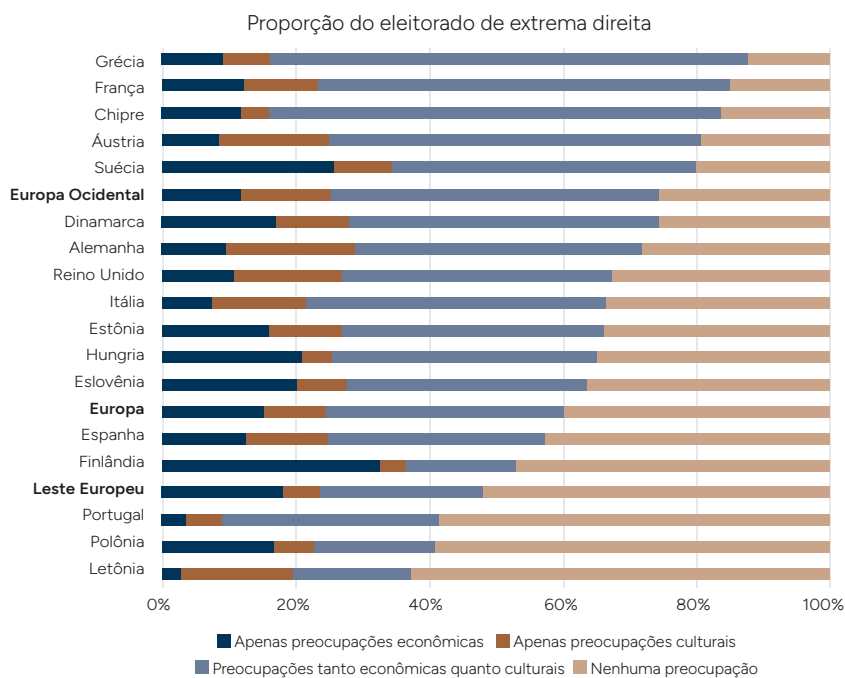
Esta seção oferece uma discussão sobre as atitudes nacionalistas entre os eleitores. Seu objetivo é mostrar que a base eleitoral dos partidos populistas de extrema direita é diversa e vai muito além do nacionalismo. De fato, enquanto o nacionalismo é uma característica dominante do lado da oferta (ou seja, ideologia e estratégia partidária), o lado da demanda é mais complexo. A ligação com o nacionalismo é frequentemente feita na literatura, porque o sucesso dos partidos populistas de extrema direita depende em grande parte da mobilização de ressentimentos sobre imigração (Halikiopoulou e Vlandas, 2020). De fato, em teoria, os valores culturais são importantes para moldar o comportamento eleitoral no contexto de uma clivagem transnacional emergente. Empiricamente, há uma forte associação entre preocupações culturais com a imigração e o apoio a partidos populistas de extrema direita no nível individual. No entanto, a imigração não é uma questão exclusivamente cultural. Por extensão, a forte correlação

positiva entre as atitudes anti-imigração e o sucesso de partidos de extrema direita não constitui necessariamente evidência de apoio à tese do ressentimento cultural (Halikiopoulou e Vlandas, 2020). A imigração é uma questão multifacetada e tanto as dimensões cultural e econômica importam, muitas vezes influenciando-se mutuamente. Há razões para esperar que a competição com os imigrantes provavelmente também será moldada por interesses materiais, uma vez que os eleitores podem ver os imigrantes como concorrentes no mercado de trabalho, ou por bem-estar e pelos recursos escassos do Estado. Além da imigração, há também uma série de ressentimentos socioeconômicos e institucionais que podem levar os eleitores a apoiar o populismo de extrema direita.

Uma análise mais detalhada dos dados empíricos mostra que muitos eleitores populistas de extrema direita não são motivados pelo nacionalismo (definido em termos culturais), pois várias preocupações materiais também aumentam a probabilidade de votar nesses partidos. Especificamente, para entender os impulsionadores do apoio a partidos populistas de extrema direita, é importante focar na heterogeneidade desse eleitorado. Fazemos a distinção entre eleitores de extrema direita centrais e periféricos (Vasilopoulou e Halikiopoulou, 2023; Halikiopoulou e Vlandas, 2023). Por um lado, os eleitores centrais ou “culturalistas” do populismo de extrema direita são ideológicos. São eleitores movidos principalmente pelo nacionalismo cultural ou nativista. Identificam-se profundamente com as plataformas nacionalistas-xenóforas dos partidos populistas de extrema direita e tendem a ter fortes atitudes nacionalistas, acompanhadas por atitudes desfavoráveis em relação aos imigrantes. Eles se opõem ao multiculturalismo com base em argumentos culturais-ideológicos. Embora esses eleitores centrais constituam o principal eleitorado desses partidos, eles representam apenas uma pequena parcela do eleitorado populista de extrema direita na maioria dos países europeus. Os eleitores periféricos, por outro lado, são oportunistas em vez de ideológicos. São motivados principalmente por considerações de protesto ou descontentamento, além de uma série de preocupações, incluindo insegurança econômica e do mercado de trabalho, declínio social, falta de acesso a políticas assistenciais e a recursos do Estado e desconfiança nas ins-

tituições. Esses eleitores são menos leais à extrema direita populista, mas representam uma proporção muito maior de seu eleitorado. A Figura 2 abaixo mostra isso, distinguindo eleitores segundo suas preocupações em relação à imigração: a maioria dos eleitores populistas de extrema direita não tem preocupações exclusivamente culturais sobre a imigração (ver também Halikiopoulou e Vlandas, 2022; Halikiopoulou e Vlandas, 2023).

Figura 2: Preocupações em relação à imigração entre o eleitorado populista de extrema direita



Fonte: adaptado de Halikiopoulou e Vlandas (2023).

A importante distinção entre galvanizar o eleitorado central e mobilizar um público mais amplo explica por que indivíduos com diferentes preferências podem votar no mesmo partido. Como os par-

tidos políticos bem-sucedidos costumam receber apoio eleitoral de uma ampla gama de eleitores (Halikiopoulou e Vlandas, 2020), o potencial eleitoral da extrema direita está associado a uma capacidade de mobilização para além dos grupos de eleitores centrais desses partidos (Vasilopoulou e Halikiopoulou, 2023).

Uma tipologia de demanda: os diferentes eleitores da extrema direita populista

Eleitores centrais

■ *Os “nacionalistas” (ou culturalistas)*

Os eleitores com preocupações nacionalistas são um grupo-alvo chave dos partidos populistas de extrema direita, e o que podemos chamar de “eleitores centrais”, ou seja, sua base eleitoral segura. Isso ocorre porque esses eleitores são mais propensos a se identificar com a totalidade da plataforma política destes partidos, que, como discutimos anteriormente, é baseada no nacionalismo: o domínio da questão da imigração, a priorização do grupo interno sobre todos os grupos externos e seu direito exclusivo de pertencimento à nação. Eleitores com preocupações nacionalistas têm maior probabilidade de estar preocupados principalmente com a ameaça cultural representada pela imigração e com até que ponto os imigrantes (ou estrangeiros nacionais) podem corroer a cultura nacional e o modo de vida nacional. Seu apoio é, portanto, ideológico, ou de princípios, e, como tal, eles veem a extrema direita como seu lar natural.

Eleitores periféricos

■ Os “materialistas”

Esses eleitores provavelmente apoiarão a priorização do grupo interno por motivos econômicos, mas não necessariamente se identificam com os outros elementos nacionalistas das agendas dos partidos populistas de extrema direita. Como observado acima, as visões das pessoas sobre o impacto da imigração na economia motivam-nas a expressar oposição à imigração por motivos econômicos. Embora os Estados de bem-estar social garantam padrões mínimos de vida, muitos eleitores continuam a ser afetados por perspectivas negativas no mercado de trabalho, privação material e desigualdade. Esses eleitores tendem a ser muito inseguros economicamente, pois se preocupam com questões materiais, como moradia e acesso à saúde. Assim, as considerações econômicas e a posição no mercado de trabalho continuam a ter impacto no comportamento eleitoral. Indivíduos com maior exposição à competição no mercado de trabalho, por exemplo, aqueles nas camadas sociais mais baixas, trabalhadores menos qualificados ou indivíduos empregados em setores em declínio, têm maior probabilidade de defender limites à imigração. Como as preocupações desses eleitores estão relacionadas a uma forma mais fraca de ceticismo em relação à imigração do que os nacionalistas, e suas atitudes em relação ao grupo externo não têm base em princípios, eles podem ter seus interesses atendidos por uma série de outros partidos e sua afinidade com os partidos populistas de extrema direita é menos forte. São motivados principalmente por um voto de protesto em vez de ideologia. Como mostrado acima, eles também constituem uma parcela maior do eleitorado populista de extrema direita.

■ Os “assistencialistas”

Trata-se de indivíduos economicamente inseguros, expostos a altos riscos sociais ou econômicos, que necessitam de assistência social. Sua propensão ao voto de extrema direita pode ser mediada

por mecanismos de compensação e proteção de políticas sociais. Em nossa pesquisa anterior (Halikiopoulou e Vlandas, 2022), nos concentramos especificamente em seis grupos de risco social, cada um entendido em um sentido amplo e não exclusivo, como sendo compostos por indivíduos que compartilham uma característica que os expõe a um risco particular, incluindo: (a) desempregados; (b) aposentados; (c) pessoas com doença ou incapacidade permanente; (d) trabalhadores de baixa renda; (e) trabalhadores com contratos permanentes; e (f) pessoas com filhos. A maneira como esses diferentes grupos sociais enfrentam riscos distintos pode depender do grau em que são compensados e/ou protegidos por várias políticas do Estado de bem-estar social no país onde residem. Quanto mais generosas forem as políticas, menos economicamente inseguros esses grupos podem ser; e, por extensão, menor a probabilidade de expressarem descontentamento votando na extrema direita.

■ Os “*decadentes*”

São eleitores que experimentaram declínio de status ou de classe social. Podemos classificá-los como eleitores periféricos de partidos populistas de extrema direita, pois o mecanismo que liga a mobilidade descendente de classe ao comportamento político é o descontentamento. Indivíduos com mobilidade descendente são mais propensos a experimentar privação real e dificuldades econômicas. À semelhança dos materialistas, eles enfrentam perspectivas ruins no mercado de trabalho e são incapazes de lidar com a aceleração econômica, social e cultural. Há também uma dimensão subjetiva, pois as comparações que os indivíduos fazem ao longo do tempo com seus próprios “eus” passados e origens sociais podem resultar muitas vezes no desenvolvimento de ressentimentos associados ao declínio. Portanto, indivíduos com mobilidade descendente sentem-se marginalizados e tratados injustamente por causa de suas perspectivas econômicas ruins e/ou porque suas expectativas sobre seu status material e social/pessoal não estão sendo atendidas. Assim, podem expressar sua insatisfação optando por um partido de nicho ou antissistema. De fato, inúmeras pesquisas empíricas mostram que tanto os indivíduos à margem da

sociedade que são estruturalmente afetados pelo declínio econômico, particularmente aqueles que descenderam das classes mais altas (assalariada) às classes mais baixas (operária), são mais propensos a votar na extrema direita (Gugushvili *et al.*, 2023). No entanto, é importante observar que a forte associação entre declínio de classe e apoio a partidos de extrema direita não parece impulsionar o sucesso eleitoral desses partidos. Embora esse grupo periférico de eleitores — ou seja, indivíduos antes assalariados que migraram para a classe operária — provavelmente seja apoiadora de partidos populistas de extrema direita, ele representa apenas uma pequena porcentagem deste eleitorado. Juntamente com outros “materialistas”, no entanto, eles contribuem para o grupo de eleitores periféricos que permitem que os partidos de extrema direita se mobilizem além de sua base de eleitores “centrais” segura.

■ Os “desconfiados”

Esses eleitores desconfiam das instituições e estão insatisfeitos com o processo democrático. O grau de confiança dos cidadãos nas instituições e em políticas eficazes provavelmente molda suas preferências eleitorais. A diminuição da confiança institucional e as avaliações negativas do desempenho do sistema provavelmente prejudicam os partidos tradicionais, que ficam associados a escolhas políticas ruins, que afetam negativamente as experiências cotidianas pessoais dos cidadãos. Eleitores com níveis baixos ou decrescentes de confiança, bem como aqueles eleitores que avaliam negativamente o desempenho do sistema e os resultados das políticas, provavelmente recompensam partidos políticos que desafiam o *establishment* e as normas políticas existentes. Os partidos populistas de extrema direita podem ser considerados entre os principais beneficiários desses processos. As principais características ideológicas dessa família de partidos baseiam-se na confiança, no desempenho e nas queixas relacionadas às políticas sobre as elites, as instituições, o governo e, em geral, os mecanismos de representação democrática existentes. O mecanismo aqui é o descontentamento, pois o principal motivo por trás desse voto é expressar insatisfação com o processo democrático.

■ Os “regionalistas” (ou “antiambientalistas”)

São eleitores movidos pela oposição ao protecionismo ambiental. Políticas com benefícios difusos e custos concentrados, como as políticas ambientais, têm maior probabilidade de gerar oposição localizada, pois impõem encargos específicos a grupos específicos. Os custos tendem a ser incorridos espacialmente por comunidades que são economicamente dependentes de indústrias antigas, por exemplo, trabalhadores em indústrias emissoras de carbono que enfrentam o risco de cortes de empregos (Bolet *et al.*, 2023). A oposição ao protecionismo ambiental, portanto, é sustentada por dinâmicas locais, pois indivíduos em áreas rurais e suburbanas que temem perdas de renda e redução do poder aquisitivo tendem a apoiá-lo menos. Estudos que investigam como as atitudes em relação ao protecionismo ambiental podem se traduzir eleitoralmente, mostram que os eleitores que arcam com os custos dessas políticas podem responder punindo os incumbentes ou apoiando partidos que se opõem vocalmente a elas (Stokes, 2016; Colantone *et al.*, 2023). Indivíduos que incorrem em perdas reais ou percebidas de medidas de combate às mudanças climáticas provavelmente apoiarão partidos que se opõem a essas medidas. Os partidos populistas de extrema direita estão entre os opositores mais vocais do protecionismo ambiental, competindo cada vez mais também em questões ambientais, mobilizando eleitores contra políticas climáticas rigorosas (Colantone, 2023). Também são eleitores periféricos de partidos populistas de extrema direita, portanto, impulsionados pelo protesto e descontentamento *contra* outros partidos, em vez de serem ideologicamente a favor do populismo de extrema direita.

Figura 3: Composição hipotética do eleitorado de partidos populistas de extrema direita menos e mais bem-sucedidos

Grupos de eleitores	Partidos populistas de extrema direita menos bem-sucedidos	Partidos populistas de extrema direita mais bem-sucedidos
Eleitores centrais Nacionalistas	👤👤👤	👤👤👤
Eleitores periféricos		
Materialistas	👤👤👤	👤👤👤👤👤👤👤👤👤👤
Assistencialistas	👤👤👤	👤👤👤👤👤👤👤👤
Decadentes		👤👤👤
Desconfiados	👤👤👤	👤👤👤👤👤👤👤👤
Regionalistas		👤👤👤👤👤

Fonte: elaboração da autora com base em Halikiopoulou e Vlandas (2023).

Implicações para a democracia

O quadro apresentado neste capítulo até agora é o de uma oferta cada vez mais nacionalista angariando apoio de diversos grupos sociais. O que isso significa para as democracias europeias? Nos últimos anos, cientistas sociais observaram uma tendência ampla em direção ao retrocesso democrático (Diamond, 2020). As democracias muitas vezes morrem de dentro para fora (Levitsky e Ziblatt, 2019). Esse é um fenômeno impulsionado tanto pela oferta quanto pela demanda. Por um lado, os partidos populistas de extrema direita são hostis à democracia liberal. Eles adotam narrativas antidemocráticas, são hostis às minorias e, uma vez no governo, tentam minar os freios e contrapesos institucionais e subverter as instituições democráticas. Ao rejeitar as instituições e os processos democráticos liberais, o populismo de extrema direita rejeita a própria base sobre a qual assenta a nossa democracia representativa. Embora esses partidos possam preferir ser chamados de “populistas” porque esse termo é “centrado nas pessoas” e, por extensão, soa democrático, na prática,

o populismo de extrema direita é sempre propício ao autoritarismo (Bonikowski *et al.*, 2019, p. 2).

De fato, os dados do V-Dem de 2023 apresentam algumas conclusões sombrias para a democracia: de acordo com seu relatório de 2023 (Papada *et al.*, 2023), os avanços nos níveis globais de democracia estagnaram. Em 2022, 72% da população mundial vivia em autocracias. Embora o declínio democrático seja mais dramático fora da Europa, por exemplo, na região Ásia-Pacífico, alguns países europeus também estão atravessando um declínio democrático — mais notavelmente países da Europa Central, Meridional e Leste Europeu, por exemplo, Hungria e Grécia. Da mesma forma, nenhum país da América do Norte e da Europa Ocidental melhorou seus índices de democracia liberal nos últimos dez anos, mas dois se autocratizaram significativamente: Grécia e Estados Unidos (Papada *et al.*, 2023, p. 21). Os indícios desse declínio incluem a deterioração da liberdade de expressão e o aumento da desinformação e da polarização.

Especificamente, podemos identificar quatro maneiras importantes pelas quais o populismo de extrema direita impacta a democracia. Primeiro, um de seus maiores desafios está na manifestação de suas ideias na política tradicional. De fato, o enraizamento sistêmico leva à *normalização do ódio e das ideias extremas*. Como este capítulo já mostrou, o “novo nacionalismo” é, em muitos aspectos, o novo normal. Muitas ideias e questões populistas de extrema direita estão agora normalizadas porque foram adotadas e estão sendo “propagadas pelos partidos tradicionais” (Mudde, 2022, p. 104). Exemplos não faltam. Os conservadores britânicos apropriaram-se da agenda do “brexit” do Partido da Independência do Reino Unido (UKIP) e facilitaram a saída do país da União Europeia. Desde então, a principal linha do partido se deslocou visivelmente para a direita, com uma forte narrativa anti-imigração. Também na Grécia, enquanto o primeiro-ministro do ND, Kyriakos Mitsotakis, apresenta um perfil mais centrista, vários ministros proeminentes são ex-membros do populista de extrema direita Concentração Popular Ortodoxa (LAOS), que defende uma linha mais dura de direita para o partido. Em outras partes da Europa, por exemplo, na Áustria, Dinamarca, Finlândia e Estônia, partidos de cen-

tro-direita acolheram partidos populistas de extrema direita em suas coalizões de governo. Essa normalização muitas vezes se estende para além do âmbito político. Por exemplo, como argumenta Mudde (2022), a ampla cobertura da mídia está oferecendo ampla exposição a essas ideias, levando a uma fusão entre ideias conservadoras e populistas de extrema direita a tal ponto que as duas tornam-se indistinguíveis.

Em segundo lugar, o populismo de extrema direita é encorajado e, por sua vez, exacerba a *polarização política*, que também impacta negativamente a democracia. Isso tem implicações tanto para o lado da oferta quanto para o lado da demanda. Em relação ao primeiro, as interações do sistema partidário passam a ser definidas por dinâmicas adversariais, que aumentam o confronto e minam o consenso. Em relação ao último, a polarização e o partidarismo extremo impulsionam o apoio a comportamentos antidemocráticos entre os cidadãos. Pesquisas mostram que indivíduos fortemente apegados às suas identidades partidárias são mais propensos a perdoar comportamentos antidemocráticos, e isso é especialmente verdadeiro se seu próprio partido estiver no governo. Os eleitores também tendem a aceitar agendas antidemocráticas se houver uma correspondência ideológica entre o indivíduo e o partido (ver, por exemplo, Svobik *et al.*, 2023).

Em terceiro lugar, os populistas de extrema direita no poder *comprometem as instituições democráticas liberais*. Seus líderes introduzem uma série de reformas constitucionais que minam instituições como o judiciário e a mídia, impactando negativamente os direitos e liberdades democráticos. Essas reformas são constitucionais e, portanto, projetadas para sobreviver ao governo da vez. Um bom exemplo é o Fidesz de Orban: começando como um movimento juvenil liberal, o partido gradualmente se radicalizou enquanto estava no governo. Orban usou sua maioria constitucional para mudar fundamentalmente o sistema político húngaro e transformar o país em uma democracia iliberal (Mudde, 2022).

Em quarto lugar, o populismo de extrema direita reforça um círculo vicioso de declínio econômico e democrático. A desintegração econômica, a diminuição da estabilidade macroeconômica e a erosão

das instituições normalmente andam de mãos dadas com governos populistas (Funke *et al.*, 2023). Por exemplo, um estudo de Funke *et al.* (2023) com foco nas consequências macroeconômicas do populismo — incluindo de direita e de esquerda — por mais de 100 anos e 60 grandes países, mostra que os populistas no poder impõem custos econômicos significativos a médio e longo prazo. Isso cria um círculo vicioso para a democracia, já que a austeridade e a deterioração das condições econômicas alimentam ainda mais o populismo de extrema direita (Funke *et al.*, 2023). Isso ocorre por meio de mecanismos descritos neste capítulo, incluindo insegurança econômica, marginalização social, declínio de status e descontentamento institucional. Funke *et al.* (2023, p. 3251) mostram empiricamente que o populismo é de natureza serial: países que tiveram líderes populistas no passado têm uma probabilidade significativamente maior de eleger outro líder ou partido populista.

O que pode ser feito?

Embora preocupante, esse fenômeno não é irreversível. No cerne da análise apresentada acima está a proposição de que o crescente sucesso e enraizamento do populismo de extrema direita, e a subsequente erosão da democracia, é muito um fenômeno do lado da oferta. A comunicação é uma parte muito importante da política. A normalização do populismo de extrema direita é, em grande medida, facilitada por outros atores do sistema que acomodam esses partidos e adotam suas narrativas e estratégias de comunicação em suas próprias agendas programáticas. Isso significa que os atores políticos têm o poder de moldar suas próprias fortunas eleitorais: em vez de facilitar, eles podem tomar medidas para conter o populismo de extrema direita. Em outras palavras, temos agência! Cabe aos partidos concorrentes, à sociedade civil e aos atores políticos responder de forma a conter o fenômeno da extrema direita.

Como? Embora não exista uma solução “universal” dadas as dinâmicas regionais e, de fato, específicas de cada país, apresentamos a seguir uma série de recomendações baseadas na ideia-chave de que

temos agência para reverter as fortunas eleitorais do populismo de extrema direita. Grupos políticos e sociais interessados em combatê-lo devem usar essa agência para promover uma mensagem positiva e proativa que foque no empoderamento democrático, em vez de adotar estratégias acomodativas ou adversariais focadas estritamente na imigração, que os colocam na defensiva e só servem para inflar o apoio a esses partidos. Especificamente:

1. *O que os outros partidos dizem e fazem importa.* Como mostrado neste capítulo, a acomodação infla o apoio a partidos populistas de extrema direita e destaca as questões-chave que esses partidos defendem. De fato, um corpo robusto de evidências empíricas mostra que as estratégias acomodativas não funcionam (Abou-Chadi *et al.*, 2021; Chou *et al.*, 2021; Halikiopoulou e Vlandas, 2022; Halikiopoulou e Vlandas, 2023). Estratégias adversariais que enfatizam excessivamente a imigração também não são bem-sucedidas, pois provavelmente aumentarão a saliência da questão e inflarão o apoio aos populistas de extrema direita que dominam essa agenda (Halikiopoulou e Vlandas, 2023). Portanto, é importante que os partidos adversários desenvolvam estratégias de comunicação que se abstenham de copiar a extrema direita e competir em questões da mesma. Em vez de se envolver em debates sobre como se a imigração é uma crise ou ameaça que deve ser enfrentada, é importante liderar debates sobre prosperidade econômica, inclusão, estabilidade social e empoderamento democrático. Ao desenvolver e propor estratégias alternativas viáveis que promovam o consenso e a coesão, para resolver os muitos problemas reais que os eleitores enfrentam, os partidos adversários também devem concentrar-se nas maneiras pelas quais a imigração pode ser a solução para uma série de problemas socioeconômicos prementes, como o declínio demográfico e a escassez de mão de obra (ver Ypi, 2023).
2. *As políticas importam.* Como nossa análise dos eleitores de partidos populistas de extrema direita mostrou, múltiplas inseguranças podem impulsionar o comportamento eleitoral

deste grupo. De fato, um número substancial de pesquisas empíricas investigou até que ponto conflitos sobre benefícios sociais, cortes em serviços essenciais, competição assistencial, falta de acesso a moradia pública e insegurança no emprego (por exemplo, Cavallé e Ferwerda, 2023) podem levar os eleitores a apoiar estes partidos. No entanto, essas inseguranças podem ser atenuadas pela ação política. Políticas sociais que ofereçam compensação e segurança (Halikiopoulou e Vlandas, 2022) podem diminuir o apoio a partidos populistas de extrema direita, atenuando as consequências da insegurança econômica. Por exemplo, pesquisas mostram que políticas como auxílio-desemprego, auxílio-doença e auxílios à família, bem como leis de proteção do emprego (Halikiopoulou e Vlandas, 2022) protegem e compensam indivíduos em risco, diminuindo assim sua propensão a votar na extrema direita. Portanto, os adversários políticos devem se concentrar em reformas de políticas que visem resolver os conflitos distributivos e as inseguranças econômicas que os eleitores enfrentam.

3. *O consenso importa.* Os pesquisadores que trabalham no tema do declínio democrático focam cada vez mais na importância de uma cultura política baseada em consenso para salvaguardar a democracia. Por exemplo, Levitsky e Ziblatt (2019) mostram que divisões partidárias extremas e polarização enfraquecem a democracia. Como argumentado acima, a polarização incentiva a aceitação de comportamentos antidemocráticos e facilita que líderes de extrema direita, populistas e autoritários aproveitem regulações que minem as instituições democráticas. A resiliência democrática depende em grande parte da capacidade de construir coalizões progressistas duradouras que enfatizem o consenso e protejam as instituições democráticas liberais. Exemplos incluem a independência do Poder Judiciário e a liberdade de imprensa. Como Levitsky e Ziblatt (2019) argumentam, reverter “o declínio da tolerância mútua e da moderação”, bem como abordar a desigualdade econômica, são maneiras de superar a polarização subjacente que prejudica nossas democracias.

4. *O engajamento político e a participação eleitoral importam.*

Um último ponto, mas não menos importante, a ser destacado é sobre o papel do engajamento político. Pesquisas mostram que a extrema direita se beneficia da mobilização de eleitores desconfiados e politicamente descontentes (Schulte-Cloos e Leininger, 2022). Esses eleitores são principalmente motivados pela raiva e pelo voto de protesto, e, como tal, são propensos a votar em partidos que adotam uma retórica populista e antissistema quando politizados. No entanto, grupos muito maiores de eleitores desengajados com preferências por políticas plurais e diversas são mais propensos a votar nos partidos tradicionais se mobilizados. No entanto, esses indivíduos muitas vezes se abstêm de votar, pois costumam estar desconectados da política e não se envolvem. Em outras palavras, a baixa ou declinante participação eleitoral favorece o extremismo de extrema direita. Envolver as pessoas no processo democrático é fundamental para enfrentar esse fenômeno. Portanto, é importante que os partidos concorrentes desenvolvam estratégias de engajamento político de curto e longo prazo destinadas a incentivar a participação dos cidadãos — e especialmente dos mais jovens — no processo democrático.

Conclusão

Em resumo, este capítulo examina a ascensão de partidos políticos que propagam questões do “novo nacionalismo” na Europa, focando em suas narrativas e agendas programáticas, seus eleitores e as implicações de seu sucesso para a democracia de maneira mais geral. Ele apresenta três proposições-chave. Primeiro, os partidos populistas de extrema direita usam o nacionalismo de maneiras que os ajudam a normalizar suas narrativas e parecer legítimos e não extremos, o que os torna mais difíceis de combater. Esses partidos têm domínio sobre a agenda da imigração e foram capazes de tirar proveito dessa agenda, vinculando-a a uma ampla gama de problemas sociais — desemprego, criminalidade, terrorismo, austeridade e falta de acesso a recursos públicos. Dentro desse quadro amplo, no entanto, observamos variações

significativas entre as regiões europeias, com populistas de extrema direita da Europa Ocidental usando predominantemente retóricas nacionalistas cívicas e enquadrando a imigração como uma questão de valor, e populistas de extrema direita da Europa Central e Leste Europeu usando predominantemente retóricas nacionalistas etnoculturais e mobilizando-se em torno de questões sociais conservadoras contra minorias internas. Em segundo lugar, a base de eleitores de extrema direita é diversa: enquanto um núcleo duro de eleitores é movido por preocupações culturais, uma parte mais ampla de seu eleitorado é movida por preocupações socioeconômicas com uma série de questões de "subsistência". Em terceiro lugar, o crescente enraizamento de ideias populistas de extrema direita na política tradicional serve para minar a cultura cívica e a democracia. Os populistas de extrema direita normalizam o ódio, alimentam-se de dinâmicas divisivas e polarizadoras e, uma vez encorajados — e no poder — tomam medidas adicionais para subverter as instituições democráticas liberais e perseguir políticas que têm consequências sociopolíticas e econômicas adversas. No entanto, essa tendência não é irreversível nem um fato consumado. O tema subjacente da análise apresentada aqui é que os atores políticos possuem agência para moldar suas próprias fortunas políticas. Se o que infla o apoio a partidos populistas de extrema direita é, em grande medida, a acomodação de suas ideias pelo *mainstream*, então o oposto também pode ser verdadeiro: a marginalização das ideias de extrema direita pode servir para contê-las.

Referências

1. Abou-Chadi, Tarik, Reto Mittereager e Cas Mudde. (2021). "Left Behind by the working class? Social democracy's electoral crisis and the rise of the radical right", Berlim: Fundação Friedrich Ebert (FES).
2. Bonikowski, Bart, Daphne Halikiopoulou, Eric Kaufmann e Matthijs Rooduijn. (2019). "Nations and Nationalism Exchange: Nationalism and Populism", *Nations and Nationalism* 19:1.
3. Bolet, Diane, Fergus Green e Mikel González-Eguino. (2023). "How to Get Coal Country to Vote for Climate Policy: The Effect of a 'Just Transition Agreement' on Spanish Election Results", *American Political Science Review*, 1-16. <https://doi.org/10.1017/S0003055423001235>.
4. Cavaillé, Charlotte e Jeremy Ferwerda. (2023). "How Distributional Conflict over In-Kind Benefits Generates Support for Far-Right Parties", *The Journal of Politics* 2023 85:1, 19-33.
5. Chou, W., R. Dancygier, N. Egami e AA. Jamal. (2021). "Competing for Loyalists? How Party Positioning Affects Populist Radical Right Voting", *Comparative Political Studies* 54(12):2226-2260.
6. Colantone, Italo, Livio Di Lonardo, Yotam Margalit e Marco Percoco. (2023). "The Political Consequences of Green Policies: Evidence from Italy", *American Political Science Review*, 1-19. <https://doi.org/10.1017/S0003055423000308>.
7. Economist. (2016). "The new nationalism: Trump's world", <https://www.economist.com/leaders/2016/11/19/the-new-nationalism>.
8. Funke, Manuel, Moritz Schularick e Christoph Trebesch. (2023). "Populist Leaders and the Economy", *American Economic Review*, 113(12): 3249-88. <https://doi.org/10.1257/aer.20202045>.
9. Gugushvilli, A., Halikiopoulou, D. e Vlandas, T. (2023) "Class mobility and far right party support in Western Europe". Manuscrito.

10. Halikiopoulou, Daphne, Steven Mock e Sofia Vasilopoulou. (2013). "The Civic Zeitgeist: Nationalism and Liberal Values in the European Radical Right", *Nations and Nationalism* 19, n. 1, 107–27.
11. Halikiopoulou, Daphne e Tim Vlandas. (2019). "What is new and what is nationalist about Europe's new nationalism? Explaining the rise of the far right in Europe", *Nations and Nationalism* 25: 409–434. <https://doi.org/10.1111/nana.12515>.
12. Halikiopoulou D, Vlandas T. "When economic and cultural interests align: the anti-immigration voter coalitions driving far right party success in Europe", *European Political Science Review* 2020, 12(4):427-448. <https://doi.org/10.1017/S175577392000020X>.
13. Halikiopoulou, D. e Vlandas, T. (2022). "Understanding right-wing populism and what to do about it", Regional Office for Cooperation and Peace in Europe da Fundação Friedrich Ebert (FES).
14. Halikiopoulou, D. e Vlandas, T. (2023). "How to counter exclusionary far right politics with a progressive inclusionary agenda on equality", The European Trade Union Institute (ETUI), <https://www.etui.org/publications/how-counter-exclusionary-far-right-politics-progressive-inclusionary-agenda-equality>.
15. Levitsky, S. e Ziblatt, D. (2019). "How Democracies Die", Harlow, Inglaterra: Penguin Books. [Ed. bras.: *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.]
16. Lubbers, M. (2019). "What kind of nationalism sets the radical right and its electorate apart from the rest? Pride in the nation's history as part of nationalist nostalgia", *Nations and Nationalism* 25, 449–466, <https://doi.org/10.1111/nana.12517>.
17. Mudde, C. (2004). "The Populist Zeitgeist", *Government and Opposition* 39(4): 542–563.
18. Mudde, C. (2022). "The Far-Right Threat in the United States:

A European Perspective”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 699(1), 101-115. <https://doi.org/10.1177/00027162211070060>.

19. Papada, E., Altman, D., Angiolillo, F., Gastaldi, L., Köhler, T., Lundstedt, M., Natsika, N., Nord, M., Sato, Y., Wiebrecht, F. e Lindberg, S. I. (2023). “Defiance in the Face of Autocratization. Democracy Report 2023”, Universidade de Gotemburgo: Varieties of Democracy Institute (V-Dem Institute).

20. Schulte-Cloos, J. e Leininger, A. (2022). “Electoral participation, political disaffection, and the rise of the populist radical right”, *Party Politics* 28(3), 431-443. <https://doi.org/10.1177/1354068820985186>.

21. Stokes, L. C. (2016). “Electoral Backlash against Climate Policy: A Natural Experiment on Retrospective Voting and Local Resistance to Public Policy”, *American Journal of Political Science* 60, n. 4, 958–974.

22. Svobik, M., Lutz, J., Milačić, F. e Avramovska, E. (2023). “In Europe, Democracy Erodes from the Right”, *Journal of Democracy* 34, n. 1, 5–20.

23. Vasilopoulou, S. e Halikiopoulou, D. (2023). “Democracy and discontent: institutional trust and evaluations of system performance among core and peripheral far right voters”, *Journal of European Public Policy*, <https://doi.org/10.1080/13501763.2023.2215816>.

24. Ypi, L. (2023). “Italy, Albania, and the myth of a European migrant crisis”, *The Financial Times*, <https://www.ft.com/content/059b9ad6-46ae-4c1c-b049-90fe4bd88212>.

A esquerda na Europa, a ideia de nação e os nacionalismos

Michel Wieviorka¹

A esquerda está condenada a esmorecer, limitando-se a ser não mais do que uma força minoritária, resquício de um passado findado, enquanto mundialmente se estabelecem regimes e partidos nacionalistas (com características em comum: autoritarismo, iliberalismo, xenofobia, racismo, antissemitismo, etc)? A resposta a essa pergunta passou a ser uma banalidade, visto que, em vários países, a realidade parece estar acompanhada de uma ideia que se impõe: a ascensão do nacionalismo é irresistível, e as esquerdas, finalmente, não teriam muito como enfrentar isso.

Pelo menos na Europa aparentemente é assim. Desde o Iluminismo e da Revolução Francesa, o velho continente inventou a ideia de esquerda, e, pelo menos por um momento, soube dar à ideia de nação um significado capaz de associá-la ao progresso ou a aspirações de emancipação. Foi este o caso sobretudo em 1848, durante a Primavera dos Povos, também chamada de Primavera das Nações. Mas, no período entreguerras, a Europa também viu surgir movimentos e regimes fascistas ou nazistas, com a ideia de nação alimentando as piores lógicas, eventualmente associadas a discursos que também alegavam vir da classe trabalhadora ou das camadas populares. Muitos dos atores da época trocaram a esquerda pela extrema direita nacionalista. Mussolini, por exemplo, foi um antigo líder socialista; e todos eles reivindicavam ideias sociais, como está explícito no próprio nome de nazismo – nacional-socialista. Coloca-se a questão: a Europa atual

1. Michel Wieviorka é sociólogo de movimentos sociais e culturais, democracia e maldade - violência, terrorismo, racismo, antissemitismo - e autor de inúmeras obras publicadas em vários idiomas. É diretor de estudos na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Foi presidente da *International Sociological Association*, o *CADIS (Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques)* e da *Fondation Maison des Sciences de l'Homme*.

tende a se tornar o cemitério de uma ideia de esquerda e um laboratório por excelência, da ideia de nação veiculada pelo nacionalismo autoritário e mais ou menos extremista (conquistadora e sem nuances especialmente eficaz por sua capacidade em enriquecer seu discurso com promessas e até mesmo de realizações sociais)?

A questão pode ser examinada em cada país, dentro dos contextos nacionais. Mas o fenômeno está tão desenvolvido em toda a Europa que ele também deve ser considerado em sua dimensão europeia como um todo, afastando-se – para retomar a expressão popularizada pelo sociólogo alemão Ulrich Beck – do “nacionalismo metodológico”, que consiste em considerar os grandes problemas da vida social, cultural ou política apenas no contexto dos espaços nacionais.

Enfim, a questão não é nova, e se uma nova fase teve início nos anos 1980, com um aumento inédito dos nacionalismos na Europa, ela também tem uma real profundidade histórica. Desde muito cedo, a esquerda se mostrou confusa, ambivalente, ou pelo menos constrangida com a questão nacional. É por aí que começaremos.

A esquerda constrangida

O nascimento da esquerda está intimamente ligado à Revolução Francesa, desde sua primeira definição topológica: em 11 de setembro de 1789, os deputados favoráveis ao direito de veto absoluto do rei Louis XVI se instalaram à direita do presidente da Assembleia Constituinte, e, os que se opunham a eles, à sua esquerda. É assim que nasce o par esquerda/direita.

Depois, a ideia de esquerda, sob todas as suas variantes, algumas exclusivamente políticas, com formas partidárias, outras sociais, com formas principalmente sindicais, vai acompanhar mundialmente o movimento geral da vida coletiva. A esquerda, com toda sua diversidade, interessa-se pelo trabalho que a sociedade faz sobre si mesma, ela expressa reivindicações, esperanças e sonhos que alimentam as tensões, os conflitos, as contradições que atravessam a sociedade, e deles se ali-

mentam. Ela assume posições em nome de ideais, a começar pelo progresso. Ela pode defender uma visão unificada da sociedade, o projeto de uma comunidade reconciliada com si mesma, mas, antes de tudo, ela é uma expressão daquilo que divide o corpo social. E isso vai sempre dificultar que a esquerda fale em nome de uma coletividade completa, principalmente de uma coletividade nacional, de uma nação.

No passado, os ideais da esquerda puderam ser personificados por uma figura social elementar, simbólica, o trabalhador, o operário. Eventualmente mitificado, como quando o poder soviético exaltava a produtividade do minerador Stakhanov; ou, mais abstratamente, ela representa uma categoria social, os proletários, o proletariado, a classe trabalhadora. A esquerda protestava, contestava, mobilizava, em nome de parte da sociedade que estava sendo dominada, excluída, vítima de injustiças e de desigualdade. Mesmo se, como afirmava Marx, ao se libertar de suas correntes, o proletariado operário estivesse sendo invocado para libertar toda a humanidade. Independentemente de se chegaria ao poder pela via democrática ou revolucionária, ela tinha o dever de zelar pela justiça e pela igualdade, ser responsável pela redistribuição e eventualmente garantir o Estado de bem-estar social.

Mas a esquerda nunca agiu sem questionar a estrutura geral que fixa a unidade do corpo social dentro do qual ela está mobilizada. A modernidade também traz a ideia de que a nação pode instituir essa unidade. A nação forma um todo indivisível, geralmente inscrito em um único território, mesmo que existam nações sem território, ou que não necessariamente vivam em um território, como é o caso das diásporas judaicas, armênias e outras ou mesmo que várias nações possam coexistir mais ou menos harmoniosamente em um determinado território, no contexto de um único Estado. Mas uma coisa é definir um espaço, ou um contexto, outra é se identificar com ele plenamente, o que significa, para uma força política ou social, que ela fala em nome de todos os que dela derivam, e não apenas em nome daquele que ela representa: é aí que a ideia de Nação perturba a esquerda, porque para ela se trata de integrar em uma única e mesma perspectiva partes da população às quais suas lutas se opõem. Como falar ao mesmo tempo

em nome de uma totalidade, em nome de uma parte do todo, e, ainda assim, em nome dessa parte contra uma outra?

A tarefa pode parecer intransponível quando a ideia de nação se mobiliza para simplesmente evocar a unidade do corpo social, quando defende a ordem, a homogeneidade cultural, quando não faz distinção entre dominantes e dominados, ou quando evoca fronteiras, barreiras alfandegárias, fechamentos ou barreiras que autorizam a soberania. A ideia de nação, a partir de então, passa a ser de direita, e até mesmo de extrema direita.

Tudo é passível de mudança, em três tipos de situação. A primeira é aquela em que a Nação está sendo gestada, construída, e, na Europa, esse foi o caso da Itália e da Alemanha na segunda metade do século 19: os socialistas dessa época na Europa Central, por exemplo, discutiram muito sobre a perspectiva da nação alemã e sua indivisibilidade, um objetivo ao qual alguns opuseram a hipótese de estruturas plurinacionais. Naquela época, tratava-se de estabelecer o contexto mais favorável para a ação da esquerda, com a possível ideia de que esse contexto deveria permitir o desenvolvimento do capitalismo, que, por sua vez, possibilitaria que o proletariado se construísse como ator e se mobilizasse de forma cada vez mais eficaz. Karl Marx, por exemplo, desenvolveu uma definição frequentemente estratégica de nação: ele acreditava que uma grande nação, a alemã, no caso, poderia ser favorável ao movimento operário e ao socialismo; o problema, para ele, não era o direito dos povos. Para Marx e muitos marxistas, para que o capitalismo avançasse e, com ele, a luta de classes, as pequenas nações estavam condenadas ao desaparecimento.

E se nos referimos à nação italiana, ela foi construída contra os regimes monárquicos da época, então com uma verdadeira carga de esquerda, republicana. Mais tarde, o líder e pensador comunista italiano Antonio Gramsci, no período entreguerras, questiona a ideia de nação para tentar compreender a derrota do socialismo na Itália. Para ele, deixar de abordar a questão da nação era um erro político, e a esquerda deveria defender a nação caso quisesse evitar ser marginalizada.

O segundo tipo de situação ocorre quando uma mobilização pede independência, autonomia, ou simplesmente o reconhecimento de uma minoria dentro de um Estado-nação. Por exemplo, quando movimentos regionalistas, às vezes chamados de “nacionalitários”, se mobilizam e buscam um vínculo, uma associação, um apoio com forças de esquerda, ou pretendem promover uma ideologia que combine esquerda e nação. É o que vimos a partir dos anos 1970 em vários países, por exemplo na Espanha, com o movimento basco, ou na Irlanda no Norte, com o IRA (*Irish Republican Army*). Mas devemos observar que a maior parte dos movimentos tendem a adotar orientações que não têm nada a ver com uma ideia qualquer de esquerda. É o caso, por exemplo, desde os anos 1980, do movimento flamengo, na Bélgica, ou corso, na França. O fato é que a questão nacional foi objeto de debates fascinantes na social-democracia na virada do século 20, em espaços imperiais da Europa Central, na Alemanha, na Áustria, especialmente com o austro-marxismo incarnado por Otto Bauer e Karl Renner: a esquerda então pensava a nação em termos que poderiam ser positivos, associados a objetivos de emancipação.

E, no terceiro tipo de situação, a esquerda pode se unir a um combate nacional em situações de ameaça ou de expansão, quando a guerra convoca a unidade sagrada da nação diante de um inimigo, ou quando uma lógica imperial ou colonialista reúne todos os tipos de força política, incluindo as de esquerda. Nesse caso, a associação entre a esquerda e a Nação pode ser feita por referências à ideia de pátria. Quando é necessário defendê-la, os mesmos que afirmavam ser acima de tudo internacionalistas, podem se mostrar patriotas e exaltar o hino nacional. Assim, o líder de esquerda Jean Jaurès foi assassinado às vésperas da Primeira Guerra Mundial, no dia 31 de julho de 1914, por ter assumido uma posição contra o nacionalismo, contra a guerra e a favor da unidade internacional dos trabalhadores nacionais. Porém, dias antes de sua morte, em 18 de julho de 1914, ele também disse: “não há contradição em se esforçar para garantir a paz, e, caso a guerra estoure, apesar de nós, em se esforçar para garantir, na horrível tempestade, a independência e a integridade da nação” (no jornal *L’Humanité*).

Toda vez que a esquerda se confronta com a questão nacional, as divisões internas ficam evidentes: um internacionalismo sem concessão se opõe a identificações com a Nação, uma categoria popular poderosa, que a esquerda maneja com dificuldade, a não ser que se recuse a se alinhar com a burguesia ou com o capital. Assim, na experiência social-democrata alemã, no contexto da Primeira Guerra Mundial, Clara Zetkin defendeu um “patriotismo proletário”, revolucionário, e denunciou “o patriotismo da burguesia e da aristocracia que é reacionário”, e Rosa Luxemburgo foi na mesma direção, também incorporando essa orientação.

Podemos tirar lições dessas primeiras observações de caráter histórico. Se a esquerda sempre foi hostil à ideia de Nação, ou prejudicada por ela, não foi de modo homogêneo e definitivo. Pois essa ideia se refere a situações distintas, dependendo se as tensões políticas em jogo em determinado país são exclusivamente internas, ou quase, ou então políticas, e então externas, internacionais, ou mistas, ao mesmo tempo internas e externas. Em segundo lugar, há uma grande diversidade de orientações políticas para a esquerda, do cosmopolitismo que dispensa a própria ideia de nação, que é, de fato, bastante rara, ou do internacionalismo mais radical e hostil até mesmo à própria nação, à aceitação de um certo nacionalismo, passando pela ideia de que o internacionalismo não significa a negação ou a dissolução da nação, mas paz e coexistência entre nações.

Daria para dizer isso de outra forma: existem concepções fechadas, identitárias, até étnicas, falamos de etnonacionalismo, que não podem se adaptar à esquerda tal como ela é; e concepções abertas, emancipatórias, aceitáveis por pelo menos uma parte da esquerda, que, no entanto, estará mais disposta a falar de pátria e de povo, e de “direito dos povos à autodeterminação”.

Enfim, a esquerda mantém esperanças de mudanças que se baseiam em grande parte na mobilização social, sobretudo dos trabalhadores. Ora, é sempre mais difícil construir uma narrativa tão poderosa quanto uma narrativa nacional, e, na maioria das vezes, a história é exatamente uma narrativa nacional: a esquerda não pode se opor facil-

mente a ela com uma narrativa social, a não ser para exaltar episódios revolucionários que, por si só, são convenientes apenas para uma parte da esquerda, e não a seus setores reformistas e democratas.

Primeiras dificuldades para a esquerda

Após a Segunda Guerra Mundial, a vitória dos aliados também significou a derrota e o descrédito dos regimes e dos pensamentos do tipo nazista ou fascista. Na Europa dividida em duas pela Cortina de Ferro, a parte ocidental abrigava duas ditaduras nacionalistas, na Espanha (Franco) e em Portugal (Salazar), às quais se opunham forças de esquerda condenadas à clandestinidade, principalmente comunistas, e, eventualmente, também anarquistas. Uma ditadura militar, conhecida como “dos coronéis”, também funcionou na Grécia de 1967 a 1974. As três desapareceram então.

Nos anos 1950, implementou-se um processo de construção de uma unidade europeia, que exigia a aceitação de uma unidade supranacional, e que tornaria o retorno da guerra impossível pelas políticas comuns, pelo menos em certas áreas, principalmente na vida econômica – o carbono, o aço. A questão nacional nessa época não era central. A construção europeia estava progredindo, principalmente em um número limitado de países (no início seis: França, Alemanha, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo), em um contexto de crescimento, de confiança no progresso, na ciência; e as forças de esquerda puderam contribuir, de forma geral, a começar pela social-democracia na Alemanha, o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), que, durante esse período, dirigiu ou participou várias vezes do poder de coalizão. Mas as dificuldades sociais e as preocupações econômicas vão começar a questionar a capacidade das esquerdas reformistas em oferecer respostas satisfatórias aos problemas das camadas populares e das classes médias, enquanto lá, onde operavam, os partidos comunistas entraram em declínio.

Na esquerda, várias respostas a esse início de crise aparecem. A ecologia política, nascida na esteira dos movimentos de 1968, propôs

um novo paradigma, inventou uma nova historicidade, o que a situa bastante à esquerda, e tendeu a opô-la às concepções clássicas da esquerda, principalmente quando se tratava da produção e do progresso. Como costuma acontecer com os movimentos nascentes, suas fraquezas fazem com que ela oscile entre o excesso, a radicalidade que interdita toda negociação, todo compromisso, todo reformismo, e a falha, a institucionalização prematura, que faz com que muito rapidamente quase todas as forças políticas possam se dizer ecologistas. Além disso, a ecologia pode ser defendida por atores conservadores, afastando-se de qualquer ideia de esquerda. Em casos extremos, ela pode até mesmo parecer reacionária, como a *“deep ecology”*, que é criticada por intelectuais e atores políticos de direita que, na maioria das vezes, generalizam essa corrente da ecologia para desqualificar toda a ecologia política.

A segunda resposta que se apresentou foi o projeto de associação entre o liberalismo econômico e o socialismo, que teve sucesso na Alemanha e no Reino Unido, durante alguns anos na virada do século.

A terceira resposta possível foi o esquerdismo. Quando o comunismo entrou em sua doença senil, como disse Dany Cohn-Bendit, líder do movimento de maio de 1968 na França, o esquerdismo prosperou até o fim dos anos 1970 em vários países, desembocando na Alemanha (Fração do Exército Vermelho) e principalmente na Itália (Brigadas Vermelhas) em um terrorismo de extrema esquerda.

E ao mesmo tempo nasce um fenômeno maior a partir da extrema direita: a invenção de um nacionalismo renovado, que vai se revelar hostil para a construção europeia, mesmo quando ela avança a largos passos.

Nascimento dos nacionalismos atuais

■ Contra a imigração, e pelo independentismo

O ponto de partida para o surgimento contemporâneo de novos nacionalismos ocorre no início dos anos 1980, principalmente na

França. Ao sair da Segunda Guerra Mundial, a França teve trinta anos de crescimento, daí a expressão popular “Trinta Gloriosos”, cunhada pelo economista Jean Fourastié. A partir de 1974, as coisas passam a se transformar muito rapidamente, e a França começa sua longa e dolorosa saída do modelo que até então funcionava muito bem. Os trabalhadores imigrantes, vindos principalmente do Norte da África, deixam de ser necessários para sua indústria, por um lado devido à crise econômica que se seguiu ao primeiro choque petrolífero de 1973, e, por outro, pelas transformações na organização do trabalho de suas empresas, que se afastavam das fórmulas tayloristas até então triunfantes. Esses trabalhadores têm uma escolha a fazer: voltar aos seus países de origem, ou, ao contrário, continuar na França, trazer a família, ou formar uma, tornar-se francês, eles ou seus filhos. A segunda opção é bem-sucedida, e forma-se assim uma população originada da imigração, submetida mais do que outras ao desemprego e à precariedade, bem como ao racismo, e que, em parte, vai se estabelecer nos bairros populares, os subúrbios. A partir dos anos 1970, é preciso falar de imigração de povoamento, e não mais de trabalho, e essa nova população produz novos debates sobre a sociedade. A delinquência e as violências urbanas começam a preocupar a classe política e a imprensa. Os sociólogos observam os jovens de famílias de imigrantes, que costumam oscilar entre pequenos delitos e tentativas de construir um movimento social, culminando, em 1983, na grande marcha pela igualdade, contra o racismo. É nesse contexto que a extrema direita nacionalista, até então minúscula, tem a ideia de fazer da imigração e dos imigrantes sua nova temática. Sob o impulso de Jean-Marie Le Pen, o partido Frente Nacional (FN), fusão de alguns grupos extremistas criados em 1972, e que tinha pouca influência política, obteve seus primeiros sucessos no momento de uma eleição municipal parcial na cidade de Dreux (1983), ou no momento das eleições europeias de 1984. A partir daí, o FN surge como um partido político que precisa ser considerado. Ele evoluiu certamente, mas não para de se afirmar ao longo dos anos que separam aquela época de hoje, em que, depois de ter mudado de nome para Reunião Nacional, conta com 89 deputados na Assembleia Nacional, e tem boas chances de ver sua representante Marie Le Pen eleita presidente da República em 2027.

Na Áustria, podemos observar um fenômeno parecido com o *Freiheitliche Partei Österreichs* (FPÖ), Partido da Liberdade Austríaca. Criado em 1955 por antigos nazistas nesse país que, ao contrário da Alemanha, não realizou um trabalho interno para reconhecer os crimes nazistas, esse partido foi, por um tempo, liberal e pró-europeu. Jorg Haider assume a liderança em 1986, um líder que tem vários pontos em comum com Jean-Marie Le Pen. Sob sua influência, esse partido faz uma guinada que, a partir de então, o situa claramente na família das direitas e extrema direita nacionalistas. O FPÖ passa a ser uma força política incontornável no final do século, e Haider torna-se governador de Caríntia. O FPÖ desenvolve, assim como o FN, um discurso anti-imigração.

Nos Países Baixos, um fenômeno novamente comparável ocorre, mas muito mais tardiamente, com Pim Fortuyn, líder do partido *Leefbaar Nederland* (Holanda Habitável) criado em 1999 em luta principalmente contra os imigrantes não europeus e contra o islamismo, demonstrando uma forte hostilidade ao multiculturalismo. Apresentando-se abertamente como homossexual, Fortuyn demonstra uma certa modernidade cultural do seu movimento, o que é menos evidente na França.

Na Bélgica, a questão nacional é, antes de mais nada, a da unidade do Reinado, questionada principalmente pelo *Claams Blok* (Bloco Flamengo), em Flandres, criado em 1979, e cuja base popular é bastante real. Esse partido se destaca ainda mais com a prosperidade de Flandres, ao passo que a Valônia, outra parte do país, conhece a partir de meados de 1970 um declínio industrial e econômico impressionante, uma agonia. O desafio nesse caso é o separatismo flamengo, enquanto na França se questiona a imigração, cuja menção garante o sucesso do FN. O que não impede que o *Vlaams Blok*, que, em 2004, passa a ser *Vlaams Belang* (o Interesse Flamengo) faça uma viva crítica à imigração e, mais tarde, ao islamismo, como o FN na França.

Assim, os primeiros surtos do nacionalismo na Europa, nos anos 1980, foram carregados de um ódio contra a imigração, e depois contra o islamismo, que começa a aparecer como uma nova religião nos países envolvidos, sem que comentadores e analistas ainda possam

falar de crise dos sistemas políticos clássicos. Elas não expressam uma importante crise econômica, mas sobretudo temores de algumas categorias da população, classes populares ou médias, que se preocupam com sua posição social e com os riscos de mobilidade em declínio para elas e seus filhos.

A experiência italiana é tardia e a princípio combina três lógicas. O fascismo não foi completamente extinto, muito pelo contrário, o neofascismo, alimentado pela nostalgia de Mussolini, é personificado em um partido, o Movimento Social Italiano (MSI), que se realinha à direita clássica da Democracia cristã nos anos 1990, e dos quais alguns ex-membros se afastam, criando um partido herdeiro do fascismo, o Irmãos de Itália. Este partido ataca virulentamente a imigração – sua presidente Giorgia Meloni não hesita, em 2019, em pedir para afundar o Sea-Watch, um navio de resgate para os imigrantes em perigo. Ela toma posse no governo em outubro de 2022. Além do neofascismo, surge, a partir de 1989, um independentismo liderado pela Liga do Norte, de Umberto Bossi, que queria separar a “Padânia” (região ao norte do rio Pó) da Itália e demonstra muito mais ódio pelo sul do país do que pela imigração, um fenômeno muito recente que, a partir dos anos 1980, inverte as lógicas da emigração para a França, a América Latina e os Estados Unidos, típicas de toda a Itália durante quase um século. Nos anos 2010, a Liga do Norte, que obteve vários bons resultados eleitorais e diversas responsabilidades (Bossi, por exemplo, foi ministro, e a Liga do Norte elegeu 60 deputados e 25 senadores em 2008 após as eleições gerais), torna-se, paradoxalmente, um partido nacional italiano sob a direção de Matteo Salvini, que sucedeu Bossi, que estava envolvido em um escândalo de corrupção. Salvini constrói um partido realmente de extrema direita, oficialmente em 2014, sob o nome de Liga (dessa forma, abreviado) a partir de 2018, com resultados eleitorais por vezes impressionantes (34,2% dos votos nas eleições europeias de 2019). Em várias ocasiões, a Liga do Norte, antes mesmo de passar a ser a Liga, participa de alianças eleitorais que a aproximam do poder.

A Liga do Norte participa por um curto período do governo em 2004 e por períodos mais longos a partir de 2008, também ataca os

imigrantes, e, assim como os neofascistas, consegue alimentar facilmente seu discurso com a chegada dos refugiados e das situações dramáticas no Mediterrâneo a partir de 2015.

Por fim, cabe ressaltar, por um lado, que Portugal e a Espanha não estão envolvidos neste impulso dos anos 1980 e 1990, simplesmente porque estão saindo de ditaduras nacionalistas e, por outro lado, que o Reino Unido se constituiu como um caso à parte. Na Espanha, somente em 2018 o Vox, que vegetava até então, aparece como uma força de extrema direita considerável. Até então, a oposição entre esquerda e direita estruturava com clareza suficiente o debate político espanhol para não lhe deixar espaço. O Vox é um partido hostil ao independentismo catalão ou basco, enquanto a esquerda espanhola vê-se mais ou menos obrigada a considerar esses regionalismos, sobretudo quando ela precisa de votos catalães e bascos para se manter no poder ou alcançá-lo. O nacionalismo do Vox o torna um defensor vigoroso da integridade da Espanha. Esse partido também prospera a partir do momento em que a direita, o Partido Popular, o PP, parece estar desgastada e envolvida em histórias de corrupção. O Vox destaca o tema da imigração em 2018 e 2019, e critica o islamismo sobretudo ao evocar a Reconquista e se apropriar da Espanha, extremamente católica.

No Reino Unido, o partido Frente Nacional, que surgiu em 1967, continua sendo um fenômeno marginal nos anos 1970 e 1980, com alguns sucessos locais, embora relativos, em eleições municipais e legislativas; é preciso dizer que a direita britânica sempre eliminou todo espaço político para a extrema direita ao integrar um certo nacionalismo inglês, seja com Enoch Powell, um líder conservador que previa “rios de sangue” em 1967 no Reino Unido se sua política de controle estrito da imigração não fosse seguida, ou com Margaret Thatcher, primeira-ministra que não hesita, em 1982, em embarcar seu país em um modo muito nacionalista na guerra das Malvinas, contra a Argentina, reivindicando de forma não menos nacionalista essas ilhas do Atlântico Sul. Deve-se dizer que a questão nacional é especialmente complexa no caso britânico devido à existência de nacionalismos que pleiteiam uma independência, eventualmente portando temáticas de esquerda, quer se trate dos irlandeses do Norte, onde a questão nacio-

nal se mistura de forma direta e violenta a temáticas religiosas (católicos contra protestantes) e sociais, ou os escoceses, cujo movimento independentista ganha uma importância crescente nos anos 2000 e subsequentes – um nacionalismo pró-europeu de emancipação. Poderíamos dizer que a cultura política e a força do sistema institucional britânico, fundado na existência de dois grandes partidos, o Partido Trabalhista e os Conservadores, e sobre um modo de escrutínio no qual os candidatos que estão liderando em seus distritos eleitorais no único turno da eleição legislativa são os vencedores – “*first past the post*” – tornam difícil a penetração de outras forças.

Um quadro mais detalhado incluiria toda a Europa ocidental, a Suíça, com a União Democrática do Centro (UDC), muito hostil à União Europeia, xenófoba e hostil ao islamismo, a Grécia, os países escandinavos, etc. O principal é fazer um balanço do fenômeno mais importante, que é o impulso contemporâneo dos nacionalismos de direita e de extrema direita nessa parte do mundo. Isso, evidentemente, está ligado ao enfraquecimento dos sistemas políticos nacionais, e dos partidos clássicos, de direita, e não apenas de esquerda. O exemplo mais claro à esquerda é o colapso dos até então poderosos partidos comunistas, na Itália e na França, a ponto de pesquisadores como Pascal Perrineau terem proposto a ideia de esquerdismo-lepenista: decepcionado, o eleitorado trabalhador, geralmente confiante nos partidos comunistas e até nos socialistas, os abandonaria para dar confiar seus votos à extrema direita, que, assim, se alimentaria de sua crise. Isso indica que a extrema direita, além do discurso anti-imigração, é capaz de responder a expectativas sociais e econômicas que os partidos de esquerda não são mais capazes de satisfazer.

■ A queda do comunismo

O fim da União Soviética, que, para simplificar, pode ser datado a partir da queda do Muro de Berlim em 1989, inaugura uma nova era para os países que conquistaram a independência: saída brutal do modelo soviético, entrada em uma era do liberalismo econômico mais ou menos selvagem. Nesse contexto, o repentino vazio político e institu-

cional abre caminho para um nacionalismo que logo será exacerbado, e que apresenta características que diferem daqueles das sociedades mais ocidentais. Na Polônia, na Hungria, na Romênia, e, de certo modo, na ex-Alemanha Oriental, etc, aparecem forças extremistas que veiculam temas que devem muito aos nacionalismos pré-guerra, neonazistas, neofascistas a seu modo, sem a menor abertura para qualquer tipo de modernidade cultural. A imigração não é inicialmente um verdadeiro problema, exceto na ex-Alemanha Oriental, aliás, ela não é um desafio, a menos que seja artificial, por outro lado, o antissemitismo costuma estar fortalecido. A nostalgia do soviétismo por vezes também alimenta os atores.

A experiência alemã é especialmente preocupante. Existia na Alemanha Ocidental um partido de extrema direita, criado em 1964 por antigos nazistas, o Partido Nacional-Democrata da Alemanha (NPD), de pouco impacto, que, com a reunificação, obtém resultados consideráveis, antes que apareçam a Alternativa para a Alemanha (AfD), em 2013, e depois *Pegida*, em 2013. A ADF ganha destaque nessa nebulosa, e essa força nacionalista obtém sucessos eleitorais impressionantes nos Estados que surgiram na ex-Alemanha Oriental, resultados que são mais atribuídos às dificuldades da direita clássica da União Democrata-Cristã (CDU) (aliás, os fundadores da AfD vieram desse partido) do que às do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD); essas forças são xenófobas, hostis aos imigrantes, ao islamismo, e cada vez mais claramente antissemitas e neonazistas.

■ Uma crise da esquerda que não foi percebida desde o início

Para os anos 1980 e 1990, que viram a ascensão dos nacionalismos contemporâneos, é difícil incriminar diretamente as forças de esquerda. Em primeiro lugar, a crise é pelo menos tão grande, senão maior, nas direitas clássicas, eventualmente cristãs, do que à esquerda. Em seguida, na Europa Ocidental, os partidos de esquerda ainda estão vivos, com frequência encontram-se no poder, ou são capazes de encarnar uma oposição poderosa. Entretanto, eles são prejudicados por dificuldades duradouras.

A crise econômica, na realidade, sem que ainda se saiba, envolve lógicas pesadas: o fim das “fortalezas operárias”, essas usinas gigantes, a desindustrialização e as transferências para outras partes do mundo, o questionamento do fordismo e do taylorismo, em favor das novas formas de gestão, o desemprego, a precariedade, o reconhecimento da existência de sociedades “de duas velocidades”, tudo isso, acompanhado por ideologias neoliberais, preocupam. O envelhecimento demográfico contribui para o desgaste do Estado de bem-estar social, no qual as sociais-democracias, que fizeram dele um pilar incontornável de sua ação, exercem uma forte influência. Depois de 1989 e com a queda do Muro de Berlim, os progressos da globalização vão acentuar as tendências ao desgaste. A social-democracia, nos países nos quais tem poder, começa então a perder força, especialmente porque seus valores culturais também estão sendo abalados.

Os partidos ecologistas aumentam seu poder neste período, agravando a turbulência das sociais-democracias, principalmente na Alemanha e na Escandinávia: eles contestam as concepções tradicionais do progresso pelo desenvolvimento da produção industrial. A esquerda se refere classicamente a valores que sustentaram o movimento operário, mas não se sente à vontade quando se trata de defender o fim do crescimento e questionar o progresso. Culturalmente, ela se organiza sob forma de partidos cuja própria fórmula começa a ser questionada, a princípio com a crescente rejeição ao leninismo e a formas de organização verticais e piramidais, e depois com a ideia de que é possível fazer política de outro modo – a democracia participativa, teorizada nos anos 1970 e 1980, por exemplo, pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, é um horizonte que questiona a representação política.

Uma sobrevida para o comunismo é apresentada no final de seu ciclo, a finais dos anos 70, pelo eurocomunismo, que se propõe democratizá-lo a partir de propostas que se dizem inspiradas em Antonio Gramsci, mas sem sucesso. Uma outra pista é proposta com os projetos sociais-liberais em sintonia com as orientações de Bill Clinton para os Estados Unidos, encarnados no Reino Unido por Tony Blair, primeiro-ministro de 1997 a 2001, e sua “Terceira Via”, que ele teorizou com o sociólogo Anthony Giddens, e na Alemanha, por Gerhard

Schroeder, chanceler de 1998 a 2005, que instaura a primeira coalizão da social-democracia com os Verdes. Ela evoca um certo entusiasmo, mas mais uma vez isso não dura muito. O fracasso, evidente desde meados dos anos 2000, não levou os eleitores em direção à esquerda social-democrata, mas sim à abstenção, ou, às vezes, à direita, ou até mesmo à extrema direita.

A segunda força de esquerda, o comunismo, nos países onde tinha força na Europa Ocidental, a começar pela Itália e pela França, iniciou um declínio que se provou histórico desde o final dos anos 1970, e, como mencionado, o esquerdismo, e até mesmo o terrorismo de extrema esquerda testemunharam, de fato, sua decomposição.

Na Europa do Leste, nas “democracias populares”, Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, etc., o comunismo desacreditou de tal forma os discursos sobre o movimento operário, sobre a luta de classes, sobre um amanhã cor-de-rosa ou futuros radiantes, que é impossível imaginar fortes partidos de esquerda com esse tipo de discurso quando o regime entra em colapso. Além daqueles que permaneceram ligados ao regime, em colapso conservador e nostálgico, as categorias dos partidos de esquerda, que ainda funcionavam bem na Europa ocidental, eram praticamente inaudíveis no Leste. A queda do Muro de Berlim, em 1989, inaugura, para esses países, uma era em que, mais cedo, e mais claramente do que em outros lugares, as ideias de esquerda e de direita se confundem, as referências se desfazem, e prosperam as ideologias liberais ou neoliberais personificadas por métodos que irão se revelar catastróficos, teorizados e implementados principalmente pelo economista americano Jeffrey Sachs. Assim, a “terapia de choque” é administrada na Polônia pelo ministro da economia Leszek Balcerowicz, o desafio é encerrar a economia administrada, e, nessa perspectiva, até o poder oriundo do Solidariedade, um ator inspirado por ideias que costumam ser de esquerda, adota uma política que leva para uma transição brutal rumo ao mercado.

Assim, nos anos 1980, as esquerdas de toda a Europa deixaram de trazer respostas satisfatórias aos temores e às dificuldades de classes populares ou médias, que passam então a se voltar para propostas

que combinam populismo e nacionalismo, daí a expressão “nacional-populismo” que às vezes é utilizada para designar essas fórmulas que começam a florescer na segunda parte dos anos 1980.

■ A queda da esquerda

A crise da esquerda torna-se evidente a partir do início dos anos 2000. Em 2002, de quinze Estados membros da União Europeia, treze são governados pela esquerda; em 2007, eles não passam de seis, ainda que a União Europeia tenha sido expandida para 27 membros. Nas eleições presidenciais de 2002 na França, o socialista Lionel Jospin não passa para o segundo turno e é derrotado por Jean-Marie Le Pen, candidato do Frente Nacional. Na Itália, o Partido Democrata, candidato de quase toda a esquerda, perde as eleições legislativas em 2007 para Silvio Berlusconi. Em 2008, o Partido Social-Democrata da Áustria (SPÖ) faz sua pontuação mais baixa desde 1918 nas eleições gerais de 2008, com apenas uma maioria relativa. Em 2009, derrotado nas eleições legislativas, o Partido Social-Democrata da Alemanha vê-se obrigado a sair da coalizão governamental que formava com a direita da União Democrata-Cristã (CDU) há quatro anos, ele não representa mais do que um quarto do eleitorado. Em 2010, o Novo Partido Trabalhista perde as eleições no Reino Unido, e o mesmo ocorre, no mesmo ano, com o Partido Socialista (MSzP) na Hungria. Quanto aos partidos comunistas, eles perderam a parte mais importante de sua aura, sua capacidade de representar as classes populares, e suas pontuações são risíveis em todos os lugares. O declínio da esquerda não é linear e generalizado, sucessos podem ser alternados com derrotas e assim, por exemplo, um candidato socialista, François Hollande, vence as eleições presidenciais de 2012, e, seu partido, as eleições legislativas que se seguem. Mas, no conjunto, a tendência é claramente de queda.

E, paralelamente, a partir dos anos 2000, a ascensão dos novos nacionalismos se intensifica, enquanto a crise da esquerda se aprofunda. Forças extremistas nacionalistas aparecem ou se desenvolvem onde eram existentes ou fracas, como na Espanha, com o Vox.

Na Alemanha, onde o espectro do nazismo não lhes deixava espaço, a AfD rompeu e obteve resultados significativos.

Na Itália, a extrema direita chega ao poder, primeiro com Matteo Salvini, e depois com Giorgia Meloni. Os partidos de esquerda por sua vez ficaram unidos por um tempo, o que permitiu que Mario Draghi liderasse uma coalizão governamental e presidisse o Conselho de fevereiro de 2021 a outubro de 2022, mas não permanecem unidos por muito tempo sob a liderança de Enrico Letta. Eles finalmente se dividem entre o Partido Democrata, que reúne antigos comunistas socialistas, a esquerda radical da Esquerda Italiana, os Verdes e o dissidentes liderados por Luigi Di Maio, do Movimento 5 Estrelas, uma força populista que pretende ser ao mesmo tempo de esquerda e de direita – sem falar de seus aliados ocasionais no centro, *Azione* e *+Europa*. A crise de esquerda deve-se aqui a diferentes ideologias, de orientações, entre esses atores, cuja união é um tipo de aglomerado pouco integrado intelectualmente, fruto de *combinazione* entre partidos; ela é exacerbada pelas características do sistema institucional italiano. Na França, o candidato socialista François Hollande, como já mencionamos, chega a levar a eleição presidencial de 2012, e a esquerda clássica parece prosperar: ela controla não apenas o Elysée, mas também a Assembleia Nacional, o Senado (o que é excepcional), a maior parte das grandes cidades e das regiões. Mas, cinco anos mais tarde, ela perde praticamente tudo, François Hollande, a essa altura decepcionado por não poder se apresentar para um segundo mandato, e o Partido Socialista, há pouco tempo tão poderoso, deve vender sua prestigiosa sede parisienses na Rue de Solférino para se instalar em um subúrbio popular. E, além da eleição presidencial de 2022, a candidata socialista, Anne Hidalgo, aliás, prefeita de Paris, não chega a obter nem 2% dos votos.

Na Alemanha, o Partido Social-Democrata da Alemanha estagnou nos anos 1970, e ficou longos anos na oposição a partir de 1982, passando a imagem de uma crise interna profunda. Esse quadro muda quando Gerhard Schroeder ganha as eleições em 1998 com um programa, na realidade, de centro, mais do que de esquerda, e governa graças a uma coalizão com os Verdes.

Há aí um ponto importante. A esquerda alemã, ao contrário das esquerdas italianas ou francesas, evitou se afundar principalmente por dois motivos.

Por um lado, a esquerda social-democrata clássica que nasceu no coração da sociedade industrial escolheu de maneira duradoura o reformismo, contra as ideologias marxistas e revolucionárias, uma escolha endossada no Congresso de Bad Godesberg do SPD em 1959 e a partir do qual as coalizões com a direita se tornavam possíveis. Da mesma forma, os Verdes alemães, que criaram seu primeiro partido significativo em 1980, *die Grünen*, em 1980, estrearam no jogo político institucional obtendo seus primeiros deputados em 1983, principalmente às custas do SPD. Eles também aceitam, não sem tensões internas, o realismo e o reformismo, o que os autoriza, a partir de 1988, a participar várias vezes do governo de coalizão com o SPD e os liberais reformistas. Essas três forças se referem aos valores, às orientações, e um contexto histórico que não são os mesmos: valores ligados à era industrial nos sociais-democratas e da era pós-industrial no caso dos Verdes. Mas elas são capazes de encontrar as modalidades de um acordo de governo. Por outro lado, essas modalidades são possíveis na Alemanha devido a uma cultura política do compromisso e de mecanismos institucionais que a concretizam: depois das eleições legislativas, se nenhum partido tem a maioria absoluta, começam as negociações que podem durar várias semanas, e até meses, ao longo das quais são elaborados o programa e o compartilhamento das responsabilidades dentro de uma coalizão que será assim bem preparada para exercer coletivamente o poder.

De modo geral, quando o sistema político está em pane, mesmo que seja apenas do lado da esquerda, as formas clássicas que o constituem entram em declínio ao mesmo tempo em que aparecem ou se desenvolvem várias outras fórmulas. O declínio histórico do comunismo, mas também do esquerdismo, que foi marcante até o final dos anos 1970, e desaparece ou se retrai em seguida, inspirando grupos sectários sem impacto político, e as dificuldades da social-democracia e partidos reformistas de esquerda, deixam um vazio que será preenchido pela abstenção, ou que é parcialmente preenchido pela esquer-

da da esquerda, em alguns países, além das forças ecologistas mais ou menos resistentes ao reformismo, e não necessariamente ancoradas, solidamente, à esquerda. São tentativas de propor uma nova esquerda radical, resistente a qualquer negociação ou tentativa de compromisso, e, a partir de então, bastante incapaz de assumir o poder do Estado, a não ser participando de alianças eleitorais.

O esgotamento da historicidade da sociedade industrial, de seus valores de progresso, de trabalho produtivo, de crescimento, de confiança na ciência abre caminho para o nascimento, e depois para o crescimento, de partidos ecologistas que resgatam os desiludidos do comunismo ou da social-democracia, além das novas gerações de eleitores, cujos valores se opõem aos das forças clássicas de esquerda.

Esses dois fenômenos – radicalização da esquerda e emergência da ecologia política – podem ser observados em vários países da Europa. Assim, na Alemanha, os desiludidos do SPD abandonam esse partido de esquerda e se fundem com o Partido do Socialismo Democrático (PDS), o antigo partido comunista da Alemanha Oriental, e criam, em 2007, o *Die Linke*, sob a liderança de Oskar Lafontaine, um partido radical em suas posições, principalmente contra a moeda europeia, o euro. *Die Linke* se coloca à esquerda do SPD, do qual ele é muito crítico. E, como já dissemos, os Verdes se formam nesse país primeiro fazendo oposição ao SPD, depois em eventual parceria com ele em coalizões do governo.

Na Espanha, o Podemos surge em 2014, como prolongamento do movimento social e cultural, e não diretamente político, dos *Indignados*. Esse partido criado por intelectuais, por ativistas do movimento social e personalidades do mundo da cultura, também se coloca à esquerda da esquerda. Ele exige direitos para os imigrantes, defende a luta contra o livre comércio, é favorável à democracia direta por meio de referendos, e oscila entre um populismo, que acaba fazendo dele um partido favorável ao regime de Nicolás Maduro na Venezuela, e uma posição crítica diante da esquerda clássica do Esquerda Unida, o que não irá impedir que participe várias vezes de alianças nacionais,

regionais ou locais. Ele não é nacionalista como a extrema direita derivada de Vox, que ele combate energicamente, mas se revela favorável a um certo soberanismo espanhol. Ele costuma ser considerado populista, no sentido que o intelectual Ernesto Laclau atribuiu a esse termo.

Na Grécia, *Syriza* nasce em 2004 sob a forma de uma coalizão de partidos de esquerda, ecologistas e de extrema direita. Ecologista e anticapitalista, essa força importante, que abandonou uma parte de seu populismo inicial ao ascender ao governo, deve muito ao declínio, e depois ao colapso, do *PASOK*, a clássica força de esquerda. Ativamente antirracista e antifascista, exigindo direitos para os imigrantes, crítica ao liberalismo que atribui à União Europeia, ele, na verdade, é um partido sob tensão, entre uma linha radical, fundadora, e uma linha reformista, derivada de seu acesso ao poder de Estado.

Na França, o França Insubmissa (LFI) foi criado em 2016, sob liderança de Jean-Luc Mélenchon, que, outrora, havia sido um importante líder socialista, tendo exercido até mesmo o cargo de ministro. Esse partido surge dos destroços do Partido Socialista e tem uma relação tensa com o Partido Comunista e com os ecologistas do partido Europa Ecologia – Os Verdes (EELV). Ele se inspira no Podemos, mas também no presidente bastante populista do Equador Rafael Correa ou em Bernie Sanders nos Estados Unidos, figura da esquerda da esquerda do Partido Democrata. Apresenta-se como uma alternativa de esquerda ao Frente Nacional, e obtém resultados eleitorais significativos, incluindo no momento das eleições presidenciais de 2017 (19,58% dos votos válidos) e de 2022 (21,95% dos votos válidos). Mas seu populismo, que também o vê favorável à Venezuela de Maduro, e sua radicalidade o impedem de esperar muito mais ou muito melhor do que isso. O Nova União Popular Ecologista e Social (NUPES) — coalizão que ele consegue formar no momento das eleições legislativas de 2022 principalmente com uma parte do Partido Socialista, os ecologistas da Europa Ecologia – Os Verdes, e um Partido Comunista, aliás, reticente a essa aliança — está sempre ameaçado de rompimento, ele não oferece alternativa crível, e sua existência impede até mesmo a construção de uma esquerda reformista suficientemente crível e poderosa para chegar ao poder.

Um exame sistemático das forças da esquerda na Europa nos levaria praticamente às mesmas observações: em primeiro lugar, em todos os países do velho continente os partidos reformistas estão, de modo geral, enfraquecidos, mas eles podem ter resultados satisfatórios em uma eleição, e até podem ser capazes de ressuscitar. Por exemplo, a esquerda no governo na Espanha foi varrida nas eleições locais de maio de 2023, mas se recuperou dois meses depois nas eleições legislativas antecipadas. Em segundo lugar, os partidos radicais representam uma esquerda da esquerda que resiste a participar de uma aliança eleitoral em escala nacional, e cujo radicalismo é um obstáculo para a formação de um reformismo que aceita compromissos. As esquerdas radicais estão ligadas a um populismo que, de modo geral, é capaz de mobilizar somente um eleitorado limitado, sem real perspectiva de conquistar o poder, e na constituição de alianças elas perdem o que constitui seu fundamento. Elas não são uma alternativa crível para o avanço dos nacionalismos. Em terceiro lugar, a ecologia política contribui aqui e ali com coalizões eleitorais.

As esquerdas podem ressuscitar?

A ideia de esquerda hoje não chega a constituir uma alternativa crível ao nacionalismo florescente, mas ela não está fadada à extinção. Seu declínio atual não é inevitável. Para que se recuperem de forma duradoura, as esquerdas precisariam preencher muitas condições.

Algumas dessas condições estão relacionadas a seus programas, a suas ideias, a seus valores. Aqui, o mais delicado se refere à sua capacidade de articular, de forma real, e não apenas justapor conforme as conjunturas o que elas representam socialmente, por um lado, e, por outro, o que carregam culturalmente. Socialmente, muitas esquerdas na Europa parecem ter fracassado, ter se tornado incapazes de responder às expectativas das classes populares, e, principalmente, daqueles que a evolução econômica invisibilizou, o proletário trabalhador, outrora tão central, incluindo em seus mitos mobilizadores, e hoje total ou praticamente esquecido. A força dos nacionalismos de hoje é saber falar socialmente, dirigir-se aos operários, aos camponeses, às

pessoas comuns, às classes médias com mobilidade em declínio. Os regimes iliberais da Hungria ou da Polônia sabem bem como implementar medidas sociais direcionadas a esses eleitorados, eles não são neoliberais em suas políticas econômicas.

Acontece que também as esquerdas na Europa se apresentam como boas gestoras, dotadas de uma verdadeira experiência em economia e na administração de recursos, o que reduz suas diferenças com a direita, tornando-lhes impopulares nos meios menos favorecidos, onde seus discursos e suas práticas foram vistos como tecnocráticos, destinados, antes de mais nada, às elites e às classes médias e superiores das metrópoles – os nacionalismos também prosperaram nessas imagens amplamente fundamentadas. Na França, por exemplo, a chegada ao poder de François Mitterrand e da coalizão social-comunista em 1981 suscitou reais esperanças, a “guinada à austeridade”, e, portanto, a boa gestão econômica, em 1982, as frustrou.

Mas não basta que ocorra uma evolução que faça com que as esquerdas respondam a expectativas econômicas e sociais populares, também é preciso que elas se mostrem capazes de encarar um novo mundo, novas sensibilidades culturais. Estas são, em primeiro lugar, ecologistas, relativas à mudança climática, mas não apenas. Há meio século, o feminismo, a ação antirracista, a rejeição de todo tipo de discriminação, as pesadas demandas de dimensões éticas relacionadas, por exemplo, ao gênero ou ao fim da vida na velhice, as reivindicações de diversas minorias nacionalitárias, étnicas, religiosas, estão à espera de um tratamento político que as esquerdas modernas precisam oferecer. Mas esse tipo de tratamento político pode contrariar grande parcela da população, provocando inveja, ressentimento, um sentimento exacerbado de abandono. Vejamos os Estados Unidos em 2016 no momento da candidatura de Hillary Clinton contra Donald Trump: um posicionamento claro em favor dessas minorias e sensibilidades contribuiu para custar a vitória dessa candidata democrata em favor de um candidato que apelou para o eleitorado de “pequenos brancos”, hostis a essas mesmas sensibilidades e minorias. A experiência alemã evocada anteriormente revela que, no entanto, é possível conjugar esses dois tipos de demandas, algumas típicas das clássicas expectati-

vas sociais, outras de novas exigências culturais. Costuma-se dizer que os partidos de esquerda pararam de trabalhar, de refletir, de produzir ideias renovadas. Na verdade, elas voltarão a fazer isso no dia em que decidirem enfrentar esse tipo de desafio.

Além disso, a rápida entrada na era digital, da internet e das redes sociais contribuíram para colocar em xeque as clássicas modalidades de ação política e suas formas de organização herdadas do período anterior: a esquerda está longe de ser suficientemente modernizada nesse registro.

Isso poderia implicar um renascimento da própria vida intelectual, cujo centro da gravidade estava situado na esquerda até os anos 1980 ou 1990, quando se deslocou amplamente para a direita. O movimento das ideias foi primeiro observado nos Estados Unidos, com a ascensão dos neoconservadores, e depois o triunfo das ideologias neoliberais, principalmente com a tese do filósofo político Francis Fukuyama afirmando que o mundo, com a queda do Muro de Berlim, havia entrado em uma fase histórica que ele qualificava como “fim da história”: segundo ele, a democracia e o mercado não teriam alternativas. Na França, a aceitação de Soljenitsyne pela esquerda em meados dos anos 1970, em uma época em que o soviétismo e o comunismo que esse dissidente questionava conservavam ainda um enorme respeito, depois o sucesso desses “novos filósofos” no final da mesma década, Bernard-Henri Lévy, André Glucksmann e outros inauguraram o mesmo tipo de movimento geral das ideias. Essa virada é dominada por pensamentos cada vez mais de direita, e até mesmo populistas, com, por exemplo, Michel Onfray ou Alain Finkielkraut. O reencantamento das esquerdas também deveria ser intelectual, o que poderia implicar que elas refletissem sobre o progresso, sobre a justiça, e repensassem a noção de universalismo que hoje em dia criticam duramente os que veem – em grande parte com bastante razão – a expressão da dominação dos brancos sobre os povos de outras cores, de homens sobre as mulheres, do Ocidente sobre os povos colonizados, do Norte sobre o Sul, etc.

A estrutura nacional não é mais suficiente para pensar esses grandes desafios, e a Europa, abalada pela epidemia da covid- 19 e

pela guerra da Rússia na Ucrânia, exige que as esquerdas reflitam e promovam mudanças reforçando sua preocupação de refletir e de agir coletivamente para contribuir para a construção europeia, incluindo no âmbito da guerra e da diplomacia. Uma dificuldade aqui é que as esquerdas populistas, e alguns setores do que restou das esquerdas mais clássicas, a começar pela França, com o LFI, mas também com tendências encarnadas pelo socialista Jean-Pierre Chevènement, são tentadas pelo soberanismo, como as extremas direitas nacionalistas. As esquerdas, como vimos, portam as esperanças e os projetos de uma parte da população, elas também devem definir a estrutura de sua ação e conservá-la: ao que é oferecido pela ideia de Nação, elas têm tudo a ganhar ao adicionar, sem necessariamente substituir, aquilo que constitui a Europa.

As esquerdas sempre estão divididas entre lógicas de ruptura e de radicalidade, eventualmente revolucionária, e lógicas reformistas e negociadoras. E quanto mais elas estão em crise, mais são eficazes os atores que vão no sentido da radicalidade. Em alguns casos, os responsáveis políticos tomam nota dessa divisão e a endossam. A história demonstra, porém, que as esquerdas só ascendem ao poder por sua capacidade de articular, e não de opor frontalmente as duas famílias lógicas. Existe aí um desafio: como fazer, à esquerda, para que uma certa radicalidade não destrua a esperança e a capacidade de acessar o poder a longo prazo?

As esquerdas, como vimos, não estão à vontade com a ideia de nação. Elas sempre se opõem a ela, outras vezes se acomodam a elas. Para elas, hoje em dia não é mais possível simplesmente recusá-la, como algo exclusivamente carregado de nacionalismo e de extremismo. As esquerdas concretas, na Europa, irão se reconstruir a partir do momento em que terão esclarecido sua relação com a nação, cada uma em sua estrutura nacional, mas também em escala europeia. O mesmo vai acontecer com as identidades minoritárias, eventualmente autonomistas ou independentistas, para as quais as esquerdas oscilam entre uma certa abertura, de tipo multiculturalismo, e uma recusa pura e simples, centralizadora, mais ou menos jacobina, com poder sobretudo na Espanha: aí também o esclarecimento é indispensável.

Esse tipo de reflexão requer aceitação. Outrora, sobre a questão nacional, as esquerdas se posicionavam em função de uma visão mais ou menos internacionalista. Hoje, elas também precisam pensar globalmente, aceitar que grandes problemas econômicos, sociais, culturais, religiosos, não são “internacionais”, ou não são apenas internacionais, mas também globais, envolvendo lógicas supranacionalistas. A questão é veemente quando se trata de imigração: há uns quarenta anos, o tema vem impulsionando as direitas, sobretudo os nacionalistas, e minando as esquerdas. As esquerdas terão que refletir cada vez mais globalmente, mesmo que seja para agir contra a globalização, e não apenas internacionalmente.

Enfim, a pesquisa histórica, por exemplo, a notável história proposta por E.P Thompson de “A Formação da Classe Operária Inglesa” demonstra que entre as primeiras expressões de uma contestação operária, nesse caso os “ludistas” que destruíram as máquinas nos primórdios da indústria, e a consolidação trazida pelos grandes partidos e sindicatos, pode ter havido durante várias décadas uma efervescência onde alguns propunham utopias, outros implementavam cooperativas, outros, sistemas mútuos, etc.: a era de novos nacionalismos, que também é a de novos movimentos sociais e culturais, e a partir de então é também a era da crise das esquerdas clássicas, ainda não tem essa espessura histórica. Ela remonta apenas aos anos 1970: não se exclui a ideia de que a esquerda seja revitalizada no futuro, a longo prazo, uma vez que os atores políticos hoje são capazes de se alinhar com a efervescência contemporânea, onde se misturam expectativas sociais mais ou menos clássicas, e outras expectativas, culturais, frequentemente muito inovadoras.

Nacionalismo de direita no Brasil

Maria Celina D'Araujo¹

Nacionalismo é uma das palavras mais presentes no vocabulário das ideologias políticas e um dos conceitos mais polêmicos. No Brasil tem sido associado principalmente a uma forte participação do Estado na economia, por isso sempre foi desenvolvimentista. Neste ponto aproxima direita e esquerda, embora a última tenha acrescentado uma perspectiva redistributivista. O nacionalismo político nunca se enraizou no Brasil, sempre foi um fenômeno das elites, especialmente entre militares, intelectuais e burocratas de Estado, com destaque para os diplomatas. É um conceito dinâmico, sempre datado e, como tal, não pode ser entendido sem levarmos em conta conjunturas internacionais e embates internos de cada país no momento em que uma política com essa terminologia entra em pauta. Por exemplo, o nacionalismo brasileiro contrasta com os nacionalismos populares que se desenvolveram no restante da América Latina, como no México.

No Brasil do século 20, aplica-se a propostas intelectuais dos anos 1920 sobre qual seria o papel do Estado para a identidade nacional e às políticas industriais do primeiro governo de Vargas (1930-45). Está presente nas campanhas de rua e batalhas parlamentares na defesa dos recursos econômicos nacionais, entre os anos de 1950 e 1960 em plena democracia, e nas campanhas da ditadura militar (1964-1985) para doutrinar a sociedade em moldes anticomunistas. Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-22), reconhecidamente autoritário e com slogan "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", o nacionalismo econômico se dilui no alinhamento acrítico aos Estados Unidos e nas pautas moralistas e religiosas.

1. Maria Celina D'Araujo é doutora em Ciência Política e pesquisadora visitante da PUC-Rio, onde atuou como professora. Foi também docente da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Getúlio Vargas. É autora de vários livros e artigos sobre militares no Brasil e América Latina e Era Vargas e ocupou a presidência da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (Abed).

Realisticamente tivemos entre nós propostas de nacionalismos autoritários na esquerda e na direita, pois, como projeto, resumiam-se ao discurso da nacionalização ou estatização dos recursos naturais do país – petróleo, por exemplo – e ao tratamento a ser dado ao capital financeiro. Neste campo, acusações mútuas cunharam em nossa história a dicotomia nacionalistas x entreguistas. Mais recentemente, mundo afora, o nacionalismo de direita ganhou notoriedade por suas pautas supremacistas, anti-imigratórias, morais e religiosas.

Atualmente, para alguns, nacionalismo de direita não faria sentido. Isto porque a definição mais corrente de direita entre nós remete a uma economia cosmopolita de mercados, aberta à participação de capital estrangeiro, ou seja, o oposto de uma economia nacionalizada ou estatizada, mais associada à esquerda – embora a ditadura militar tenha sido adepta do estatismo. Nas últimas décadas simplificamos esses termos chamando de direita aqueles que são liberais na economia – ou neoliberais, de acordo com detalhes conceituais de cada um.

Apesar dos problemas conceituais, vamos esclarecer o que faremos neste texto. Mostraremos exemplos de nossa história em que um nacionalismo de direita foi praticado ou apregoadado, na prática e na teoria, normalmente via Estado. Isto se aplica inicialmente ao governo de Vargas de 1930 a 1945 e ao pensamento político que o antecedeu e orientou. Nesse período, o Estado era o principal parceiro na economia e a participação popular foi organizada em moldes das manifestações fascistas. De toda forma, o nacionalismo de Vargas assumiu um caráter popular, um sentido de nacionalidade. O modelo Vargas de desenvolvimento foi hegemônico no Brasil até os anos 1980 e ainda houve tentativa de reeditá-lo nos anos seguintes.

Embora não tenhamos exemplos puros de momentos nacionalistas de direita e de esquerda, vamos definir como nacionalismo de direita uma situação de limitada liberdade política e com forte tendência a valorizar o papel do Estado na economia, na cultura e no controle social. Este nacionalismo desqualifica a sociedade, entendendo-a como inoperante, incompetente, manipulável e que, por isso, necessita de um governo forte. Seus chefes se acham superiores. Com nuances di-

ferentes, pois vividos em tempos distintos nos desafios internacionais, Getúlio Vargas do primeiro governo e a ditadura militar enquadram-se nesta moldura de um Estado acima da sociedade.

Chegaremos até o governo Jair Bolsonaro, mostrando a transformação do nacionalismo de direita. Se o velho nacionalismo de direita se apoiava sobretudo na posição central do Estado para impulsionar o desenvolvimento econômico, o novo nacionalismo de direita traz uma agenda econômica liberal e se embasa no antagonismo à globalização e aos valores do suposto “marxismo cultural” a ela atribuídos.

Nacionalismo de direita via Estado autoritário

Boris Fausto em seu livro *O pensamento nacionalista autoritário* (2001) atesta que, ao contrário do que aconteceu em vários países da Europa, no início do século 20, no Brasil e em outros países do que viria a ser chamado Terceiro Mundo, a questão nacional foi apropriada pela direita e pela esquerda, com diferentes matizes que vão do ufanismo à luta de libertação contra o imperialismo. No campo dos autoritários, nomeia Alberto Torres entre outros, que escrevem a partir dos anos 1920, tais como: Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos. Nas décadas de 1920-30, outros intelectuais continuaram discutindo o que seria a originalidade do povo e do Estado brasileiros de forma a mostrar suas especificidades definindo assim o que seria ou deveria ser o nacionalismo no país. Ao mesmo tempo demonstravam a necessidade inevitável do autoritarismo que chegará de forma inquestionável com o Estado Novo (1937-45). A par disso, seguindo as tendências internacionais, o racismo, que segundo Lilia Schwarcz (1993) já havia obtido algum grau de sucesso entre as elites intelectuais do século 19, assume características científicas e políticas, desvalorizando a sociedade e a qualidade do povo, o que obrigava à existência de um Estado forte para elevar o padrão moral da população.

Com diferenças de ênfases e de estilos, esses intelectuais concordavam que a sociedade no Brasil não existia como corpo uniforme, como nacionalidade. Fraca e anômica, não tinha maturidade para en-

tender a importância de se construir identidade e interesses nacionais. Esse papel deveria ser destinado a uma elite intelectual e política que tomaria para si o controle das rédeas do Estado e de suas políticas.

O movimento militar conhecido como tenentismo começa em 1922 detonando a crítica armada ao que chamava de atraso dos governos civis e lançou as bases do intervencionismo militar dos anos seguintes com conotações nacionalistas. Desse movimento saiu o líder do Partido Comunista Brasileiro, Luís Carlos Prestes, e diversos líderes autoritários de direita que foram atores centrais no golpe de 1964.

O nacionalismo autoritário sempre esteve mais presente em gabinetes de intelectuais, clubes de empresários, militares e partidos conservadores. Até mesmo entre os modernistas da Semana de 1922 surgiu uma facção nacionalista de direita: o movimento verde-amarelo, representado por nomes como Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, menos midiático do que a ala mais irreverente que ousou mudar com mais ousadia padrões em várias formas de arte.

Durante a primeira República (1889-1930) não tivemos, de forma consistente, um explícito nacionalismo de direita na economia. Governos autoritários como Floriano Peixoto estiveram mais atentos à unidade política e territorial brasileira. De toda forma, embora governado por uma oligarquia poderosa do ponto de vista regional, o Estado nacional performou-se na economia por defender os interesses financeiros do café e com isso financiar a elite agrária que politicamente dominava o país. Depois da crise de 1929 esse modelo foi revisto e o incipiente desenvolvimento industrial que começara durante a primeira guerra começou a ser redimensionado.

A política de valorização do preço do café, com a socialização das perdas, nas primeiras décadas do século 20, não era nomeado como um projeto econômico nacionalista. Fazia parte de uma estratégia econômica, tida como natural pelas elites, entendidas como legítimas detentoras da riqueza nacional. Havia poucas políticas sociais, os direitos do trabalho eram precários e a ideia de sociedade brasileira, reunindo Estado e povo, ainda estava em construção.

Apesar do peso da Igreja Católica com suas demandas conservadoras na educação e na cultura, poucas vezes o nacionalismo de direita ganhou expressão de movimento de rua no plano nacional. Isso aconteceu pela primeira vez nos anos 1930 com a Ação Integralista Brasileira, AIB (1932-38). Com o lema “Deus, Pátria e Família” apresentava uma proposta centralizadora, de inspiração fascista, e conseguiu a adesão formal de cerca de 600 mil pessoas. Uniformizadas e armadas, desfilavam em festividades cívicas e cerimônias, mostrando apoio ao governo Vargas instalado em 1930.

Do outro lado do espectro ideológico foi criada em março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente de esquerda liderada pelo Partido Comunista Brasileiro. Tinha como presidente de honra Luís Carlos Prestes, ex-militar do movimento tenentista e pessoa da confiança do PC soviético no Brasil. A ANL produziu forte atração entre os militares descontentes com o novo governo. A atração que o comunismo exercia sobre jovens oficiais era motivo de preocupação para as cúpulas militares. O próprio Prestes reconhecia ser mais fácil organizar o partido nos quartéis do que nas fábricas. Logo após o levante comunista de 1935, a ANL é fechada e seus principais líderes presos.

Com esse levante, o comunismo fora elevado a principal inimigo da pátria, fortalecendo a dinâmica integralista e patriota. Ser nacionalista era, antes de mais nada, ser anticomunista. Esta associação permaneceu na cultura política brasileira com incrível estabilidade. A ameaça do inimigo vermelho ganhou maior ou menor intensidade no decorrer dos anos, dependendo da intensidade da ação eleitoral ou conspiratória dos comunistas ou da esquerda, da conjuntura internacional e da paranoia dos governantes e das classes dominantes, especialmente as agrárias. Foi elevada a inimigo número um do país em 1964, para justificar o golpe militar.²

O comunismo, certamente, não era um inimigo inventado, um pretexto para golpistas, embora seu tamanho e organização tenham sido redimensionados. Existia de forma organizada desde 1922, quando

2. Ver, por exemplo, Motta, 2002.

seu partido foi criado, e tinha presença disciplinada em vários quartéis, como demonstrado pelo Levante de 1935 que ocorreu nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro. Habilmente acionado como o inimigo da pátria pelo governo, seria fundamental para manter, no futuro, a coesão das Forças Armadas em torno de uma possível solução de força.

As campanhas nacionalistas de direita foram a marca forte do Estado Novo. Apesar de não haver oficialmente partidos ou uma organização paramilitar de jovens, estes, junto com trabalhadores e sindicatos, foram presença uniformizada constante nas várias manifestações cívicas promovidas pela máquina de propaganda do Estado Novo: Dia da Raça, Dia da Pátria, Dia da Juventude, Semana da Independência, Dia do Trabalho e outros. Essas manifestações, em que se exibiam grandes retratos de Getúlio Vargas e que ocorriam normalmente em campos de futebol, transformaram-se em momentos síntese de louvor à Nação e a seu “chefe”. Getúlio expressava a nacionalidade brasileira, não era apenas o chefe de Estado.

Para tanto, ao lado da propaganda de massa havia o controle da imprensa, ambas sob a responsabilidade do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP. A imprensa, então restrita a jornais, revistas e rádio, deveria ter a função pública de apoiar o governo e auxiliá-lo no projeto nacional de crescimento econômico e desenvolvimento da nacionalidade. Quem assim não agisse poderia ser punido inclusive com a desapropriação de seus bens. Foi o que aconteceu aos proprietários de *O Estado de São Paulo*, que na época já era um dos mais importantes periódicos do país.

Ao fim do Estado Novo o país havia consolidado sua segunda revolução industrial: deixava a fase de produção de bens manufaturados de curta duração para entrar na etapa industrial que produzia máquinas. Nesse aspecto, a ditadura do Estado Novo realizava, na economia, um projeto que a esquerda, preocupada com a emancipação econômica do país, futuramente também abraçaria. Em 1938 o governo declarou pertencerem à União todas as jazidas de petróleo encontradas no território nacional e nacionalizou a indústria de refinamento do petróleo. Paralelamente, o Código de Minas, de 1940, proibia

aos estrangeiros a mineração, a metalurgia e a exploração das riquezas do subsolo brasileiro.

A concentração de poder de decisão na área econômica é uma das marcas mais fortes e duradouras do Estado Novo e deitou profundas raízes no país, especialmente no que toca a um modelo econômico de desenvolvimento orientado pelo Estado. As discussões e polêmicas a partir dos anos 1990 sobre privatizações e a necessidade de manter ou não a estatização em algumas empresas tidas como estratégicas, tais como as de petróleo e minérios, são evidências do enraizamento desse modelo na sociedade brasileira. Símbolo do nacionalismo econômico desse tempo foi a construção da Usina de Siderurgia de Volta Redonda e da Companhia do Vale do Rio Doce, o que caracterizou a consolidação da industrialização do país num modelo que veio a ser conhecido como nacional-desenvolvimentismo.

Nacionalismo pela via da sociedade e do Estado democrático

No período de 1946 a 1964 a ideologia nacionalista foi apropriada pela esquerda e ganhou as ruas pelas mãos de partidos e organizações da sociedade civil. Para começar, a campanha “O petróleo é nosso” foi uma das mais mobilizadoras e uma das que mais envolveu os militares de 1950 a 1962. O Clube Militar, no Rio de Janeiro, transformou-se na principal frente de disputas entre fardados nacionalistas e internacionalistas. Ali se processavam eleições a cada dois anos que se tornaram fato político nacional desde 1950. Deste ano até 1962, duas chapas concorreram às eleições para a diretoria do Clube e as vitórias foram apertadas. A vitória de uma chapa era sinal do prestígio de certas lideranças nos quartéis, o que, por sua vez, indicava aderência ou não a políticas nacionalistas. Neste período foram realizadas sete eleições – quatro delas ganhas pelo grupo que se automeava de nacionalista. Em cada grupo havia generais prestigiados dentro da corporação e vários deles irão conspirar no golpe de 1964 – e outros serão perseguidos. Em ambos havia aliados civis, todos esperançosos do apoio militar para ganhar legitimidade para seus projetos políticos.

Interessante levar em conta que uma instituição que se define pela disciplina, obediência e hierarquia tivesse atingido tal nível de mobilização e de contestação interna. Na prática o Clube Militar tornou-se o quartel general da campanha do petróleo cujo estatuto fora elaborado pelo governo Dutra em 1948. As Forças Armadas estavam ideologicamente cindidas entre haver mais ou menos controle nacional na futura exploração desse recurso e na economia em geral. Assim como elas, várias novas organizações são criadas com essa finalidade. A União Nacional dos Estudantes, agora na legalidade, foi uma das peças importantes nessa discussão sobre a entrada de empresas estrangeiras no país para a extração de petróleo. Em 1953, no dia 3 de outubro, data do início da revolução de 1930, Getúlio Vargas assinou a lei que criou a Petrobras garantindo o monopólio do Estado na pesquisa, extração, refino e distribuição marítima dessa matéria prima. O petróleo foi a primeira grande bandeira que germinou uma série de outras campanhas. No caso da Petrobrás, convém lembrar que a tese de estatização foi defendida na última hora e com maior verve, pela União Democrática Nacional, UDN, partido liberal na economia, que quis marcar sua faceta popular. Coerência nunca foi uma marca forte de nossas elites à direita e à esquerda.

O suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 redimensionou seu prestígio como líder, “pai dos pobres”, e como nacionalista que havia lutado pela soberania do país. Este capital político foi apropriado nos anos seguintes por seguidores, gerando desconfiança quanto a sua dimensão popular. Neste sentido, a associação com o comunismo era recorrente.

Durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-60) o país enfrenta otimismo econômico, protege e alavanca organizações intelectuais de esquerda nacionalista, negocia com sindicatos e estudantes, administrando a avalanche de demandas que começam a emergir com a democracia, entre elas, reformas estruturais na economia e sociedade brasileiras. Esta é uma época conhecida como “anos dourados”: jovens reconhecidos como atores políticos, greves quase constantes, liberdade de manifestação, inovações culturais, nova capital surgindo no Planalto Central do Brasil, desenvolvimento econômico acelerado, o que Juscelino chamou de “50 anos em cinco”. No entanto, seguindo

um antigo vício brasileiro, no plano da educação pouco mudou. O Brasil se moderniza nos transportes e na energia, constrói estradas, abre a indústria automobilística ao capital estrangeiro, mas não cuida de seu capital humano. Por outro lado, não obstante a pregação nacionalista, o capital estrangeiro, alvo dos protestos nacionalistas, era majoritário. Entre 1955 e 1963, os Estados Unidos detinham 43,5% do total de investimentos estrangeiros no Brasil, e Alemanha vinha em segundo lugar com 18,7%³ (Caputo & Melo, 2009: 524).

No início de seu governo, 1956, foi formalmente criada a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que veio a se tornar o fenômeno mais importante no Legislativo, não tanto por seu quantitativo, mas pela ressonância adquirida. Sua criação obrigou a formação de bloco parlamentar que fosse sua contraparte, criado em 1961 com o nome de Ação Democrática Parlamentar. A FPN foi considerada por Glaucio Soares (1973) como um “divisor de águas”.

Nesse período tivemos a presença de órgãos intelectuais importantes como parceiros dos governos Vargas, Juscelino e João Goulart, a exemplo da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), que incluíam intelectuais de esquerda e liberais. Não obstante o otimismo e a parceria intelectual e sindical com os governos, termos como subdesenvolvimento e desenvolvimentismo começaram a ganhar forma. No primeiro caso éramos um desenvolvimento dependente de capitais e tecnologia internacionais, no segundo, esse desenvolvimento teria que se dar via Estado, ou seja, pelo financiamento público. Não havia para tanto poupança interna nem uma burguesia nacional forte e ativa como ocorrera nos países ricos.

A FPN reuniu 10 partidos ao longo de sua história, a maioria do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), chegou a reunir 120 parlamentares (Ribeiro 2017), e se apresentava como expressão da esquerda nacionalista. Sem seguir uma estrutura bem delineada, a Frente tinha um elenco de propostas que definiam seu ideário economicista – quase

3. Ver Ribeiro, 2017.

todas voltadas para a nacionalização da economia. Chegou-se a mencionar cinema e patrimônio cultural, mas, sintomaticamente, os temas da educação, saúde e bem-estar estiveram ausentes nas plataformas divulgadas. Na agenda predominavam pontos como intervencionismo econômico, controle estatal, indústrias de base, exploração de recursos naturais, remessa de lucros, revisão de acordos internacionais, combate aos monopólios e reformas agrária e bancária. Sem considerar algumas experiências em governos estaduais, no plano parlamentar a esquerda seguia uma agenda em que a sociedade não era diretamente nomeada, apenas subentendida como uma resultante do mundo da economia.

Nos anos 1960, a maior parte dos projetos e pedidos de emendas constitucionais sobre reforma agrária e desapropriação de terras eram oriundos de parlamentares da Frente. Como contraface da FPN foram criadas organizações de empresários visando a divulgar a iniciativa privada, a liberdade individual, combate ao intervencionismo estatal, apoio ao capital estrangeiro, estímulo à produtividade rural e solidariedade “ao mundo democrático”. Das mais importantes temos o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), de 1959, assim como a Ação Democrática Popular (ADEP), de 1962. Os dois primeiros funcionavam como *think tanks* para a divulgação do pensamento empresarial capitalista, por meio de publicações variadas, e atuavam na coleta e distribuição de recursos nacionais e estrangeiros para eleger candidatos simpáticos a suas teses. A ADEP foi um bloco parlamentar criado com objetivos eleitorais para antepor-se à FPN.

É necessário entender que, assim como o nacionalismo se tornava uma ideia cativante para muitos, grande parte da sociedade entendia que o comunismo era uma possibilidade real, uma ameaça apavorante. A Igreja foi fundamental em denunciar seu ateísmo, que destruiria a família brasileira, e o coletivismo, que acabaria com a propriedade privada. Por isso mesmo, as grandes manifestações de rua contra o governo Goulart, capitaneadas por lideranças femininas, tinham como lema a defesa de Deus, da família e da propriedade.

As incertezas quanto aos resultados da mobilização e da radicalização política unia empresários, classes médias e Forças Armadas, muito mais organizados e com mais financiamentos. Chegou-se ao golpe e à ditadura militar, um dos períodos em que o Estado mais atuou na economia financiando empresários e inaugurando grandes obras. Foi um tempo de muitas estatizações em nome da defesa dos interesses nacionais e de um novo nacionalismo. Nacionalismo no qual civis abriram mão do exercício do voto direto para apoiar um Estado militar, policial e autoritário em que empresários até ofereciam instalações de suas fábricas para que a repressão pudesse ter mais espaço de ação.

A ditadura militar e nacionalismo econômico de direita pela via autoritária

A ditadura militar, em termos das restrições às liberdades públicas, tem semelhanças com o Estado Novo com o adicional de que eram tempos de Guerra Fria, o que tornava a tensão política mais acirrada. Por isso mesmo, a repressão, a violência e a tortura ocorreram em um grau inédito na história do país. Diferentemente do Estado Novo, um Parlamento foi consentido, ainda que sem qualquer autonomia, enquanto os militares se revezavam no poder por meio do formalismo das eleições indiretas.

Um dos parlamentares do PTB, intelectual ligado ao ISEB conhecido por suas teses nacionalistas, foi Guerreiro Ramos, cassado e exilado imediatamente após o golpe. Em reflexões posteriores,⁴ examinava o momento do colapso do governo Goulart e afirmou: “O nacionalismo no Brasil teve consequências funcionais contraditórias. Como movimento, ninguém pode afirmar que ele estava necessariamente fadado a fracassar como de fato ocorreu.” No entanto, quando se refere à criação da Frente Ampla contra a ditadura, em 1967, reunindo antigos rivais figadais, Carlos Lacerda, Juscelino e Goulart, Guerreiro conclui que isso era “prova de que o nacionalismo se tornou mais uma alucinação

4. O colapso do nacionalismo no Brasil. <https://encurtador.com.br/tzkK7>

coletiva emocional do que uma concepção objetiva dos problemas nacionalistas do Brasil.”

Esta visão de Guerreiro Ramos é importante para atestar as dificuldades inerentes à ideia de nacionalismo no campo da esquerda: participação do Estado na economia dentro de um governo popular. A questão é que não houve entendimento sobre quais os parâmetros para chegar e manter esse governo (D’Araujo, 1996). Comunistas, socialistas, democratas em geral tinham visões diferentes e a forte disputa política interna tornou-se entrópica. Quem formava um bloco coeso era a oposição.

Os generais governaram com atos institucionais, a economia teve sua época de ouro até 1973 e será lembrada pelo milagre econômico. Também o seria pela repressão e pelo desrespeito aos direitos humanos, incluindo tortura, mortes, desaparecimentos, tudo justificado até hoje como uma necessidade para defender o país. Durante esse período foram criadas quase três centenas de estatais, a maior fatia delas no governo Médici (1969-1974), o governo mais repressor. Entre elas Nuclebrás (energia nuclear), Infraero (aeroportos), Telebras (telefonia) e Itaipu (energia elétrica).

Tivemos intensa propaganda na rádio, na TV e nas escolas sobre moral e cívica e ensinamentos patrióticos nas escolas e nas universidades. A censura foi imposta na rádio e na TV, nos livros, nas artes, no teatro, desqualificando a inteligência e os artistas como inimigos. Infiltrados pela polícia estavam nos partidos, escolas, universidades e fábricas. O governo agia por decretos, alguns secretos, e por atos institucionais – ao todo foram 17. A nomenclatura “atos institucionais” trazia a indicação de que eram medidas que alteravam a dinâmica das instituições e criavam novas regras que não precisavam ser submetidas à aprovação de ninguém. Eram atos da “revolução”.

Os atos institucionais lidavam com problemas de toda ordem: cancelamento de eleições diretas, mudanças nos calendários e das regras eleitorais, cassações de partidos e de pessoas, ampliação do Poder Executivo, diminuição de funções do Supremo Tribunal Federal, perda dos cargos ou funções na Administração Pública ou em ins-

tituições de ensino e pesquisa, com efeito retroativo, banimento do território nacional, pena de morte, passagem para a reserva de militares sobre os quais houvesse desconfiança, imposição de eleições indiretas para presidente da República e governadores, nomeação de prefeitos das capitais pelos governadores, fechamento e convocação do Congresso, reforma administrativa e arranjos internos ao próprio governo e muito mais. O Ato Institucional nº 5 de dezembro de 1968 foi considerado o “golpe dentro do golpe”. Foi decretado depois de vários eventos ligados a protestos em todo o país. Três embaixadores seriam sequestrados nos anos seguintes, mas o governo e seu sistema repressivo estavam agora equipados para praticar atos de exceção graças ao AI-5 e também à abrangente rede de órgãos de segurança que foi sendo construída dentro das Forças Armadas. Paralelamente, havia o avanço dos serviços de informação dentro do Sistema Nacional de Informações (SNI), criado em 1964. Todos os ministérios e órgãos públicos tinham seu canal de informações, o que supunha existência de delatores em todos eles. Ao lado da denúncia voluntária, havia os centros de informação das três forças, Centro de Informações da Marinha (Cenimar), Centro de Informações do Exército (CIE) e Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa). Agregou-se a isso a estrutura policial do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) dos estados, os Destacamentos de Operações e Investigação (DOI), recém-criados, assim como os Centros de Operação e Defesa Interna (CODI), dando origem à sigla que se tornou o maior símbolo da repressão da ditadura: o DOI-CODI.

Ao lado de tudo isso havia a doutrina de segurança nacional, conhecida pelo acrônimo DSN, usada para englobar qualquer crime que a repressão assim quisesse nomear. A corrupção de adversários era um deles. Essa era a doutrina que iria assegurar o crescimento econômico do país.

A ditadura militar do Brasil foi a mais longa daquelas que começaram nos anos 1960 – durou 21 anos. A principal razão para isso foi a dificuldade em construir unidade dos fardados para a saída. Teriam que sair como bloco coeso devidamente anistiado. Devolveram aos civis um país devastado por dívidas, inflação e desemprego, concentração de renda e desigualdade inéditas.

A ditadura militar foi tipicamente um regime nacionalista autoritário de direita: menosprezou a população, oprimiu os mais pobres e perseguiu os dissidentes. Assim mesmo, deixou seguidores que só mostraram sua voz durante a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, que se tornou-se um factótum da repressão das Forças Armadas enquanto Getúlio continuou sendo um líder popular.

O nacionalismo de direita que ganhou corpo no decorrer do governo Jair Bolsonaro (2019-22) não pode ser traduzido por fatores econômicos, nacionais ou mundiais, mas também não pode ser explicado sem eles. Da mesma forma, não deve ser tomado como uma novidade na cultura política brasileira embora o nacionalismo jamais tivesse assumido uma cara tão particularmente sectária e religiosa como durante esse governo. Valores nacionalistas, de diferentes matizes e ideologias de direita fazem parte, pelo menos, do repertório político da República brasileira. Nosso intento agora é mostrar como se expressou esse pretensão nacionalismo de direita marcando diferenças com outras experiências nacionais e sempre que necessário lembrando o cenário internacional. Dizemos pretensão porque o governo Bolsonaro começou rendendo vassalagem ao governo norte-americano de Donald Trump (2017-21), eleito seu parceiro econômico prioritário e norte ideológico. Para usar um trocadilho, era um “nacionalismo dependente” (Daudelin e D’Araujo, 2022).⁵ De início, lembramos que três expressões marcaram essa chegada ao poder: globalismo, marxismo cultural e negacionismo.

Globalismo, marxismo cultural e negacionismo

O conceito de globalismo foi exaustivamente usado por Trump e seus seguidores, entre eles os bolsonaristas. Apontava para uma nova inserção ou isolamento nacional dos países “livres” frente ao avanço da globalização, entendida como estratégia ardilosa da esquerda que se valeu das regras do capitalismo financeiro dos anos 1970-90 para deformar o sistema capitalista dando preconício à China e a novos valores

5. dicionário

materialistas e sexistas. Nas palavras do ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo: “Quero ajudar o Brasil e o mundo a se libertarem da ideologia globalista. Globalismo é a globalização econômica que passou a ser pilotada pelo marxismo cultural. Essencialmente é um sistema anti-humano e anticristão”. Nesse contexto, somente Trump “poderia salvar o ocidente” ameaçado pela China, país que, segundo ele, não prezava a liberdade, ao contrário do Brasil e dos Estados Unidos.

Em discurso aos formandos do Itamarati, em 2020, alertou para a necessidade de o Brasil de desvencilhar dessa influência que levara o país a se render a interesses corruptos internacionais e a perder sua identidade. Para combater essa situação era melhor o país se converter em “pária”: “Talvez seja melhor ser esse pária deixado ao relento, deixado de fora, do que ser um conviva no banquete do cinismo interesseiro dos globalistas, dos corruptos e semicorruptos”. Assim como o obscuro e fanático ministro, Jair Bolsonaro por várias vezes denunciou o predomínio da ideologia internacionalista e de esquerda no Brasil desde os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Era preciso descontaminar o país dessa tendência esquerdizante e ateia e recuperar os valores cristãos, formadores da nacionalidade brasileira. Nas palavras de Bolsonaro em um de seus discursos de campanha, a minoria teria que obedecer à maioria política.

Para entender este palavreado e embaralhado de conceitos é necessário ir um pouco atrás na conjuntura mundial. A grande novidade da segunda metade do século 20, depois do fim do bloco comunista, foi a proposta de globalização. Isto é, uma economia de mercados abertos vista como alternativa para incentivar o comércio internacional, abrir mercados, desestimular economias muito protegidas visando a diminuir a desigualdade entre os países. Mercados livres e capitalismo financeiro internacional passaram a ser as palavras de ordem na economia, associadas à ideia de que cada país deveria fazer seus ajustes internos de forma a ordenar contas e déficits para se tornarem parceiros confiáveis nesse mercado global. A expressão que mais marcou essa etapa de realinhamento ficou conhecida como Consenso de Washington.

Simbolicamente o passado recente que Trump e Bolsonaro tinham atrás de si era bem distante apesar das afinidades quanto à visão de globalismo. Bolsonaro tinha uma ditadura militar a ser defendida em seus valores e práticas violentas contra a esquerda. Trump não tinha uma ditadura militar para defender, mas tinha imigrantes e a China a combater.

Bolsonaro notabilizou-se por defender a tortura, a ditadura militar, a misoginia e a intolerância com a diversidade sexual, cultural e religiosa. Tornou-se um factótum de Trump na pauta globalista com a desvantagem de comandar um país periférico mergulhado em crise fiscal, com altas taxas de desemprego e sem segurança jurídica. A pandemia mudou trajetórias, mas a cesta básica dos conceitos bolsonaristas continuou a mesma.

De fato, os dois países, assim como o mundo inteiro, saíram bem fragilizados da crise de 2008. Não se pode pensar nesta crise sem levar em conta a expansão internacional dos mercados financeiros que se agravou com a crise imobiliária nos Estados Unidos (crise das *sub prime*). Bancos entraram em falência em cascata disponibilizando menos crédito e recursos para as atividades produtivas, desemprego atingiu taxas assustadoras em vários países (a Grécia é o mais conhecido). Para muitos economistas foi a maior crise econômica do século 20 depois da de 1929. Terceirização e precariado passaram a fazer parte do vocabulário da sociedade gerada pela crise do capitalismo financeiro internacional. Os movimentos de rua, em praticamente todo o mundo, que começaram com Occupy Wall Street em 2011 e se denominavam “Somos os 99%”, demonstravam a denúncia dos “Indignados” contra um sistema financeiro que produziu riquezas para 1% da população, destruiu bancos em cadeia e logo foram socorridos pelo governo. Enquanto isso, milhões de empregos se perdem e expectativas definham para a maioria.

Crises, sabemos, são típicas do capitalismo e cada uma traz suas lições e aprendizados. Cada uma também produz sofrimentos e dramas que são únicos. Na Europa e nos Estados Unidos, o movimento anti-imigração cresceu, bem como teorias raciais supremacistas (supe-

rioridade das pessoas de cor branca), enquanto movimentos por direitos de minorias étnicas também aceleraram. Um mundo conflitado por escassez de renda e de emprego, por preconceitos raciais e religiosos de todo tipo e por abundância de líderes que souberam expressar esses descontentamentos. O termo “crise da democracia” foi título e tema de vários *best-sellers*. Era a primeira vez que a democracia era combatida por dentro (Przeworski, 2020), fato que assusta pelo ineditismo, mas principalmente porque a pluralidade política, base da democracia, deu margem a que oposições antissistema ganhassem estofos.

Assim, o sentimento nacionalista, sentimento de uma cultura única e especial de cada país, que se fez valer a partir do século 19, passou a ser acionado como justificativa para medidas autoritárias que começaram a questionar os ideais da democracia liberal. Não por acaso, nessa busca por autenticidade e autonomia, em 2016 a Inglaterra deixa a União Europeia e os Estados Unidos elegem Donald Trump. Esta era a dinâmica daqueles anos, cenário que não se alterou muito desde então. O nacionalismo que emergiu no Brasil, no entanto, vem com cara econômica diferente daquele que o país conhecia.

No balanço da esquerda, contudo, a globalização era uma proposta que fortalecia a direita, entendida como concentradora de renda e sem sensibilidade social. O governo Fernando Henrique Cardoso foi definido por parte da esquerda como “neoliberal”, um neologismo para marcar que o capitalismo liberal podia mudar fórmulas, mas continuava realizando sua profecia: ajudar os mais ricos.

Nesse período, globalização virou palavra maldita, entendida pela oposição como a subordinação dos mercados mundiais aos ditames do “império norte-americano”. No entanto, na interpretação de Trump, em 2016, o grande perdedor foram os Estados Unidos. Segundo ele, a globalização fora responsável pelas perdas no dinamismo da economia norte-americana e por sua deturpação cultural. O país tinha novos inimigos objetivos, a China e os imigrantes, e precisava ser “grande de novo” (*Make American Great Again*). Além disso, precisava livrar-se de propostas sociológicas que evocavam igualdade racial, pluralidade de gênero, liberdade religiosa, educação sexual, entre outras.

De forma simplificada podemos dizer que, em vez de a globalização levar para o mundo as qualidades das sociedades capitalistas liberais do ocidente, trouxe para as bem-sucedidas sociedades ocidentais valores estranhos a sua cultura por meio de um conjunto de práticas que passaram a ser conhecidas como o “politicamente correto”. O supremacismo racial tão ao gosto de Trump, ou a defesa das ditaduras propalada por Bolsonaro, juntava-se ao desprezo de ambos pela democracia.

No caso do Brasil, Bolsonaro adicionava o tempero do persistente e profundo anticomunismo. Autoritário convicto, entendia que a ditadura militar (1964-1985) não fora bem-sucedida em eliminar o marxismo porque não fora violenta o suficiente. O comunismo sobreviveu e cresceu entre nós por meio de manobras ideológicas que faziam com que teses ditas comunistas passassem a ser incorporadas às novas práticas políticas numa artimanha chamada de marxismo cultural ou guerra ideológica.

O que vinha a ser isso? Para ficarmos na visão de um dos principais divulgadores dessa ideia podemos recorrer aos escritos de Olavo de Carvalho, guru intelectual da família Bolsonaro e membro de organizações de extrema direita com as quais Trump se relacionava. Muito simplificado, Carvalho afirmava que a esquerda comunista, no Brasil e no mundo, abandonara as estratégias marxistas de tomada violenta do poder, e passara a adotar a visão do pensador italiano Antonio Gramsci. Este autor, que passou parte de sua vida na prisão e morreu em 1937, foi esquecido pelos marxistas por muitos anos e passou a ter ampla influência intelectual a partir dos anos 1970. Sua tese é a de que o capitalismo não se sustenta somente pela existência de uma classe economicamente dominante, a burguesia, e o poder coercitivo do estado. Ao lado da dominação econômica, uma classe, para se manter no poder, precisa ter liderança e hegemonia político-cultural. No caso da esquerda, era necessário contar com uma elite intelectual, o intelectual orgânico, que operando na legalidade iria produzir mudanças significativas por dentro do sistema capitalista por meio de novas ideologias. Para bolsonaristas e trumpistas esse projeto Gramsciano fora realizado com sucesso. O comunismo abandonava as armas e passava a abraçar os livros como tática para a dissemi-

nação de ideias. A esquerda, assim, ganhou espaço dentro da democracia ocidental e passou a controlar ou a impor determinadas comportamentos que contaminaram a esfera cultural do liberalismo. Para Trump, os marxistas culturais corroeram as estruturas fundantes da sociedade norte-americana: superioridade da raça branca, monopólio da religião cristã e os tabus da sexualidade. Foi eficaz em transmitir uma agenda do que veio a ser chamado do “politicamente correto” por meio de teses igualitárias, universalistas, sexistas, que questionavam valores sociais tradicionais, fazendo com que o ocidente perdesse sua singularidade e superioridade. Nada foi mais incômodo para os críticos do marxismo cultural do que as teses sobre igualdade e diversidade de gênero. Em suma, para Trump e Bolsonaro, criticar o globalismo seria suplantar identidades coletivas tradicionais por novos conceitos como gênero, etnia, direitos reprodutivos, diversidade cultural, meio ambiente, crise climática, medicina regulada pela ciência, temas que se tornavam universais e estariam igualizando sociedades, os países e suas culturas. Era necessário uma reversão: voltar às origens do que era autêntico a cada país do Ocidente, aprofundar valores nacionais, em suma, o nacionalismo, a religião (Brasil) e a superioridade étnica ocidental (Estados Unidos). E, sempre que necessário, negar a ciência que apontasse para a cientificidade dos novos valores.

O termo negacionismo ganhou lugar na agenda política dos últimos anos. Recentemente popularizou-se graças ao trabalho de Henry Rousso, *A última catástrofe*, de 2013 traduzido para o português em 2016 pela editora da FGV. Usou a expressão para se referir àqueles que se recusavam a aceitar os horrores do holocausto e argumentavam contra sua veracidade apesar de tantas evidências materiais e memorialísticas. Neste caso não se trata de um assunto religioso ou de fé, mas dúvidas quanto aos parâmetros e métricas para definir um genocídio. Por trás disso, estavam posições que queriam relativizar o antissemitismo ou o nazismo, bem como os avanços da ciência.

Ao lado do negacionismo vem o criacionismo e, nos tempos de Trump e Bolsonaro, os dois conceitos caminharam juntos. Pela concepção do criacionismo – que também tem várias versões – o mundo era uma criação divina tal como exposto no Gênesis. Bolsonaro refe-

ria-se à família como obra divina a ser composta por um homem uma mulher e sua prole. Recorrentemente, como putativo mensageiro da verdade, usava o bordão bíblico: “Conhecerás a verdade e a verdade te salvará”. Para esta pregação havia um público receptor, o eleitor incomodado com liberalidades na pauta de costumes, muitas atribuídas aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Bolsonaro entra na campanha eleitoral para a Presidência da República com alguns pontos muito claros. Em primeiro lugar, destruir a herança dos governos “comunistas” que governavam o Brasil desde 2003; salvar o país dessa ideologia perversa, tarefa que a ditadura militar não fora capaz de fazer. Era preciso acabar com a “petralhada” referindo-se aos petistas. Bolsonaro soube como ninguém apropriar-se do sentimento anticomunista que existia no país desde os anos 1920. Todos os sentimentos de descontentamento econômico, social e moral da época foram tributados à esquerda – incluindo os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Não se tratava apenas de um problema econômico, mas principalmente da reabilitação do país como sociedade cristã temente a Deus.

Bolsonaro faz uma viagem redonda ao voltar ao anticomunismo depois de 30 anos de redemocratização. Elege um inimigo: o PT, na pessoa de Lula da Silva. A fadiga eleitoral de 14 anos de governos do PT (2003-2016) deve explicar parte da vontade do eleitor em testar outras experiências. A novidade era a virada conservadora sem que o nacionalismo econômico, tão tradicional entre nós, entrasse na pauta.

Misógino e racista, em suas promessas aparecem expansão no uso de armamentos, limites à atuação de ONGs ambientais com recursos nacionais ou estrangeiros, redirecionamento da educação nas escolas de forma a banir a educação sexual, apoio a igrejas e movimentos evangélicos, impedimento da participação popular em conselhos de governo, remodelamento e descontaminação dos órgãos de informação, controle dos meios de comunicação, revisão de políticas indígenas e de quilombolas, depuração da arte e da cultura usando cortes de orçamentos públicos e, como meta base, o apoio e prestígio das Forças Armadas. Era uma agenda de destruição da modelagem

democrática que o PT vinha implementando apesar da instabilidade que gerou.

Ao contrário do governo militar, Bolsonaro traz uma agenda econômica liberal, adepta de privatizações e da competição privada usando, embora fosse um iletrado em economia, a máxima da Escola Austríaca: “o mercado livre é a mãe da liberdade”. Em três anos e meio de governo, privatizou 36% das estatais brasileiras, muitas delas irrelevantes com exceção da Eletrobrás.

Em sua arquitetura da destruição, atacou pontos que contrariavam pautas mundiais, como o meio ambiente, incluindo Amazônia, mudanças climáticas, aquecimento global, tudo isso entendido como invenções do globalismo e do marxismo cultural que acovardava os povos. A Amazônia foi especialmente lembrada internacionalmente nesse período pelas queimadas, desmatamento, garimpo ilegal e supressão de multas para crimes ambientais. Os cientistas ligados às instituições de pesquisas espaciais e climáticas foram humilhados, censurados e perderam seus cargos. Bolsonaro alegava: “A Amazônia não pega fogo por ser úmida”. Órgãos vinculados a políticas indígenas como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), entre outros, foram desestruturados ou colocados em mãos governistas.

Segundo várias fontes, o desmatamento na Amazônia cresceu 56,6% em 2021 em relação aos níveis de 2006 e os alertas de desmatamento foram desconsiderados. Vários grupos e comitês de trabalho nessa área foram extintos, tais como: Grupo Técnico para acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Grupo Executivo Intergovernamental para a Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena.

Bolsonaro tomou posse com a aura de mito para seus eleitores. Mito que falava a linguagem da fé, da moral, do anti-PT, do anticomunismo e do militarismo. Neste momento a direita e as Forças Armadas ganhavam um líder. As manifestações antipetistas, que passaram

a ganhar as ruas a partir de 2013, tomaram vulto surpreendente. Com ramificações convergiram para o nome Bolsonaro, que tinha a seu lado os militares dispostos a apoiá-lo – mas não a ponto de arcar explicitamente com as propostas de uma ruptura constitucional nos moldes tradicionais de um golpe militar. As Forças Armadas foram o setor mais beneficiado por seu governo em termos de ganhos pecuniários e a instituição mais valorizada por seu eleitorado. Não por acaso os quartéis, em praticamente todo o Brasil, aceitaram acompanhamentos de bolsonaristas que pediam golpe de Estado. Faixas e cartazes pediam o retorno delas ao poder, com Bolsonaro, bem como o retorno do AI-5 e o fechamento do STF. Bolsonaristas monopolizaram o uso do verde e amarelo como evidência de patriotismo e de identidade de grupo. A principal palavra de ordem era: “Minha bandeira jamais será vermelha”. Ser nacionalista era ser cristão e anticomunista.

Bolsonaro participava de grande parte das manifestações a seu favor, sempre sem máscara de proteção facial, exigida pelas autoridades sanitárias. Esta argamassa de teor anticomunista encobria para seus eleitores desvios como nepotismo, denúncias de corrupção da família Bolsonaro, controle da Polícia Federal e dos serviços de inteligência. A data de 31 de março de 1964 voltou a ser comemorada oficialmente como marco do dia em que as Forças Armadas quiseram salvar o país do comunismo.

Note-se que essa fora a primeira eleição em que a mídia digital atuou de maneira determinante, por meio de redes sociais, em especial o WhatsApp, e por meio de robôs. Repetia-se aqui a mesma estratégia eleitoral que fora usada por Trump em 2016, incluindo o uso da expressão *fake news*. O descrédito à imprensa tornou-se o normal para Bolsonaro.

Do ponto de vista da tensão entre estabilidade e ruptura este foi um governo limite. A cada dia ameaças vinham do presidente e de seus auxiliares contra as instituições, em especial o STF, o mais ameaçado dos três poderes. A bibliografia sobre este governo é ampla e foi certamente, entre todos os recentes governos do Brasil, o que mais mereceu cobertura da imprensa e da academia. O momento mais tenso foi o

das eleições de 2022 até o vandalismo do 8 de janeiro de 2023, quando centenas de militantes depredaram as sedes dos poderes em Brasília.

Os temas mais valorizados pelo governo, em função de sua pauta de combate ao comunismo, foram educação, cultura e saúde (a última devido à pandemia). Estas eram as áreas em que o marxismo cultural mais estaria se infiltrando. Neste sentido não só órgãos seriam extintos, como propagandas de estatais seriam censuradas. Na educação, a principal proposta era “expurgar a ideologia de Paulo Freire” e retirar das escolas e universidades a “doutrinação da esquerda”, que governos do PT teriam imposto às instituições de ensino. Não por acaso, os ministros da Educação foram pessoas sem expressão e sem qualificação que se submetiam às regras do presidente. As leis de incentivo à cultura foram revistas, pois eram acusadas de financiar eventos comunistas ou pornográficos. Resumindo, tivemos um acesso de radicalismo conservador. A participação da população na política fora valorizada em passeatas e manifestações, mas não nas estruturas formais de governo. Nestas quem ganhou proeminência foram os militares.

Na Saúde, a situação foi mais dramática: frente à tragédia da Covid-19, o negacionismo imposto pelo presidente adiou a compra de vacinas, induziu a tratamentos ineficazes, opôs-se a medidas preventivas de isolamento para não atingir a economia. Entre os quatro ministros da Saúde, o que mais se destacou foi um general, um analfabeto sanitário, que seguia à risca as ordens do presidente. Confirmando o apoio que os militares obtiveram no governo, este general foi eleito senador pelo Estado do Rio de Janeiro, em 2022. Ou seja, o eleitorado bolsonarista continuou fiel aos seus mandatários apesar das milhares de vidas que poderiam ter sido salvas caso o governo tivesse adotado medidas adequadas quando do surgimento da pandemia.

Logo no início do governo foi publicado o Decreto nº 9.759, extinguindo ou restringindo a existência de colegiados participativos na esfera federal (incluindo conselhos e comissões de políticas públicas), sob o argumento de que a medida traria “desburocratização” e economia de dinheiro público. Tal decreto ainda revogava a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Por decisão do TSE não foram extintos

apenas os conselhos criados por lei. As áreas de meio ambiente e de direitos humanos foram as mais afetadas. A aproximação entre Estado e sociedade seria feita nas ruas, em manifestações e encontros informais com seguidores.

A militarização do governo foi clara. Segundo várias informações divulgadas por estudiosos, os cargos civis no governo ocupados por militares passaram de cerca de 3 mil em 2016 para um pouco mais de 6 mil em 2021, boa parte sem conhecimentos específicos para os cargos que iriam ocupar. Ficaram estrategicamente distribuídos em cargos políticos, mantiveram intocáveis seus direitos corporativos e ampliaram benefícios.

A quantidade de militares e policiais no Congresso e nos legislativos estaduais também aumentou de forma drástica, indicando o militarismo na sociedade. Os militares nas Forças Armadas, que somavam 14 deputados federais eleitos em 2018, passaram para 44 a partir de 2023, dando origem ao que se convencionou chamar a Bancada da Bala que, como o nome indica, apoiava as políticas armamentistas.

Conclusão

Na trajetória do nacionalismo de direita, Bolsonaro é um herético na questão econômica. Teve um só ministro da Fazenda que sempre defendeu menos Estado e mais mercado na economia. Assim, a principal herança do nacionalismo de direita, quando esteve no poder em períodos anteriores, um compromisso do Estado com desenvolvimento econômico, como parceiro e investidor, se perdeu. Desde Vargas, para o bem ou para o mal, até os anos 1980 este era o modelo de desenvolvimento a ser seguido.

Vimos ao longo do texto como o nacionalismo autoritário de direita começa a despontar entre nós com forte desprezo pela sociedade e pela valorização do Estado e seus técnicos. O nacionalismo brasileiro, se constituiu, de fato, pelo viés econômico. Construir uma nação soberana não incluía a construção de um povo bem alimentado e educado. A partir dos anos 1930, o outro lado do nacionalismo foi o

anticomunismo. O país e o mundo mudaram, a terra redonda continuou girando e Bolsonaro expeliu da pauta o nacionalismo econômico, que tanto marcou o nacionalismo de direita.

Referências

Boris Fausto. O pensamento nacionalista autoritário: (1920-1940). Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

Lilia Schwarcz. O Espetáculo das Raças. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2002. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva. 2002.

Guilherme Leite Ribeiro. Radicalização e crise. O protagonismo das frentes parlamentares no governo João Goulart (1961-1964). Curitiba, Appris, 2017.

Glauco Ari Dillon Soares. Sociedade e política no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973

Guerreiro Ramos. O colapso do nacionalismo no Brasil. [chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7439257/mod_resource/content/1/Guerreiro%20Ramos.pdf#:~:text=Primeiro%2C%20a%20crise%20na%20lideran%C3%A7a,que%20n%C3%A3o%20puderam%20ser%](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7439257/mod_resource/content/1/Guerreiro%20Ramos.pdf#:~:text=Primeiro%2C%20a%20crise%20na%20lideran%C3%A7a,que%20n%C3%A3o%20puderam%20ser%20)

Maria Celina D'Araujo. Sindicatos Carisma e Poder. O PTB de 1945 a 1965. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.

Jean Daudelin e Maria Celina D'Araujo. Negacionismo dependente. In: José Szwako e José Luiz Ratton (Orgs.). Dicionário dos negativismo no Brasil. Recife, Cepe, 2022.

Adam Przeworski, *Crises da Democracia*. Rio de Janeiro, Zahar. 2020.

Esquerdas, nacionalismo e democracia no Brasil (séculos 20 e 21)

Daniel Aarão Reis¹

Para abordar as relações entre Esquerdas, Nacionalismo e Democracia² no Brasil, observarei o seguinte roteiro: 1. As tradições da questão nacional e dos nacionalismos no mundo e no Brasil até inícios do século 20. 2. As esquerdas face à *invenção do Brasil* e à evolução da questão nacional entre 1920 e 1964; 3. A ditadura civil-militar e as propostas nacionalistas de esquerda. (1964-1979-1985-1988) 4. Esquerdas, nacionalismo e democracia no período da Nova República (1988-2018). 5. Esquerdas, Nacionalismo e Democracia: balanço histórico e desafios atuais.

Quando se fala em esquerdas, impõe-se à consideração a *díade direitas-esquerdas*, surgida no contexto da revolução francesa, em fins do século 18. Por *direitas*, entendo orientações conservadoras, que naturalizam as desigualdades sociais. Por *esquerdas*, propostas de mudanças, informadas pelo igualitarismo. Em relação à democracia, *direitas* e *esquerdas* assumem diferentes pontos de vista, segundo as conjunturas³. Acrescento ainda que *esquerdas* e *direitas* sempre fo-

1. Daniel Aarão Reis é professor Titular de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense/UFF e professor visitante no Programa de História da Arte da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ (2022-2024). Foi professor visitante no Instituto Hoover da Universidade de Stanford/EUA (2022).

2. O conceito de democracia tem suscitado incontáveis polêmicas e controvérsias. Para efeitos deste artigo, os regimes democráticos no século 20 observariam as seguintes referências indispensáveis: liberdades civis, liberdades políticas e direitos sociais e culturais. A partir destas bases podem ser mais amplos ou mais restritos, mas sem elas não se poderia falar de regimes democráticos na contemporaneidade.

3. Para a *díade esquerda-direita*, cf. N. Bobbio, 1995.

ram plurais e dinâmicas, as culturas políticas de ambas sofrem rearranjos, redefinições, às vezes, verdadeiras mutações⁴.

As tradições da questão nacional e dos nacionalismos no mundo e no Brasil até inícios do século 20

A invenção da nação, no conceito contemporâneo⁵, nasceu no processo de emancipação das colônias americanas do Império britânico (1776-1783). Afirmou-se no contexto da revolução francesa e das guerras napoleônicas (1789-1815), expandindo-se e adquirindo surpreendente vitalidade na Europa e nas Américas. A partir de então as comunidades humanas, cada vez mais, passariam a se singularizar pela identidade nacional e pela construção de estados nacionais⁶. O novo tipo de identidade surgiu com algumas características específicas: unidade das comunidades imaginadas em oposição a um *inimigo* externo; manutenção, às vezes, reforçamento de desigualdades de distintos tipos (social, racial, de gênero); submissão compulsória das demais identidades (regionais, religiosas, de gênero, etc.) à identidade nacional e às leis do Estado nacional.

A invenção da questão nacional, historicamente, se deu sob *hegemonia do liberalismo antiabsolutista*,⁷ e *antidemocrático*: grandes maiorias eram excluídas do poder pelas leis.

4. Para o conceito de cultura política, cf. S. Bernstein, 2009; Ph. Joutard, 2009; N. Ferreras (org.), 2015; C. Azevedo e alii (orgs.), 2009 e D. A. Reis, 2015

5. No Antigo Regime, o termo *nação* assumia diversas acepções diferentes do significado que passou a ter a partir da independência americana (1776).

6. A identidade nacional podia se combinar com outras de natureza política (imperial) ou religiosa. A religião e a língua comuns quase sempre reforçaram, mas não necessariamente, os processos de unificação nacional. Para as revoluções americana e francesa, cf. H. Arendt, 1988. Para a invenção da nação, cf. B. Anderson, 2008; G. Balakrishnan, 2000 e E. Hobsbawm, 1992

7. Mas isso nem sempre aconteceu, cf. os nacionalismos antiliberais espanhol, russo e alemão no século 19.

Estes aspectos teriam vida longa no processo de afirmação e consolidação do fato nacional: *unidade, inimigo externo, desigualdades internas, caráter antidemocrático e, na hierarquia das identidades, supremacia da identidade nacional*.

Nas Américas ao sul do Rio Grande, a emergência das novas identidades nacionais levou à desagregação dos impérios coloniais hispânico e lusitano em começos do século 19.

A separação do Brasil do império lusitano registrou como especificidade relevante o fato de não se registrarem enfrentamentos castróficos. Aconteceu de forma *processual*⁸, impregnando de ambiguidades a construção da *identidade nacional* no Brasil.

Formou-se na parte americana do império luso um outro império, caracterizado pela combinação entre absolutismo e liberalismo⁹. Em 1825, com mediação inglesa, a independência do novo Estado foi reconhecida por Portugal. Mas as contradições imediatas principais não se estruturariam em torno de uma oposição violenta a um inimigo externo, mas entre o Rio de Janeiro, novo centro do poder, e os poderes locais e regionais espalhados pelo vasto território¹⁰.

Como se disse, foi uma *independência processual*: iniciada em 1808, completou-se apenas em 1831, com grande impacto na formação da nacionalidade brasileira e do Estado nacional no Brasil.

8. Cf. Alberto Costa e Silva, 2011 e 2011^a e J. H. Rodrigues, 1975. Não tendo pesquisa própria a respeito do período colonial e imperial, baseei-me largamente em A. Costa e Silva, (org.) 2011 e J. Murilo de Carvalho (org.), 2012 e 2002. Não comprometo, porém, estes e outros autores citados com elaborações próprias, propostas de periodização ou eventuais erros factuais.

9. Cf. a Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, com referências absolutistas e liberais.

10. Houve combates contra tropas portuguesas, mas de curta duração. E, nos primeiros anos depois da Independência, embates entre brasileiros e os portugueses considerados privilegiados econômica e politicamente.

Outros fatores, como as imensas distâncias, o povoamento ralo e a precariedade das comunicações, dificultaram a formação de uma identidade nacional. Mas o contexto social era o principal obstáculo: ao longo do século 19, o novo país era majoritariamente povoado por escravos negros – nascidos na África ou já na colônia – de distinta procedência geográfica e étnica. Acresce que o regime escravista não se limitava às grandes propriedades baseadas na produção agrícola extensiva, mas se estendia por toda a sociedade¹¹, impedindo a formação de laços de solidariedade nacional.

O mesmo acontecia com a população ameríndia. A grande maioria insubmissa, e a minoria enquadrada na ordem colonial, tampouco tinham a questão nacional como horizonte.

Mesmo a população livre – libertos, mestiços e brancos – priorizava identidades locais, regionais ou de outros tipos.

Assim, na base da sociedade, as grandes maiorias permaneciam infensas a credos ou programas nacionalistas. A ausência de um *inimigo externo*, salvo em alguns pequenos centros urbanos (lutas contra o português), também inibiu da formação de uma consciência nacional.

O *longo século 19* assistiria, no mundo, à disseminação, em larga escala, da questão nacional¹². A expansão imperialista contribuiu involuntariamente para *exportar* as identidades nacionais para a África e para a Ásia, que passaram a se constituir na luta contra o *inimigo externo*. A I Grande Guerra acentuou o processo colocando em plano secundário outras identidades, dinamizando as lutas nacionalistas e a formação de estados nacionais.

11. Cf. A. Costa e Silva, op. cit. 2011

12. A proposta de um *longo século 19* é aceita pela historiografia, contrastado ao *breve século 20* (cf. E. Hobsbawm, 2005). No caso do Brasil, a historiografia política enfatiza os marcos da proclamação da república/1889 e do movimento/revolução de 1930 (Cf. L.M. Schwarcz (direção geral), 2011-2014). Contudo, pareceu-me apropriado neste artigo propor outros marcos cronológicos.

Entretanto, no Brasil, o processo continuou amortecido pela força das *identidades regionais e locais* e a *exclusão* radical da vida política das *massas populares*. Assim, as múltiplas revoltas sociais, políticas e religiosas que então ocorreram evidenciam a lenta e convulsiva incorporação da identidade nacional por parte da imensa maioria das populações do Império¹³.

Do antilusitanismo das primeiras décadas do século 19 aos conflitos com a Inglaterra,¹⁴ das tendências indianistas à fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil/IHGB, a identidade nacional conheceu um longo e indeciso processo¹⁵.

No século 19, a Guerra do Paraguai (1864-1870) representou um momento maior de afirmação da identidade nacional. Entretanto, a concentração geográfica da guerra no extremo-sul do país e a progressiva impopularidade do conflito limitariam seu impacto. No processo da Guerra, porém, ganhou força uma instituição até então desvalorizada, o Exército Nacional. De seus quadros, surgiriam lideranças importantes para o movimento republicano. No contexto de um positivismo abrasileirado, constituiu-se uma proposta de ambições nacionais, evidenciada na formação dos oficiais militares, no episódio do golpe republicano, e nos primeiros governos republicanos liderados por militares. Como veremos, a importância relativa dos militares no processo de afirmação da identidade nacional no Brasil iria adquirir importância primordial.

O acanhado processo de modernização (melhoria das comunicações, crescimento das cidades, intercâmbios internacionais, inci-

13. Este aspecto é bastante enfatizado por J. M. Carvalho, op. cit. 2002

14. Desde a Independência, a Inglaterra pressionou o Império para declarar ilegal o tráfico dos escravos. As contradições iriam se radicalizar em fins dos anos 1840, levando, finalmente, à aprovação de uma legislação anti-tráfico efetiva (1850). O rompimento das relações diplomáticas ocorreu no contexto da chamada *Questão Christie* (1862-1865), do nome do diplomata britânico então acreditado no Rio de Janeiro, William Dougal Christie.

15. O IHGB, fundado em 1838, e a tendência indianista, exprimiram uma identidade nacional embrionária, restritas às elites sociais e políticas.

piante industrialização) seria acelerado na segunda década do século 20 (1910-1920), em particular durante a I Grande Guerra (processo de substituição das importações, surtos industriais e urbanos), convergindo no sentido do enfraquecimento das bases dos grandes proprietários de terra, o que não excluiu frequentes articulações entre os interesses agrários e industriais¹⁶. No contexto das lutas abolicionistas pela libertação dos escravos (1880) e do progressivo desgaste da figura de um Imperador centralista e intervencionista, os poderes regionais/locais, sob liderança da grande propriedade cafeeira, iriam defender propostas de fortalecimento dos regionalismos, assumindo a forma do *federalismo*, o que se consumou na proclamação da República, em 1889: uma fórmula progressista, a república liberal, legitimou os interesses dos grandes proprietários de terra.

Assim, a primeira república brasileira, exceção feita a um primeiro momento de prevalência do estamento militar, com escopo nacional/nacionalista¹⁷, passaria ao controle dos poderes regionais/locais no quadro da grande propriedade de terra, voltada para a exportação, reforçando processos de descentralização e regionalização, dificultando e entrvando a emergência e o desenvolvimento da identidade nacional, que, afinal, se tornaria irrecusável apenas a partir dos anos 1920.

Quando se proclamou a República, em 1889, o país continuava escassamente povoado, com pequenos centros urbanos, quase todos litorâneos, precários meios de comunicação e população dispersa pelo imenso território. A abolição dos escravos, a última das Américas, realizada um ano antes, não se traduziu em políticas de integração dos negros e mestiços na construção de uma identidade nacional, que permaneceu problemática.

16. São Paulo é o exemplo mais conspícuo deste processo de imbricação entre propriedade agrária (café), industrialização e desenvolvimento dos centros urbanos e dos meios de comunicação modernos (estradas de ferro).

17. Referência aos governos militares de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto e do poder então adquirido pelos chamados *jacobinos* (1889-1894).

A invenção do Brasil (Anos 1920-1964)

Na transição entre os séculos 19 e 20, como se disse, disseminaram-se no mundo as identidades nacionais e os movimentos nacionalistas, consequência de evoluções registradas na Europa e nas Américas, e também das lutas dos povos asiáticos e africanos contra os inimigos externos.

Antes da II Guerra Mundial, o processo atingiu um apogeu na Europa e nas Américas, evidenciando faces contraditórias: de um lado, os corporativismos de Estado, o fascismo e o nazismo, surgindo o Estado como fator e fundamento dos movimentos nacionais. Em contraposição, a resistência ao nazismo e ao fascismo, assumindo também caráter nacional, acionando referências e valores democráticos.

Mas foi na Ásia e na África, através das lutas de libertação nacional ou da descolonização – durante e depois da Guerra Mundial – que o fenômeno se universalizou¹⁸. Vitoriosas, as lutas de libertação nacional raramente combinaram-se com a democracia. Libertavam as gentes da opressão estrangeira, mas não eram capazes, ou não se interessavam, por construir propostas democráticas. Sob o argumento, não totalmente infundado, de que era preciso unir a todos em benefício da causa comum da independência nacional, restringiam-se ou se reprimiam ou não se consideravam as liberdades democráticas.

As revoluções de maior impacto internacional: China (1949), Cuba (1959) e Argélia (1962), transformaram-se em ditaduras revolucionárias, sem espaço para as liberdades democráticas¹⁹. Nos anos 1950 e 1960 a decomposição do sistema colonial, forjado em fins do

18. A luta de libertação nacional baseia-se em enfrentamentos abertos, não raro adquirindo a forma da luta armada. Já a descolonização consiste num processo negociado entre a metrópole e a colônia. Nos dois casos a questão nacional e a formação dos estados nacionais adquiriram formas específicas, distintas dos casos europeus. Cf. D. Chakrabarty, 2009

19. O mesmo aconteceria no Vietnã, uma luta que galvanizou o mundo desde os anos 1950. A luta nacional, vitoriosa em 1975, desdobrou-se numa ditadura revolucionária controlada pelos comunistas.

século 19, originou uma miríade de estados nacionais. Em quase todos os casos, as liberdades democráticas cediam espaço à celebração do caráter nacional da libertação. Foram tão fortes os movimentos de afirmação das identidades nacionais que, em meados dos anos 1960, até mesmo as propostas revolucionárias internacionalistas remanescentes se fundamentariam em articulações de movimentos ou estados nacionais²⁰.

No Brasil, através de diversas experiências, as propostas nacionalistas, pela primeira vez, ganhariam relevância histórica ensejando a ideia de que, finalmente, o país fora *inventado*²¹.

Neste sentido, merecem ser destacados, desde os anos 1920, três movimentos que teriam ampla impregnação na época e no futuro: o *tenentismo*; os *modernismos*; e o *sindicalismo de Estado*. Fundamentaram uma primeira fase do nacionalismo, abrindo-se, mais tarde, em diferentes direções.

O movimento da oficialidade baixa do Exército, formada pelos tenentes, daria sequência às propostas que se gestaram no contexto da Guerra do Paraguai e, depois, nas conspirações e no golpe militar que introduziu a república no país, sobretudo durante o governo do general Floriano Peixoto (1891-1894). Manifestaram-se, então, através de clubes republicanos radicais e de jovens militares, políticas que assumiam um nacionalismo embrionário, centralista e autoritário. É interessante notar que, mais tarde, estes episódios seriam resgatados por partidos e movimentos nacionalistas, principalmente de esquerda, como precursores das lutas nacionalistas mais amplas que ocorreriam nas décadas seguintes²².

20. Foi o caso da OSPAAAL (Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina), em 1966, e da OLAS (Organização de Solidariedade da América Latina), em 1967, fundadas em Havana com o propósito de derrotar o imperialismo e revolucionar o mundo.

21. A palavra *invenção* remete ao conceito de *invenção de tradições*. Cf. E. Hobsbawm, 2012 e B. Anderson, 2008.

22. O *jacobinismo militar* termo que passou a designar tais tendências nacionalistas é

Os tenentes do Exército, nos anos 1920, retomaram esta tradição. Eles questionavam o regime político da república liberal, o predomínio da grande propriedade agrária, a fragmentação do país, dominado por interesses regionais ou locais, a corrupção em larga escala, a dependência e a submissão aos interesses internacionais. A partir da Corporação Militar a que pertenciam, e sem esquecer reivindicações específicas, falavam em nome da Nação e da necessidade de construir um Estado nacional centralizado²³. As revoltas tenentistas marcariam os anos 1920: 1922, 1924, 1924-1927 (Coluna Miguel Costa-Prestes) – com suas propostas de luta armada pela derrubada do regime político vigente.

Também nos inícios da mesma década de 1920, no âmbito da cultura, houve a floração dos movimentos modernistas. Em vários Estados, e sem desprezar os aportes internacionais, enfatizava-se a necessidade de conhecer melhor o país, exprimindo-se em novas formas, acessíveis ao grande público, o que a Nação tinha de específico, valorizando-se as particularidades nacionais, celebrando-as. As elites tradicionais eram criticadas como copiadoras de modismos europeus. Tratava-se de estudar e enaltecer o que era *nosso, nacional*²⁴.

No mesmo sentido apareceram propostas de *sindicalismo de Estado*. Ao contrário da tradição anarquista, fundada em propostas revolucionárias internacionalistas, de enfrentamento violento com o Estado e com as classes dominantes, a corrente sindicalista de Estado,

bastante simbólico. Por outro lado, o *florianismo* passou a ser identificado com uma república centralizada e progressista em oposição às forças conservadoras que se opunham ao governo e que inclusive tentaram derrubá-lo pela força (revolta da Marinha de Guerra/1893 e revolta federalista no Rio Grande do Sul/1893-1895)

23. A participação das forças armadas, e do Exército em especial apareceria como uma linha forte – uma particularidade - dos movimentos nacionalistas do século 20 na Ásia, África e América Latina. Tornaram-se evidentes os interesses comuns a favor do fortalecimento das forças armadas e do Estado nacional.

24. Em toda a parte, movimentos no âmbito da cultura, desempenharam papel fundamental na vertebração das identidades nacionais. Foi através da música, das letras, das artes que, muita vez, inventaram-se identidades nacionais. No Brasil, adquiriu notoriedade o movimento modernista paulista, mas a historiografia já evidenciou o caráter multirregional do processo.

nacional-estatista, iria reclamar a intervenção e a mediação do Estado no trato de suas contradições com os patrões privados²⁵. A novidade – destinada a um largo futuro – residia na ideia de que as lutas operárias com o objetivo de arrancar concessões dos patrões privados não deveriam se travar contra o Estado, mas *dentro* do mesmo, mediadas por suas instituições, que arbitrariam o choque das contradições sociais. Ainda na década de 1920, encontrando ressonância na burocracia estatal, começaram a aparecer as primeiras legislações amparando e regulamentando direitos sociais, algo inédito na história do país²⁶.

Defendendo seus interesses específicos, sem articulação prévia ou consciente, estas vertentes confluíam e se potencializavam com a vitória do movimento de 1930, que encerrou a primeira república, para isso concorrendo também o impacto das crises internacionais e as contradições internas do próprio regime político. Em comum, como se enunciou, elas se conjugavam em oposição à fragmentação, à regionalização e ao poder local, e se mostravam favoráveis *a construção de uma identidade nacional e de um Estado integrado, unitário, nacional*. Destacar-se-ia aí, *pela esquerda*, um pequeno grupo de tenentes, liderado por Luis Carlos Prestes que, se radicalizando, aderiu ao movimento comunista internacional, tendo, mais tarde, aderido ao Partido Comunista do Brasil. Foi a primeira expressão de um nacionalismo revolucionário, informado pela proposta de articular libertação nacional e social.

Vitorioso o movimento de 1930, tratava-se de construir alternativas à República Liberal. Mas não houve acordo sobre os rumos a serem definidos.

25. O conceito de nacional-estatismo tem sido assumido por parte da historiografia. Cf. J. Ferreira e L. de A. Neves (orgs.), 2003; N.O. Ferreras, op. cit. 2015; D. Aarão Reis, op. cit. 2015.

26. Desqualificada como *amarela* pelos movimentos anarquistas e por uma importante historiografia, acusada como cúmplice do Estado e dos patrões, esta corrente seria, a pouco e pouco, resgatada como uma proposta com raízes sociais sólidas. Cf. o estudo pioneiro de Cl. Batalha, 2000. Para o estudo do sindicalismo de estado, cf. L.M. Rodrigues, 1990; e A. Boito, 1991. Para a sensibilidade dos líderes positivistas à questão social, cf. A. Bosi, 1992.

Em escala internacional, no contexto da crise geral do liberalismo, apareciam as propostas nacionalistas autoritárias: corporativismos estatais, fascismo, nazismo, socialismo soviético. Muito diferentes em seus objetivos e bases sociais, tinham um eixo comum: a intervenção do Estado, seu fortalecimento e papel regulador, a restrição ou abolição das liberdades democráticas, a realização de reformas ou revoluções sociais conferindo-se ao Estado um papel decisivo.

No plano político e cultural, o movimento nacionalista no Brasil, na primeira metade da década, apresentou-se em duas vertentes principais: à *direita*, a Aliança Integralista Brasileira/AIB, organizada em 1932; à *esquerda*, a Aliança Nacional Libertadora/ANL, em 1935.

Os integralistas inspiravam-se no fascismo italiano, adotando seus princípios, objetivos, formas de luta e de organização. Constituíram um *partido*, de caráter nacional e de massas, antiliberal e antidemocrático. Pertinentemente, a historiografia brasileira e internacional conceituou a AIB como fascista²⁷.

Em contraposição, formou-se a Aliança Nacional Libertadora/ANL, com um programa de transformação das estruturas agrárias e do capitalismo liberal no Brasil, e da construção de um poder popular nacional, revolucionário. A ANL também tinha caráter nacional, mas, diferentemente da AIB, não era um partido, mas uma *frente política*, integrando diferentes grupos e partidos, intelectuais e lideranças políticas e sociais. Nela se associaram distintas tendências, com programas e autonomia próprias, incluindo-se aí o partido comunista, na época, ilegal e na clandestinidade.

A AIB e a ALN polarizaram os debates que se acirravam nas maiores cidades, enfrentando-se em manifestações e, às vezes, em combates de rua. A polarização evidenciava o largo alcance e a popularidade que a questão nacional estava assumindo, pelo menos nos maiores centros urbanos. A contraprova disso são as acusações mútuas de *antinacionais*, segundo as quais os adversários seriam desqualifi-

27. Cf. H. Trindade, 1979; S. Hilton, 1983 e R. O. Paxton, 2022

cados porque controlados e/ou *vendidos* a potências ou movimentos internacionais. Os *aliancistas*, pela esquerda, acusavam os integralistas de subordinação ao fascismo italiano. Os *integralistas*, por sua vez, acusavam os aliancistas de títeres da União Soviética e da Internacional Comunista. Para além dos vínculos internacionais, porém, o fato é que os dois lados se caracterizavam por propostas nacionalistas, e era daí que extraíam legitimidade social e política. Pela primeira vez na história do país, uma luta política de amplo alcance se dava em torno do eixo da *questão nacional*. Por outro lado, ambas as tendências eram partidárias de governos centralistas e unitários, em oposição às forças conservadoras cujas bases na grande propriedade agrária eram denunciadas como portadoras do atraso e da fragmentação política.

A ANL foi posta na ilegalidade em começos de julho de 1935, e não teve forças para continuar atuando na clandestinidade. Já o partido comunista, meses depois, em novembro, empreenderia, invocando o nome da ANL, mas sem sua autorização, expressa ou tácita, uma insurreição revolucionária. A aventura foi debelada rapidamente, associando-se, desde então, e indevidamente, a ANL e o Partido Comunista²⁸.

Mais tarde, no quadro da ditadura do Estado Novo, decretada em novembro de 1937, a AIB tentaria um golpe de Estado, em maio de 1938. Foi derrotada e dissolvida. Como a ANL, não teve forças para manter-se ativa na ilegalidade.

Entretanto, para além da ANL e da AIB, uma outra vertente ganhou força e preeminência nos debates sobre a questão nacional: o *corporativismo estatal*. Com base nesta proposta, foi possível manter a ordem, deslanchar um processo de modernização ainda não conhecido no país, e construir uma ideia de nação e de nacionalidade que apontava para a superação da fragmentação suscitada pelas tradicionais identidades regionais e locais.

28. Tanto os comunistas como a polícia política do Estado investiriam na indissociabilidade entre ANL e os comunistas. Os primeiros para legitimar-se no quadro da frente nacionalista. Os segundos para desqualificar os comunistas e os aliancistas como agentes de uma potência internacional, no caso, a União Soviética e a Internacional Comunista. Cf. M. Vianna, 1992 e 1995

Combinaram-se neste sentido diversos fatores e iniciativas: a ditadura política do Estado Novo, decretada em novembro de 1937; uma política estatal industrializante, anunciando um futuro moderno, emancipado enfim do atraso agrário²⁹; a legislação trabalhista, consolidada em 1943, propondo a integração dos trabalhadores urbanos na nacionalidade e a harmonização dos conflitos sociais; o fim dos partidos políticos e das autonomias regionais³⁰; uma política cultural afirmativa e envolvente na qual despontou a fórmula de uma Nação constituída por três raças misturadas, concebida como virtude específica, nacional, a ser celebrada³¹; a centralização de um poderoso aparelho de propaganda e de censura, propagando as realizações do regime, cultuando o Chefe Getúlio Vargas no quadro de grandes manifestações nacionalistas, inibindo e censurando alternativas críticas.

O corporativismo estatal no Brasil, de orientação nacionalista, receberia igualmente a proteção e o apoio das Forças Armadas, sobretudo do Exército, articulado em torno de chefes militares que lograram unificar a grande maioria da oficialidade em torno das políticas de modernização e de ordem implementadas pela ditadura³². Concorreu também o apoio de uma burocracia estatal em crescimento contínuo, orientada para enfatizar o caráter técnico dos problemas nacionais, a serem resolvidos com *expertise* e não através das dissensões e lutas políticas. A incidência positiva das políticas intervencionistas na modernização da economia, combinada com uma repressão vigilante e impiedosa (tortura como política de Estado), asseguraram uma conjugação de interesses que neutralizou as oposições remanescentes de diversos tipos: elites regionais descontentes, liberais e comunistas.

29. Sobre a política econômica do período 1930-1945, cf. M.A.P. Leopoldi, 2013; numa visada mais ampla, compreendendo o período entre 1889 e 1945, cf. A.V. Vilela e W. Suzigan, 1973

30. A cerimônia da queima das bandeiras estaduais, em novembro de 1938, assumiu forte simbolismo.

31. Para a análise da política cultural liderada por G. Vargas, cf. R. Soihet, 2003 e M. Velloso, 2003

32. Para o papel dos chefes militares no Estado Novo, cf. L. Coutinho, 1956

Não se poderia ainda subestimar a capacidade de liderança política de Getúlio Vargas, equilibrando e arbitrando interesses contraditórios que ele próprio, não raro, dedicava-se a incentivar³³. Finalmente, mas não menos importante, caberia enfatizar a importância de um grupo de ideólogos sofisticados, formuladores da doutrina corporativa para o país, sintonizada com referências internacionais atualizadas³⁴.

Todo este processo nacional/nacionalista, *inventando o Brasil*, seria potencializado no quadro da II Guerra Mundial. Depois de muitas hesitações, e com amplo apoio popular, a ditadura rompeu relações diplomáticas e declarou guerra às potências do Eixo (1942). O aparecimento do *inimigo externo*, elo decisivo na construção da identidade nacional, consolidou o processo desencadeado desde os anos 1920. Ingressando na Grande Aliança, formada pelos EUA, Inglaterra e URSS, foi possível à ditadura ainda articular ou neutralizar forças oposicionistas, adeptas de outras alternativas, vencidas em embates anteriores, integradas agora no contexto da Grande Aliança.

As esquerdas, em particular o Partido Comunista, não tiveram outra alternativa senão aderir à União Nacional contra o nazifascismo. No Brasil, como em outros casos, um paradoxo: a unidade nacional em luta pelos valores democráticos foi liderada por uma ditadura política.

A particularidade da afirmação da identidade nacional nesta etapa é que ela se estruturaria sob um regime ditatorial orientado pelo corporativismo estatal e integrando, de forma subordinada, tendências nacionalistas contraditórias, mas silenciadas (fascistas e comunistas). Um traço forte, deixando marcas indelévels na história do país e na história da luta pela identidade nacional e pela construção do Estado nacional.

33. Para a trajetória de G. Vargas, cf. G. Vargas, 1938-1945 e 1930-1942, 2 vols. Para a biografia de Vargas, cf. Lira Neto, 2013

34. A inspiração internacional veio através de M. Manoilescu, 1938; e das experiências do fascismo italiano (Carta del Lavoro, 1927) e do estado novo português (1933). No Brasil, destacou-se a figura de F.J. de Oliveira Viana, 1938 e 1974. Cf. igualmente A.J.A. Amaral, 1938; e F. Campos, 1941

■ A primeira experiência de construção democrática (1945-1964)

Vencido o nazifascismo em nome dos valores democráticos, enfraqueceu-se a ditadura do Estado Novo que se fundamentava no corporativismo estatal autoritário. Depois da deposição de Getúlio Vargas através de um golpe de estado (outubro de 1945), o país iria se empenhar na construção de um primeiro regime democrático, entre 1945 e 1964. No período, a questão nacional e o nacionalismo permaneceriam com força considerável.

No plano internacional, três processos relevantes mereceriam registro.

Houve um crescimento exponencial das lutas nacionais e nacionalistas em todo o mundo, que não se traduziram, no entanto, pela ampliação das liberdades e dos regimes democráticos. Vale a pena insistir, a libertação das gentes da opressão estrangeira (libertação nacional/descolonização) raramente se desdobrou na construção de regimes democráticos.

Em segundo lugar, a derrota do nazifascismo fora empreendida em nome da defesa ou/e instauração ou/e restauração das liberdades e dos regimes democráticos. A guerra fora travada pela liberdade e pela democracia. Tais referências estavam na atmosfera do tempo. Elas colocavam na ordem do dia as contradições entre ditadura X democracia.

Finalmente, da II Guerra Mundial emergiram duas superpotências: EUA e URSS. As divergências entre elas ensejaram o processo da Guerra Fria (1945-1991), fundamentada na luta entre socialismo X capitalismo. Vencido o inimigo comum, esta contradição, vigente desde os anos 1920, renasceria com força preponderante.

Trata-se de tentar saber como se articulavam e incidiam estes três grupos de contradições: libertação nacional X opressão estrangeira; ditadura X democracia; e socialismo X capitalismo, no processo da construção das lutas nacionais e da identidade nacional no Brasil.

Logo após o fim do Estado Novo, o contexto político apresentava o seguinte panorama: à *direita*, formado por diferentes grupos, tendências e partidos, constituiu-se um bloco de forças, hegemônico por valores liberais, consoante os parâmetros da democracia liberal elitista da nova Constituição, aprovada em 1946. Embora enaltecendo a democracia, a nova Carta Magna excluía da participação política e do voto os analfabetos, na época, quase 50% da população. Além disso, logo no ano seguinte, em 1947, foram cassados o registro do Partido Comunista e os mandatos de todos os parlamentares eleitos pela legenda, com força considerável nas grandes cidades e também em alguns centros urbanos intermediários³⁵. Este bloco *liberal-conservador* inseria-se no campo geopolítico liderado pelos Estados Unidos, cultivando como cimento ideológico o anticomunismo. Entre os partidos que compartilhavam estas posições, destacavam-se, entre outros, a União Democrática Nacional/UDN, o Partido Social-Democrático/PSD e o Partido Social Progressista/PSP. Apoiavam-se politicamente no domínio dos senhores de terra, nas camadas médias da população urbana, nos profissionais liberais, nos pequenos proprietários e, como reserva eleitoral, nas massas marginalizadas do interior ainda sob controle dos grandes latifundiários e dos *coronéis*³⁶.

À *esquerda*, um outro bloco, também formado por diversas tendências, definia as lutas políticas com outras ênfases, priorizando as questões nacionais e sociais. Tratava-se de salvaguardar e reforçar a soberania nacional e os direitos sociais, ampliando-os, assim como as margens democráticas do regime. Estas últimas eram referidas, mas a ênfase do bloco estava claramente direcionada para o aprofundamento da soberania nacional, para o intervencionismo estatal e, através do Estado, para a consolidação dos direitos sociais. No plano internacional, tais forças alinhavam-se à maré montante dos movimentos nacionalistas em todo o mundo, advogando uma política de equidistância

35. Nas eleições presidenciais de dezembro de 1945, quase 10% dos votos totais haviam sufragado o candidato comunista

36. Importante lembrar que o país, apesar do desenvolvimento industrial realizado durante a ditadura do Estado Novo, mantinha-se predominantemente agrário, preservada, embora declinante, a força local e regional dos senhores de terra.

entre EUA e URSS, mas denunciando em particular a força, os interesses e as ingerências dos EUA na América Latina e no Brasil. Tomavam parte neste bloco o Partido Trabalhista Brasileiro/PTB e o Partido Comunista do Brasil/PCB, que permaneceu ativo na clandestinidade, embora com força reduzida³⁷. Ao longo do período, trabalhistas e comunistas constituiriam as forças básicas deste bloco *nacional-estatista*. Sua área de influência alcançava importantes segmentos das classes populares dos centros urbanos (em particular, os trabalhadores das empresas estatais) e setores das camadas médias da população (intelectuais e estudantes universitários).

Cumprir dizer, ainda, que, impregnando o conjunto da sociedade, pesavam as heranças dos longos anos da ditadura do Estado Novo e, em especial, da figura carismática de Getúlio Vargas. A modernização econômica, a obra de integração nacional, a legislação social, em suma, a *invenção do Brasil* fora empreendida através de uma ditadura política baseada no corporativismo estatal, recorrendo à tortura como política de Estado³⁸. Ora, o inventário destas heranças, o balanço crítico do período, simplesmente não foi feito. As poucas vezes que se levantaram neste sentido foram silenciadas. E, assim, o país e a sociedade entraram num novo período histórico, sem efetuar uma avaliação da ditadura do Estado Novo e do ditador Getúlio Vargas³⁹.

Do ponto de vista da construção da identidade nacional, o período seria marcado por novas polarizações.

Retomando e amplificando polêmicas dos anos 1930, liberais-conservadores e nacional-estatistas se desqualificariam mutuamente como capazes de defender conseqüentemente os interesses nacio-

37. Para o estudo da invenção do trabalhismo, cf. A. de C. Gomes, 1988. Para as lutas sociais do período, cf. A. Fortes, 2015. Para a política social, cf. W.G. dos Santos, 1987

38. É escandaloso como a historiografia, em geral, encobre e se omite em relação à política repressiva adotada pela ditadura do Estado Novo. Na contracorrente, cf. M.L. Tucci Carneiro, 1988; E. Cancelli, 1993 e R. S. Rose, 2001

39. O padrão já era uma tradição, visível depois do período colonial e após o golpe que instaurou a República.

nais. Segundo os primeiros, os segundos não passavam de continuadores do varguismo, *populistas* irresponsáveis faziam o jogo dos comunistas e da União Soviética⁴⁰. Os nacional-estatistas redarguíam na mesma moeda: os liberal-conservadores encarnavam a face do *atraso* e, além disso, seriam *entreguistas*, ou seja, queriam entregar o país à cobiça dos capitais internacionais e, em particular, ao controle dos governos estadunidenses.

Do ponto de vista da identidade nacional, os liberais conservadores intitulavam-se *patriotas*; os nacional-estatistas autodenominavam-se *nacionalistas*. A importância da polarização evidenciava, mais uma vez, o caráter chave que assumira a questão nacional.

À sombra das heranças do Estado Novo e de Getúlio Vargas (o varguismo), agudizaram-se as lutas políticas num contexto de desenvolvimento econômico e integração nacional, acelerados na segunda metade dos anos 1950, contribuindo para consolidar a unidade nacional, embora a tradição de exclusão das grandes massas populares e as desigualdades sociais herdadas dos passados colonial, imperial e escravista permanecessem vivas.

As quase duas décadas que mediaram antes que o país fosse novamente engolfado por nova ditadura (1945-1964), se desdobraram num ambiente de grande instabilidade, ameaças de intervenções militares, golpes, contragolpes, e questionamentos da legitimidade democrática do regime.

Nesse processo, pelas lutas que empreendeu e pelas elaborações que construiu, o bloco nacional-estatista, gradativamente, apropriou-se das lutas nacionalistas que se converteram numa espécie de identidade própria, demarcando o campo político. Ser nacionalista era ser ou estar à *esquerda*. As lutas em defesa da ampliação da inter-

40. O termo *populista* – associado à demagogia, corrupção e à manipulação política – seria um dos motes principais das forças liberal-conservadoras no intuito de deslegitimar e desqualificar os nacionalistas de esquerda. Cf. A.M.Castro Gomes. 2001 e J. Ferreira, 2001

venção do Estado e das empresas estatais, em todos os campos da sociedade, da economia e da cultura, das reformas sociais que transformassem as estruturas econômicas agrárias, consideradas *atrasadas*, equivaliam à luta geral pelos interesses nacionais. Entretanto, combinar os valores democráticos com as tradições corporativas nacional-estatistas, forjadas durante a ditadura do Estado Novo, assim como invocar a liderança de Getúlio Vargas, ex-ditador, não era tarefa simples. Decorria disso, em grande medida, o lugar subordinado que as liberdades democráticas assumiam no programa nacionalista de esquerda face às bandeiras nacionalistas e sociais.

Neste processo, houve uma ampliação inédita da participação dos atores sociais. Nos últimos anos da década de 1950, surgiram na cena política os trabalhadores do campo, assalariados e posseiros: pela primeira vez na história do país, reivindicavam cidadania e participação na vida política nacional, organizando-se em entidades autônomas, as *Ligas Camponesas*. Nos anos seguintes, cresceu igualmente a atividade dos baixos escalões das forças armadas e das polícias militares. Excluídos pela Lei, exigiam acesso às instituições representativas. Juntavam-se aos setores já alcançados pelas lutas nacionalistas, ampliando suas forças.

O resultado mais elaborado deste processo foi o *programa das reformas de base*, que tomou corpo na primeira metade dos anos 1960, prevendo-se reformas profundas em todos as dimensões da vida social: economia, política, cultura. O sentido geral era o da nacionalização/estatização. Em torno da grande bandeira da *reforma agrária*, que almejava a distribuição da terra às famílias camponesas, previa-se a nacionalização dos bancos privados, das grandes empresas internacionais, dos meios de transporte, das fontes de energia (energia elétrica e petróleo), dos serviços de educação e de saúde. Ampliavam-se os interesses estratégicos do Estado nacional, radicalizando-se o escopo construído durante a ditadura do Estado Novo. Também se previa o aprofundamento da democracia no país com extensão do voto aos analfabetos, aos soldados e aos marinheiros e a universalização dos serviços de saúde e educação, tornando-os públicos e gratuitos.

Neste quadro, adquirindo novas dinâmicas, o bloco *nacional-estatista* foi se convertendo num bloco *nacional-popular*, assustando os adversários, que passaram a entrever a hipótese de que aquelas reformas poderiam se transformar numa revolução social.

O medo dos conservadores tinha fundamento. O programa das reformas de base, caso aplicado, modificaria em profundidade as estruturas políticas, econômicas e culturais do país.

Ora, o Brasil localizava-se na América ao sul do Rio Grande. O subcontinente e o mundo assistiram, em 1959, à vitória da revolução cubana. Uma revolução popular, nacionalista e democrática transformara-se, em pouco tempo, numa revolução social e numa ditadura política revolucionária. A sua visada internacionalizara-se, convertida em exemplo libertador para todo o continente. Além disso, para se defender das ameaças e das pressões dos EUA, o governo cubano se tornara aliado político e militar da União Soviética, uma quebra no monopólio de dominação e controle que os EUA pretendiam exercer nesta parte do mundo desde meados do século 19.

A revolução cubana, sintonizada com o nacionalismo revolucionário, colocou as lutas nacionalistas num novo patamar, revolucionário. Em nome da unidade nacional, optava pela ditadura revolucionária socialista. Nos embates da Guerra Fria, tomava partido pelo campo liderado pela União Soviética.

No Brasil, as esquerdas e o bloco nacional-estatista-popular postaram-se ao lado da defesa da revolução cubana contra as ameaças e ingerências estadunidenses, consagrando o elo do *inimigo externo*, recurso tradicional dos movimentos nacionalistas. A revolução nacional associara-se definitivamente à revolução socialista? A realização de um programa nacionalista radical desembocaria necessariamente na construção do socialismo? Era o que anunciava e previa a teoria da dependência através de seus autores mais radicais⁴¹. O processo da transfor-

41. Destaque aí para R. M. Marini, 2017; e Th. dos Santos, 2023, associados, internacionalmente, entre outros, a A.G. Frank, 1980.

mação da revolução nacional cubana em revolução socialista ilustrava e confirmava suas teses. A questão democrática ficava em segundo plano, subsumida pela importância da unidade nacional, das reformas sociais e do avanço da revolução. Nacionalismo, socialismo e autoritarismo de esquerda associavam-se na América ao sul do Rio Grande⁴².

O bloco liberal-conservador denunciava estas derivas e encontrou aí argumentos para a identificação entre o nacionalismo brasileiro e o comunismo. Para as forças que o constituíam, a questão deixava de ser apenas nacional, convertera-se num choque civilizacional. A civilização ocidental-cristã X o comunismo ateu.

Foi nesta atmosfera radicalizada que se gestou e desferiu o golpe civil-militar de 1964.

A ditadura civil-militar e a questão nacional (1964-1979/1985/1988)⁴³

Como a historiografia já demonstrou, o golpe de 1964 foi empreendido por ampla frente política, bastante heterogênea, com diferentes propósitos e objetivos, e com substancial apoio popular, expresso nas Marchas da Família por Deus e pela Liberdade⁴⁴.

O programa do golpe envolvia a defesa da democracia e dos valores democráticos, a libertação do país do comunismo, do ateísmo e

42. Processos análogos, como já se registrou, aconteciam na Ásia e na África, onde o nacionalismo revolucionário se associava cada vez mais a ditaduras revolucionárias.

43. Proponho há anos, o caráter civil-militar do golpe de 1964 e da ditadura que a partir de então se constituiu. A caracterização ensejou polêmicas, mas o que ela tem de essencial é apenas chamar a atenção para a participação ampla e consciente dos civis nestes processos (golpe e ditadura), combatendo o reducionismo que aponta os militares como únicos responsáveis pela ditadura. É fora de dúvida, porém, que a ditadura foi liderada pelas corporações militares.

44. Cf. D. A. Reis, 2014, 2014a e 2014b. Para a participação das mulheres na sustentação do golpe, cf. J.M. Cordeiro, 2009. Para o golpe, cf. R. Dreifuss, 1981. Para as diferentes fases da ditadura, cf. E. Gaspari, 2014-2016, 5 vols.

do caos, eliminando-se as tradições varguistas, *populistas* e corruptas que assolavam a política nacional e levavam à dissolução da Nação. Um enfrentamento civilizacional, político e religioso.

Estranhamente, o bloco nacional-estatista, liderado por trabalhistas e comunistas, não esboçou reação, o que surpreendeu os próprios vencedores. Para as propostas nacional-estatistas e as forças políticas que as respaldavam, foi uma derrota catastrófica, histórica⁴⁵.

A primeira face com que se apresentou a ditadura foi o governo chefiado pelo general Castelo Branco, expressão do bloco liberal-conservador. Alijou as lideranças civis do golpe, conformando-se como o primeiro governo de uma ditadura que se prolongaria no tempo⁴⁶. Em contraste com as orientações nacional-estatistas do governo depositado, adotou políticas inspiradas pelo liberalismo conservador, concentrando-se no combate à inflação e no que chamavam de *saneamento econômico-financeiro*. A ditadura concretizou-se no estado de exceção, na censura, na perseguição dos inimigos, na tortura dos presos, no fechamento de organizações sindicais e na adoção de uma política salarial contrária aos interesses dos trabalhadores. No plano internacional, aliou-se sem reservas aos Estados Unidos, demarcando-se uma esfera geopolítica de interesses coincidentes entre Brasília e Washington.

Ao campo das esquerdas, derrotado e desorganizado, restou um processo molecular de reorganização e a denúncia da ditadura como *entreguista*.

Desenharam-se, então, duas tendências: a maioria dos comunistas e trabalhistas passou a propor a formação de frentes políticas

45. Tenho tentado chamar a atenção, em vão, para o caráter estranho da derrota do nacional-estatismo em 1964. A caracterização de *estranha* inspira-se em Marc Bloch, reportando-se à derrota francesa, quase sem luta, face à invasão nazista em maio-junho de 1940. O texto original foi escrito logo depois da derrota, sendo publicado pela primeira vez na França em 1946. Cf. M. Bloch, 2011

46. A convicção de que a ditadura iria durar no tempo passou a ser admitida e reconhecida desde a edição do Ato Institucional nº 2, em outubro de 1965.

amplas, que lutariam, nas brechas legais, pacificamente, a favor da restauração do regime democrático deposto.

Uma segunda tendência, minoritária, mas de relativa importância, seria formada por diversos grupos e organizações, a *esquerda revolucionária*. Este campo constituiu-se desde fins dos anos 1950 e inícios dos anos 1960 em oposição e como alternativa ao *reformismo* do PTB e do PCB. Mesmo antes do golpe, muitos já defendiam a luta armada como via para realizar o programa das reformas de base.

Havia certa cacofonia no campo, mas grande parte não hesitaria em caracterizar – e denunciar – um processo de *recolonização* do país⁴⁷. Tratava-se de *salvar a Nação*, cuja independência estava em perigo⁴⁸. Para alcançar este objetivo seria inevitável recorrer a uma luta armada de longa duração. No processo, não apenas a ditadura seria derrotada, mas também o regime capitalista. A inspiração da revolução cubana era evidente: a luta nacional, radicalizada, e vitoriosa, iria libertar o país e instaurar o socialismo. Também como em Cuba, a questão nacional e a questão social seriam resolvidas pela revolução, e não havia dúvida de que tais questões primavam em relação ao regime democrático. A rigor, tal argumentação tinha uma longa tradição: fora esgrimida pelos comunistas desde os anos 1920, em defesa da revolução russa e do socialismo soviético. A democracia *real* realizava-se pela soberania nacional e pela revolução social. No quadro dos regimes liberal-democráticos, as liberdades eram apenas *formais, burguesas*⁴⁹.

Seria um equívoco imaginar, como se supôs depois, que as formulações revolucionárias eram apenas fruto de imaginações juvenis e imaturas. É verdade que a esquerda revolucionária era formada por

47. Destacava-se o Partido Comunista do Brasil/PC do B, fundado em 1962 por lideranças comunistas dissidentes do antigo partido comunista.

48. Cf. entre outras organizações, a formação do Comando de Libertação Nacional/COLINA e da Ação de Libertação Nacional/ALN, formados respectivamente em 1967 e 1968, cujos nomes são todo um programa.

49. Desconsideravam-se, nestas formulações, as lutas dos trabalhadores que constituíram a base dos avanços democráticos em todo o mundo desde o século 19.

grande maioria de jovens universitários, mas também a constituíam quadros mais velhos e lideranças amadurecidas. Todos eles apoiavam-se em teorias elaboradas por diversos intelectuais e cientistas sociais, segundo as quais o país se encontraria num impasse irremediável caso não fossem realizadas as reformas indispensáveis. Uma vez bloqueadas pelo golpe e pela ditadura, agora só restava o conflito aberto, armado. À ditadura não restava outro recurso senão a repressão. Aos seus contendores, da mesma forma, e em sentido inverso, restava apenas a luta armada⁵⁰.

Tais previsões catastróficas, porém, não se consumaram.

A partir do segundo governo ditatorial, chefiado pelo general Costa e Silva, as propostas liberais-conservadoras seriam abandonadas. Em seu lugar, seriam adotadas políticas que, mantendo o caráter ditatorial, antipopular e antidemocrático do governo Castelo Branco, definiriam políticas estatistas e desenvolvimentistas, ensejando comparações com as políticas e referências típicas do universo nacional-estatista.

Tais orientações seriam confirmadas e consagradas nos dois governos ditatoriais seguintes, chefiados pelos generais Médici e Geisel, quando houve nítida exacerbação nacional-estatista. Agigantou-se, então, o papel do Estado como regulador, incentivador, financiador e também como investidor direto no quadro de uma aliança com capitais privados nacionais e internacionais.

Como resultado, o capitalismo brasileiro deu um salto para frente, mudou de patamar: notável surto industrial, aumento da produção agrícola, incremento das exportações e das importações, integração e monopolização do sistema bancário, progresso substancial na área das comunicações e dos transportes⁵¹. Houve também importantes

50. Nas obras de autores importantes da época, como, entre outros, Caio Prado Jr, 1987; Celso Furtado, 1972 e Octavio Ianni, 1978, afirmavam-se e se teorizavam os impasses da sociedade brasileira. Foi o que chamei de *utopia do impasse*.

51. Cf. F.V. Luna e H. S. Klein, 2014.

reformas em outros campos, como na universidade e na cultura⁵². Um processo de modernização autoritária e conservadora à custa de uma expansão exponencial das desigualdades regionais e sociais.

Politicamente, a ditadura radicalizou-se. Tornou quase inaudíveis os protestos das oposições moderadas e debelou as oposições radicais pela centralização dos aparatos repressivos e pela adoção da tortura como política de Estado.

Amplios segmentos sociais e políticos, referindo-se à aplicação indiscriminada da tortura e aos assassinatos cometidos pelos governos da ditadura, caracterizaram o período como *anos de chumbo*. A metáfora justifica-se pela violência da ditadura. Mas tenho lembrado que foram também *anos de ouro*, pelo crescimento econômico, abertura de oportunidades, contemplando em especial as camadas médias da população e mesmo alguns segmentos das classes trabalhadoras⁵³ num contexto de celebração e ufanismo nacionais⁵⁴. Para compreendê-lo, foi necessário rever a *utopia do impasse*: a ditadura abria alternativas para o capitalismo no Brasil⁵⁵. Nesse processo, o governo ganhava autonomia no campo das relações internacionais, através de medidas e atitudes que afirmavam a soberania nacional, como na política do *pragmatismo responsável*, empreendida pelo governo ditatorial presidido pelo general Geisel.

Neste contexto desfavorável, isoladas socialmente, e apesar de algumas ações espetaculares, as organizações da esquerda revolucio-

52. Cf. R.P.S Motta, 2014 e T. Amaral, 2012

53. Cf. D. A. Reis, 2014

54. Cf. as comemorações do Sesquicentenário da Independência, estudadas por J.M. Cordeiro, 2012

55. Cf. M. da C. Tavares e J. Serra, 1982. Quando foi publicada pela primeira vez, em meados dos anos 1970, foi obra pioneira na análise da expansão da economia brasileira. Houve também grande impacto social na extensão de parte da legislação trabalhista ao campo. Além disso, nem todos os segmentos populares sofreram com a mesma intensidade os efeitos das desigualdades sociais.

nária foram liquidadas, política e fisicamente⁵⁶. Às oposições moderadas, restou o caminho da negociação, longo e tortuoso, no sentido da redemocratização do país, alcançada por etapas. Em 1979, foram revogados os Atos Institucionais. Seis anos depois, eleito indiretamente o primeiro presidente civil. Mais quatro anos ainda se passaram para a aprovação, por um Congresso constituinte, de uma nova Constituição que, finalmente, encerrou política e juridicamente o período ditatorial⁵⁷.

Neste quadro, as esquerdas, em seu conjunto, incluindo-se os remanescentes da esquerda revolucionária, centralizaram suas lutas em torno das liberdades democráticas e da restauração do regime democrático.

Em relação à questão e à identidade nacionais, cumpre sublinhar certas características e tendências.

A ditadura, sobretudo nos governos dos generais Medici e Geisel, apareceu como defensora e promotora dos interesses nacionais, apesar de ter permanecido, e, em alguns casos, se aprofundado, a dependência tecnológica e financeira em relação aos estados capitalistas mais importantes e ao mercado internacional. Além disso, em virtude do progresso das comunicações e dos transportes, o país alcançou níveis inéditos de integração nacional. O tradicional *arquipélago* dava lugar a um *continente*. Assim, como se disse, as previsões a respeito do *entreguismo* e da *recolonização* do país não se realizaram⁵⁸.

Houve ali uma inversão de expectativas.

56. Em certo momento, as ações de captura de embaixadores estrangeiros no Brasil ensejaram uma ideia equivocada sobre a força real da esquerda revolucionária. Cedo estas expectativas desvaneceram-se.

57. O caráter prolongado e tortuoso da transição da ditadura para a democracia no país tem suscitado polêmicas. A ditadura teria terminado em 1979? Em 1985? Ou em 1988? Para mim, o primeiro e o último marcos cronológicos são os mais expressivos. Entretanto, a grande maioria inclina-se por 1985, quando houve a eleição do primeiro presidente civil. Para a polêmica, cf. D. A. Reis, 2014.

58. A historiografia ainda carece de estudos a respeito das tradições do nacionalismo estatal de direita, surgido na ditadura do Estado Novo.

As direitas e o poder ditatorial arrebatarem a questão nacional, a tomaram em suas mãos e a converteram em mote importante de suas políticas e de sua propaganda. Bandeira, hino, as cores verde-e-amarelo tornaram-se símbolos expressivos da ditadura, festejados em suas celebrações. Enquanto isso, as esquerdas, que, ao longo dos anos 1950 e antes do golpe, apareciam como campeãs das lutas nacionais e do nacionalismo perderam o controle sobre o tema. A denúncia da dependência do país continuaria a ser aspecto importante das lutas políticas empreendidas pelas esquerdas, mas não mais recuperariam a centralidade que fora sua no passado, cedendo lugar, a partir da segunda metade dos anos 1970, como se disse, às lutas pelas liberdades democráticas e pela restauração do regime democrático.

No apagar das luzes da ditadura, evidenciara-se no país um processo análogo, mas numa escala ampliada, ao que ocorrera no período da ditadura do Estado Novo: progresso econômico, integração nacional, desigualdades sociais, repressão, ditadura política e papel determinante das Forças Armadas. Uma associação problemática. A história do país pagaria um preço alto por isso.

A Nova República, as esquerdas, a questão nacional e a democracia

O período da chamada *nova república*, inaugurada pela promulgação da Constituição de outubro de 1988, ocorreu numa conjuntura internacional caracterizada por uma profunda revolução científica & tecnológica, a chamada revolução informacional ou digital, modificando radicalmente a economia, a sociedade e a cultura; pela globalização e a mundialização dos mercados internacionais, enfraquecendo tendencialmente a força dos Estados nacionais e pelo retorno da hegemonia das propostas liberais nos principais estados capitalistas da Europa e nos EUA, com impacto em todo o mundo.

Numa segunda etapa, sobretudo depois da crise econômica de 2008, aprofundaram-se as desigualdades sociais e as crises de identidade nacional e cultural, suscitando em amplas camadas so-

ciais um descontentamento geral, a crise dos regimes democráticos e o aparecimento e recrudescimento da força de tendências de extrema direita.

Entretanto, a questão nacional, surpreendendo os analistas, continuou viva, o que se evidenciou na desagregação do socialismo soviético, dando origem a 15 novos estados nacionais, sem contar as lutas nacionalistas que irromperam, sem sucesso, na Rússia e em outras repúblicas⁵⁹. Além disso, as lutas pela identidade nacional ganharam dinamismo na Europa central, sobretudo na Iugoslávia, que também se fragmentou em vários pequenos estados nacionais. Até mesmo estados nacionais europeus consolidados voltaram a conhecer lutas regionais pela emancipação nacional, como nos casos dos escoceses na Inglaterra e dos catalães na Espanha.

Na América Latina, ao longo dos anos 1990 e na primeira década no novo século, surgiram e se ampliaram movimentos nacionalistas, na Venezuela em particular e também em outros países andinos, como na Bolívia e no Equador, compondo uma aliança que articulou também a revolução nicaraguense, triunfante em 1979, e Cuba, cujo isolamento se atenuou⁶⁰. Tal movimento suscitaria amplo apoio entre as esquerdas, que, ainda uma vez, enfatizariam as reformas sociais e a defesa da soberania nacional, não havendo a mesma consideração quanto aos valores e ao regime democrático, embora o processo não fosse linear. Este processo teve impacto nos dois primeiros governos petistas no Brasil (2002-2010), que investiram na constituição e fortalecimento de alianças regionais nitidamente referenciadas no nacionalismo e nas reformas sociais⁶¹.

59. Cf. as duas guerras da Tchetchênia (1995-1996 e 1999-2000) e os surtos nacionalistas na Geórgia, no Azerbaijão, nos países bálticos e na Moldávia.

60. Em 2009, Cuba reingressou na Organização dos Estados Americanos/OEA, de onde fora expulsa 47 anos antes.

61. Cf. o projeto de constituição da União das Nações Sul-Americanas/UNASUL (2008).

No Brasil, os anos 1980, última etapa da transição para a democracia, foram marcados por novas reviravoltas do ponto de vista das lutas nacionalistas.

As esquerdas, como se observou, desde meados dos anos 1970, enfatizavam as lutas democráticas. Os grandes movimentos de trabalhadores que varreram o país, entre 1978-1981, agrupando-se também à esquerda, além da causa democrática, investiriam seus recursos nas lutas sociais (melhorias das condições de vida e de trabalho), deixando a questão nacional num segundo plano. Até mesmo líderes históricos das lutas nacionalistas no país, como Leonel Brizola, redefiniam prioridades, preferindo sublinhar a importância das lutas pela democracia e pela justiça social, pela educação pública e contra o racismo.

Entretanto, no curso da Campanha das Diretas-Já (1983-1984), pela restauração do voto direto para as eleições presidenciais, marcada por gigantescos comícios em todo o país, houve a recuperação da importância da identidade nacional. A bandeira, o *verde-amarelismo* e o hino nacional, converteram-se, pela primeira vez, em símbolos das lutas democráticas, invertendo o sentido da apropriação realizada pelos governos ditatoriais. O voto direto não foi, afinal, aprovado no Congresso Nacional, mas é inegável que a campanha desempenhou um papel chave na consolidação da transição democrática⁶².

Além disso, a Constituição aprovada em 1988, na contramão das tendências liberais hegemônicas no plano internacional, configurou-se com fortes conotações nacional-estatistas, integrando elaborações, disposições e prescrições típicas desta cultura política. Entretanto, no texto constitucional enfatizavam-se também as liberdades democráticas e a excelência do regime democrático.

62. Com as lutas sindicais dos anos 1978-1981, a Campanha das Diretas evidenciou a importância da irrupção de grandes movimentos sociais no processo de transição democrática, alterando seus ritmos e obrigando a redefinições que não estavam previstas nos planos de estado-maior da dupla Geisel-Golbery. Cf. as polêmicas ensejadas pela historiografia a respeito do assunto in D. Aarão Reis, op. cit. 2014^a e 2014b.

Restaurado o regime democrático, as forças que o defendiam, repetindo o que acontecera depois da ditadura do Estado Novo, não cuidaram de refletir sobre o período ditatorial, suas bases sociais e históricas de sustentação e legitimação. Nas análises sobre a ditadura, a sociedade era vitimizada como um todo, a ditadura prevalecera apenas pela repressão impiedosa, desaparecendo as nuances, disseminadas em todo o país, e enquanto durou a ditadura, de apoio velado ou explícito, de indiferença ou neutralidade em relação ao regime. Mais uma vez, o silêncio seria escolhido como método. Tratava-se de não revolver feridas ainda abertas, a cicatrização seria obra do tempo.

Ao longo de um pouco mais de vinte anos (1990-2013), as disputas políticas seriam polarizadas pelo PSDB e o PT. Havia ali uma comum origem na luta contra a ditadura e referências de esquerda, mas ambos os partidos registraram diferentes mutações no sentido de programas politicamente moderados.

O PT, fundado em fevereiro de 1980, ao longo dos anos 1990, reviu suas propostas por transformações radicais no país, inclusive do ponto de vista das lutas nacionais e do nacionalismo (denúncia da dívida externa e da dependência em relação aos grandes estados capitalistas), optando por um reformismo moderado, *mole*⁶³. Ressalvada a adoção de políticas públicas de distribuição de renda, de grande impacto social, o partido encaminhou-se muito mais para a gestão do sistema capitalista do que para sua transformação.

Já o PSDB, que apareceu no bojo dos trabalhos da Constituinte, em 1988, com críticas claras à conciliação do PMDB, ancorou-se pouco a pouco também no *centro político*. Nos governos presididos por Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), o partido distinguiu-se pela luta contra a inflação (Plano Real), com grande impacto na melhoria das condições de vida das camadas populares, por alianças formadas com forças conservadoras e por políticas que correspondiam à hegemonia mundial do liberalismo, destacando-se em particular a privatização de empresas estatais. Tais políticas suscitaram lutas nacionalistas empre-

63. A expressão é de A. Singer, 2012

endidas por lideranças políticas e sindicais de esquerda (petistas e de outros partidos populares), mas, ao contrário do que se imaginava, não conseguiram empolgar a opinião pública nem muito menos as classes trabalhadoras, fracassando em seus objetivos de deter as privatizações que encontravam inclusive certo apoio ou suscitavam uma neutralidade mal disfarçada de não poucos setores sociais. Importa considerar que o arcabouço geral nacional-estatista da Constituição e do Estado não foi essencialmente atingido, evidenciando a força desta cultura política que, embora apropriada de distintas formas, continuou marcando profundamente a vida política nacional à esquerda e à direita.

O condomínio entre PT e PSDB⁶⁴, embora suscitasse análises que o celebravam, pois supostamente assegurava a consolidação do regime democrático no país, foi-se desgastando ao longo do tempo, subestimando e sequer avaliando o descontentamento que grassava na sociedade, impulsionada por um fenômeno que vinha se expandindo silenciosamente desde os anos 1980: o conservadorismo religioso.

Ocupados na gestão do regime, petistas e tucanos não perceberam os sinais do terremoto que se avizinhava e que afinal explodiu através dos grandes movimentos sociais, de caráter plural, que se verificaram em 2013. Iniciados sob liderança de forças políticas de esquerda, os movimentos seriam investidos por lideranças e grupos de direita, que adquiriram desde então um surpreendente protagonismo. Aprofundando-se, o descontentamento geral condicionou o enfraquecimento da presidente Dilma Roussef alcançada, três anos depois, em 2016, por um processo de *impeachment*.

A questão nacional sofreu então nova reviravolta. A bandeira, o hino e o *verde-amarelismo* foram reapropriadas pelas direitas e, em particular, pela extrema direita, acuando as esquerdas e o centro político, desorientados.

64. Constituíam também as esquerdas pequenos e médios partidos políticos, como o PSB, o PC do B e o PSOL, entre outros. Adquiriram certa expressão política, mas é duvidoso que tenham conseguido construir alternativas em relação aos temas abordados por este artigo (nacionalismo & democracia).

O que passou a acontecer no país foi a expressão brasileira de um fenômeno internacional, o crescimento exponencial de tendências nacionalistas e autoritárias, não apenas de extrema direita⁶⁵, que têm sabido se apropriar e canalizar as angústias e o desespero compartilhados por amplos segmentos das populações, incluindo-se aí as camadas populares, que vivenciam mal, como se observou, as crises de identidade nacional e cultural provocadas e acirradas pelo processo da revolução informacional e de aprofundamento das desigualdades sociais.

Num quadro geral de ofensiva de forças e lideranças políticas de extrema direita, as forças democráticas (esquerda, centro e direita) passaram à defensiva, em crise de perspectivas, desafiadas a se reinventar.

Nacionalismo, esquerdas e democracia: balanço histórico e desafios atuais

Ao longo da história, as esquerdas tenderam a enfatizar as lutas nacionalistas e as reivindicações de caráter social, sendo de pouco vigor as elaborações concernentes à questão democrática e à valorização das liberdades democráticas.

É verdade que as lutas nacionalistas podem adquirir caráter democrático, quando, por exemplo, se trata de lutar contra a opressão estrangeira, direta ou indireta. A liberdade não tem chance quando vige a dominação estrangeira, mas o nacionalismo, como já foi observado, desde que foi inventado como cultura política, assumiu uma dinâmica interna potencial autoritária, pois tende a submeter as demais identidades à dominação incontestável de apenas uma delas, a identidade nacional.

Também é verdade que as reformas sociais adquirem importância para a democracia, pois a miséria, no quadro de duras condições de vida e de trabalho, convive mal com a democracia. No mesmo sentido, o despotismo empresarial, senão regulado e controlado, transforma-

65. Políticas e orientações nacionalistas aparecem em outros países como na Rússia, na China e na Índia.

-se em barreira à vigência das liberdades democráticas. Em suma, as plataformas e bandeiras pela soberania nacional e pela justiça social não são intrinsecamente contrárias ao regime democrático. A própria história mostra como estas lutas podem contribuir para o aperfeiçoamento democrático. Entretanto, a defesa da soberania nacional e as reformas sociais podem também se realizar ao mesmo tempo que não se constroem – ou se destroem - os regimes democráticos.

Esta complexidade parece escapar à grande parte das esquerdas brasileiras. No curso da história, concentraram-se nas lutas democráticas apenas quando se viram ameaçadas ou sob a dominação de ditaduras. Mas, de modo geral, não se dedicaram a elaborar propostas de aperfeiçoamento e de aprofundamento da democracia, subestimando sua importância, e não avaliando, às vezes, com a devida acuidade, os riscos que a democracia corre ou pode correr⁶⁶.

Esta orientação, historicamente, reforçou-se após o triunfo do socialismo autoritário na União Soviética e a vitória dos regimes ditatoriais emanados das lutas de libertação nacional. A soberania nacional e as reformas sociais foram, de fato, as prioridades de todos estes regimes, subestimando-se a vigência e o aperfeiçoamento das liberdades e dos regimes democráticos.

Em nosso país, condicionadas por estas evoluções internacionais, e hegemônicas pelas tradições trabalhistas e comunistas, forjadas na cultura política nacional-estatista, as esquerdas tenderam a conferir prioridade às lutas nacionais e sociais. Recurso aos valores democráticos apenas quando estes se encontram em perigo, colocando em risco a sobrevivências das próprias esquerdas.

Entretanto, no momento atual, e desde o início deste século, no contexto da revolução informacional, as bandeiras e orientações nacionalistas têm sido apropriadas, cada vez mais, por orientações autoritárias, não raro, de extrema direita.

66. Configura-se assim uma visão instrumental da democracia, tese suscitada na própria esquerda, entre outros por C.N. Coutinho, cf. M. A. Garcia, 1986.

Caberia às esquerdas tentar recuperar a lideranças das lutas nacionalistas?

Não seria mais apropriado reencontrar vocações que foram suas até o início do século 20, a saber, as lutas pela democracia, pelo aperfeiçoamento e aprofundamento dos valores democráticos numa perspectiva internacionalista?

As esquerdas, convém recordar, foram pioneiras nas lutas democráticas em todo o mundo. Desde o surgimento das revoluções liberais, brotaram as reivindicações democráticas formuladas e defendidas pelas esquerdas. Através de muitas lutas, acabaram ganhando força, expressão política e social, realizando-se, afinal, em conquistas de direitos e ampliação significativa dos regimes democráticos.

Entretanto, como se observou, desde o triunfo do socialismo soviético e das correntes nacional-estatistas, fortalecidas no quadro das lutas de libertação nacional, as esquerdas, no Brasil e em quase toda a parte, passaram a enfatizar as lutas de caráter nacional e social. Por outro lado, desde meados do século 20, a democracia passou a ser disputada pelos liberalismos que, afinal, renderam-se às exigências democráticas no quadro da democracia liberal.

Mas as múltiplas crises que hoje enfrenta a democracia liberal não são de superfície, dizem respeito ao fato de que as grandes maiores não se sentem mais representadas nem amparadas nem defendidas num contexto de aprofundamento das desigualdades sociais.

Não caberia às esquerdas, principalmente a elas, retomar a liderança das lutas democráticas, com propostas de ampliação, aprofundamento e *democratização da democracia*?

Tal processo, para ser empreendido, não poderia resumir-se a fronteiras nacionais.

A revolução informacional em curso tem demonstrado um potencial inédito de abertura de conexões, de horizontes e de fronteiras.

Para além do nacional, o mundo. O socialismo do século 19, em condições tecnológicas bem inferiores, já apontava este caminho. Não seria necessário retomá-lo?

Democratização da democracia numa perspectiva internacional. Não seria esta a hipótese mais promissora para o enfrentamento dos autoritarismos e da extrema direita em particular?

Resta saber se as esquerdas brasileiras, impregnadas pelas tradições nacional-estatistas, terão vontade política e/ou serão capazes de lidar e superar estes desafios.

Referências

Aarão Reis, Daniel. O nacional-estatismo brasileiro: cultura política e história. In Ferreras, Norberto O. (org.) A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África. Rio de Janeiro, FGV/FAPERJ, 2015, pp 13-39

..... Ditadura e democracia no Brasil. Zahar, Rio de Janeiro, 2014

..... (org.) Modernização, Ditadura e Democracia, 1964-2010, In L.M. Schwarcz (direção geral) História do Brasil Nação, Mapfre/Objetiva, Rio de Janeiro, 2011-2014, vol. 5, 2014

..... (org.) Com Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. A ditadura que mudou o Brasil. Zahar, Rio de Janeiro, 2014b

Amaral, Antonio José Azevedo. O Estado autoritário e a realidade nacional. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938

Amaral, Tatyana. Os Cardeais da Cultura Nacional. O Conselho Federal da Cultura. Itaú Cultural, São Paulo, 2012

Anderson, Benedict. Comunidades Imaginadas. Companhia das Letras, São Paulo, 2008

Arendt, Hanna. Da revolução. Atica, São Paulo, 1988

Azevedo, Cecília e alii (org.) Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro, FGV, 2009

Balakrishnan, Gopal. Um mapa da questão nacional. Contraponto, Rio de Janeiro, 2000

Batalha, Claudio. O movimento operário na primeira república. Zahar, Rio de Janeiro, 2000

Berstein, Serge. Culturas políticas e historiografia. In Azevedo, Cecília e alii (org.) *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro, FGV, 2009, pp 29-46

Bloch, Marc. *A estranha derrota*. Companhia das Letras, São Paulo, 2011

Bobbio, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção*. Ed. UNESP, São Paulo, 1995

Boito, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Hucitec, Campinas, 1991

Bosi, Alfredo. *A dialética da colonização*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992

Campos, Francisco. *O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1941

Cancelli, Elizabeth. *O mundo da violência. A política da Era Vargas*. Brasília, UNB, 1993

Carvalho, José Murilo (org.) *A construção nacional: 1830-1889*. In L.M. Schwarcz (direção geral) *História do Brasil Nação*, Mapfre/Objetiva, Rio de Janeiro, 2011-2014, vol. 2, 2012

..... *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Chakrabarty, Dipesh. *Provincialiser l'Europe. La pensée poscoloniale et la difference historique*. Ed. Amsterdam. Paris, 2009.

Cordeiro, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. FGV, Rio de Janeiro, 2015

..... *Direitas em movimento. A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

Costa e Silva, Alberto (org.) Crise colonial e independência, 1808-1830. In L.M. Schwarcz (direção geral) História do Brasil Nação, Mapfre/Objetiva, Rio de Janeiro, 2011-2014, vol. 1, 2011

Coutinho, Lourival. O general Góes depõe, Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1956

D'Araujo, Maria Celina e Soares, Gláucio Ary Dillon (orgs.). A memória dos militares sobre o golpe de 1964 e a ditadura. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1994-1995, 3 volumes

Dreifuss, René. 1964: a conquista do Estado. Ed. Vozes, Petrópolis, 1981

Ferreira, Jorge. (org.) O populismo e sua história. Debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001

Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano. Vol. 2. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003, 6ª edição, 2013

Ferreras, Norberto O. (org.) A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África. Rio de Janeiro, FGV/FAPERJ, 2015

Fortes, Alexandre. Do reformismo tecnocrático ao nacionalismo de massas: a II Guerra Mundial e a emergência do trabalhismo brasileiro. In Ferreras, Norberto O. (org.) A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África. Rio de Janeiro, FGV/FAPERJ, 2015, pp 67-88

Frank, André Gunder. Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento. Brasiliense, São Paulo, 1980

Furtado, Celso. Análise do "modelo" brasileiro. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972

Garcia, Marco Aurélio (e alii) Esquerdas e Democracia. Paz e Terra, São Paulo, 1986

Gaspari, Elio. A ditadura (história). Intrínseca, São Paulo, 2014-2016. 5 vols.

Gomes, Angela de Castro Gomes. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro, Vertice/IUPERJ, 1988

..... O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In Jorge Ferreira (org.) O populismo e sua história. Debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp 17-57

Hobsbawm, Eric. Nations et nationalisme. Gallimard, Paris, 1992

..... A era dos extremos. O breve século XX. Companhia das Letras, São Paulo, 2005

..... A invenção das tradições. Paz e Terra, São Paulo, 2012

Hilton, Stanley. Ação Integralista Brasileira: o fascismo no Brasil, 1932-1938. In O Brasil e a crise internacional: 1930-1945 (cinco estudos). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983

Ianni, Octavio. O colapso do populismo. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978

Joutard, Philippe. Memória e identidade nacional: o exemplo dos Estados Unidos e da França. In Azevedo, Cecília e alii (org.) Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro, FGV, 2009, pp 59-77

Júnior, Caio Prado. A revolução brasileira. Brasiliense, São Paulo, 1987

Leopoldi, Maria Antonieta P. . A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Vol. 2. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de

1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003, 6ª edição, 2013, pp 241-285

Lira Neto. Getúlio. 1930-1945. São Paulo, Companhia das Letras, 2013, 3 vols.

Luna, Francisco Vidal e Klein, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In D. A. Reis, M. Ridenti e R.P.S. Motta. A ditadura que mudou o Brasil, Zahar, Rio de Janeiro, 2014, pp 66-91

Luna, Francisco Vidal e Klein, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In D. A. Reis, M. Ridenti e R.P.S. Motta. A ditadura que mudou o Brasil, Zahar, Rio de Janeiro, 2014, pp 92-111

Manoilescu, Mikhail. O século do corporativismo: doutrina do corporativismo integral e puro. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938

Marini, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. Insular, São Paulo, 2017

Motta, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Zahar, Rio de Janeiro, 2014

Paxton, Robert O. A Anatomia do fascismo. Record, Rio de Janeiro, 2022

Reis, João José. Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malés, 1835. Companhia das Letras, São Paulo, 2003

Rodrigues, José Honório. Independência: revolução e contrarrevolução. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1975, 5 vols.

Rodrigues, Leoncio Martins. Partidos e Sindicatos. São Paulo, Atica, 1990

Rose, R.S. Uma das coisas esquecidas: Getulio Vargas e controle social no Brasil, 1930-1954. São Paulo, Companhia das Letras, 2001

Santos, Theotonio. Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência. Insular, São Paulo, 2023

Santos, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro, Campus, 1987

Schwarcz, Lilia Moritz (direção geral). História do Brasil Nação, 1808-2010. Fundación Mapfre/Objetiva. Rio de Janeiro, 5 volumes, 2011-2014

Silva, Alberto da Costa e. Crise colonial e independência, 1808-1830. In L.M. Schwarcz (direção geral) História do Brasil Nação, Mapfre/Objetiva, Rio de Janeiro, 2011-2014. Vol. 1, 2011

Singer, André. Os sentidos do lulismo. Companhia das Letras, São Paulo, 2012

Soihet, Rachel. O povo na rua: manifestações culturais como expressão de cidadania. In In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Vol. 2. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003, 6ª edição, 2013, pp 287-321

Tavares, Maria da Conceição e Serra, José. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Zahar, Rio de Janeiro, 1982

Tucci Carneiro, Maria Luiza. O antisemitismo na Era Vargas. São Paulo, Brasiliense, 1979 ou 1988?

Trindade, Helgio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30. Difel, São Paulo, 1979

Vargas, Getúlio. A nova política do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, Rio de Janeiro, 1938-1945, 8 volumes

..... Diário (1930-1942). São Paulo/Rio de Janeiro. Siciliano/FGV, 1995. 2 volumes.

Velloso, Monica. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo, in Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Vol. 2. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,

Rio de Janeiro, 2003, 6ª edição, 2013, pp 145-189 (primeira publicação: Revista de Sociologia, nº 9, Curitiba, 1997)

Viana, Francisco José Oliveira Vianna Evolução do povo brasileiro. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1938 (1ª edição, 1923)

..... Problemas da realidade objetiva. Rio de Janeiro, Record, 1974 (1ª edição, 1930)

Vianna, Marly de A.G. Revolucionários de 1935. Sonho e realidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1992

..... (org.) Pão, terra e liberdade, memória do movimento comunista de 1935. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Editora da UFSCarlos, 1995

Vilela, Aníbal V. e Suzigan, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973

Sociedade civil, democracia e nacionalismo

Bernardo Sorj¹

Introdução

Vivemos em um período histórico de “instabilidade sistêmica”, tanto da ordem internacional como das estruturas políticas nacionais. No horizonte, a crise ambiental coloca em questão a ideia de progresso sustentado por um crescimento econômico permanente. Novas tecnologias transformam não somente os sistemas produtivos e as formas de trabalho e emprego, mas também modificam as maneiras de se comunicar, de refletir e de criar. Este conjunto de processos converge na crise dos sistemas políticos, e fragiliza o espaço público, o debate plural de ideias e as possibilidades de atuação política.

A sociedade civil está inserida neste contexto. O surgimento de um espaço público virtual favoreceu tendências incivis de comunicação, bem como a sua apropriação por grupos políticos e movimentos sociais antidemocráticos, que canalizam o mal-estar social atacando elites políticas e intelectuais. A comunicação virtual coloca em questão o conceito de espaço público e as categorias tradicionais de participação, como a “sociedade civil” ou movimentos sociais.

1. Bernardo Sorj, sociólogo, é diretor do Centro Edelstein de Políticas Sociais e da Plataforma Democrática. Ph.D. em Sociologia pela Universidade de Manchester (Reino Unido), foi professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de várias universidades na Europa e nos Estados Unidos. É autor de 30 livros e mais de cem artigos acadêmicos.

Sociedade civil

As ciências sociais criam conceitos para identificar grupos ou instituições que, na realidade, não possuem fronteiras claramente demarcáveis. A sociedade é uma totalidade interconectada. Mais ainda, estes conceitos circulam na comunicação cotidiana, na qual são impregnados de uma carga normativa e de uma variedade de significados que, em alguma medida, são transferidos ao mundo acadêmico. A *sociedade civil* é um exemplo desta mistura, de forma que nosso ponto de partida será aclarar o significado que daremos ao termo.

O conceito de sociedade civil tem uma longa história que remonta às origens da filosofia social moderna, e apresenta uma variedade de significados que foram analisados por uma ampla bibliografia.² Nas últimas décadas, tanto nas ciências sociais como nos meios de comunicação, ele se refere às formas de participação na vida pública (seja organizadas formalmente, seja em movimentos sociais sem estruturas formais) localizadas fora do sistema político-estatal e do mercado. Seriam organizações virtuosas, pois não estariam presas à lógica burocrática do Estado e à luta pelo poder político, ou ao mundo utilitário do mercado. Por consequência, uma sociedade civil sólida seria um dos alicerces da vida democrática.

Devemos olhar mais atentamente para dois aspectos desta definição. Embora as organizações da sociedade civil não tenham objetivo de lucro e não participem diretamente de disputas eleitorais ou das estruturas do Estado, não se encontram isoladas das outras dimensões da vida social. Elas representam um mercado de empregos remunerados, e geralmente dependem de financiamentos externos, que

2. Ver, em particular, Jean Cohen e Andrew Arato, *Civil Society and Political Theory*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1992. Ver também, Andrew Arato, "Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas". Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, n.27, ano 10, fev.1995 onde ele coloca em questão algumas posições de seu livro com Cohen, e a crítica de Adrián Gurza Lavalle, "Crítica ao modelo da nova sociedade civil", Lua Nova (47), Agosto 1999. <https://www.scielo.br/j/ln/a/nwbtYcg8rcy6SZdYpjYjpXN/?lang=pt>

influenciam suas agendas.³ Quando atingem uma certa dimensão se burocratizam como qualquer outra grande organização, e, com maior ou menor intensidade em cada país, algumas organizações mantêm relações mais ou menos estreitas com partidos políticos ou são cooptadas por governos.

Além disso, a ligação entre a sociedade civil e movimentos sociais com posturas progressistas não se sustenta historicamente.⁴ Esta associação foi uma miragem produzida pelas ciências sociais nas últimas décadas do século passado, quando a democracia parecia avançar em vários cantos do planeta. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil com posições conservadoras, reacionárias e/ou antidemocráticas e os mais diversos matizes de nacionalismo estiveram tão presentes nas sociedades modernas quanto seus opostos. Como exemplo podemos citar grupos católicos, monarquistas, racistas e antissemitas desde o século XIX, ou as forças que apoiaram a ascensão do franquismo, do fascismo italiano e do nazismo.⁵

Tanto os grupos progressistas quanto os conservadores e reacionários possuem, por vezes, características discursivas comuns: o uso da denúncia e da vitimização. Obviamente que a partir de ângulos e visões de mundo opostas. Uns rejeitando os avanços produzidos pela

3. Cf. Bernardo Sorj, "Sociedades Cívicas e Relações Norte-Sul: ONGs e Dependência". Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Working Paper 1, Novembro 2005

4. De fato, o renascimento do conceito de sociedade civil nas ciências sociais esteve, em boa parte, associado à luta contra regimes autoritários na América Latina e no leste europeu nos anos setenta. No caso das sociedades comunistas do leste europeu esta tese é questionada por Stephen Kotkin, Jan T. Gross (contributor), *Uncivil Society: 1989 and the implosion of the Communist Establishment, 1989*. New York: Modern Library, 2009. Sobre o papel da sociedade civil antidemocrática na Alemanha pré-Nazi ver: Ariel C. Armory. *The dubious link: civic engagement and democratization*, Stanford: Stanford University Press, 2004. Análises mais nuançadas sobre o papel da sociedade civil poderiam igualmente incluir países muçulmanos, onde a queda de regimes autoritários deu lugar à ascensão de grupos religiosos fundamentalistas.

5. Se trata de uma sociedade civil incivil, formada por grupos que promovem o uso da violência e/ou abolição das instituições democráticas, como os *Fasci Italiani di Combattimento*, organizações racistas como a Ku Klux Klan, ou grupos religiosos fundamentalistas ou grupos revolucionários de esquerda.

democratização e idealizando um passado mais ou menos longínquo, outros projetando uma sociedade futura mais livre e justa.

As organizações da sociedade civil não constituem, portanto, um grupo homogêneo. Nela podem prevalecer, em certos momentos históricos, até mesmo posturas antidemocráticas. Não se trata, obviamente, de desconhecer o papel que tiveram e continuam a ter os grupos progressistas no avanço de conquistas democráticas (uma longa lista que inclui a luta contra o trabalho infantil e a escravidão, os direitos dos trabalhadores, o voto feminino ou a oposição a regimes autoritários), mas só podemos explicar a dinâmica social integrando na análise os mais variados grupos conservadores e reacionários da sociedade civil, sem reduzi-los a simples resquícios reativos no caminho da sociedade rumo a um mundo melhor.

Formatos de organizações da sociedade civil

Conviviam no interior da sociedade civil, até a chegada da Internet, dois tipos de organizações: as representativas e as não representativas. As organizações representativas – a forma “clássica” de sociedade civil –, inclui sindicatos de assalariados, associações de grupos profissionais, empresariais, grupos étnicos e religiosos,⁶ cujo principal objetivo é a defesa de interesses e valores do grupo representado. Seus líderes são escolhidos e sua legitimidade deriva da representação de um público determinado.

A sociedade civil, em que predominam organizações não representativas, por vezes chamada de sociedade civil organizada ou de Terceiro Setor,⁷ se expande a partir dos anos 1970, identificada com a for-

6. As organizações religiosas, na medida em que intervêm no debate público, formam parte da sociedade civil. Em geral, são instituições onde as lideranças respondem a estruturas de poder próprias, e se legitimam tanto pelo público de seguidores como pelas tradições sagradas que representam.

7. Ver Rubem Cesar Fernandes. Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará., 1994.

ma legal das ONGs (Organizações não Governamentais). Trata-se de um conjunto formado majoritariamente por organizações pequenas, com graus diversos de profissionalização de seus ativistas, que atuam no campo de *advocacy*, intervenção social e pesquisa aplicada. Elas se caracterizam pela fragmentação em uma miríade de organizações autônomas, que dão voz às mais diversas causas, geralmente associadas aos direitos humanos, ao meio ambiente e a novos grupos identitários.⁸ A legitimidade das ONGs se sustenta no valor intrínseco dos valores que defendem, e não na delegação de um público determinado.

A sociedade civil nos tempos de Internet

Vivemos, na atualidade, uma transformação na qual as organizações tradicionais – tanto as representativas como as não representativas – perdem cada vez mais espaço para uma nova sociedade civil localizada no cyber-espaço. Esta sociedade civil virtual inclui todo tipo de “comunidades”, com formatos adaptados a várias plataformas de comunicação. Nelas, a produção e retransmissão de mensagens são a principal forma de ativismo. Fazem parte desta galáxia novos formadores de opinião pública, os *influencers*, assim como profissionais da comunicação. Esses personagens colonizam o espaço público virtual, não raro encobertos pelo anonimato, e a serviço dos mais variados grupos políticos com existência *off-line*.⁹

O espaço de comunicação *on-line* não é simples canal de expressão de mal-estares presentes da realidade *off-line*. Por características próprias, ele favorece a apropriação dessas insatisfações em um discurso que mobiliza emoções no lugar de argumentos, provoca a dessensibilização em relação ao outro, e dissemina mensagens sensacionalistas, associadas muitas vezes às *fake news*, que se acobertam

8. A vida política sempre se dá em torno da formação de identidades. Nos referimos aqui, em particular, a grupos associados a temas raciais, étnicos e de sexo e gênero.

9. Ver Sorj, B., “Introdução: Online/off-line: o novo tecido do ativismo político”, em Bernardo Sorj e Sergio Fausto, *Ativismo político em tempos de Internet*. São Paulo: Plataforma Democrática, 2016. http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Ativismo_pol%C3%ADtico_em_tempos_de_internet.pdf

no anonimato.¹⁰ O impacto das notícias falsas vai muito além do pontual e o efeito isolado de cada uma delas. Elas são parte de uma estratégia discursiva elaborada por profissionais da comunicação virtual.

As implicações avassaladoras das redes estão associadas à sua arquitetura. Notícias sensacionalistas, exageradas ou negativas sempre atraíram a atenção das pessoas. Na sociedade democrática de massas, antes do advento das mídias sociais, o jornalismo profissional funcionava como filtro, limitando a difusão deste tipo de conteúdo. Nesse filtro, estavam presentes a possibilidade de punição legal dos autores, a ética profissional e o prestígio do veículo. Os algoritmos potencializam exponencialmente esse tipo de mensagem, que são retransmitidas automaticamente para usuários que teriam afinidade com o conteúdo, levando à viralização. Interessa às redes sociais que o maior número de usuários utilize o maior número de vezes suas plataformas. A divulgação de *fake news*, é, em boa medida, uma “externalidade negativa” de uma lógica comercial cujo preço é pago pela sociedade.

A internet teve impacto limitado na sociedade civil presencial progressista. No caso das organizações representativas da sociedade civil tradicional, ela se concentrou na relação com seus associados. As ONGs, em geral, não foram particularmente eficazes em navegar neste novo meio. Em paralelo, surgiram do lado progressista novos usos da internet como forma de mobilização em torno de causas, a exemplo do que fazem Avaaz ou change.org (ferramentas do que os críticos chamam de clickativismo), plataformas que verificam a veracidade de notícias ou que mobilizam pessoas para participar de manifestações.¹¹ Entre as explicações possíveis para as dificuldades encontradas por este setor da sociedade civil, além de sua fragmentação, se encontra o predomínio

10. Cf. Bernardo Sorj et al., *Sobrevivendo nas Redes – Guia do Cidadão*, São Paulo: Plataforma Democrática, 2018. Disponível em http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Sobrevivendo_nas_redes.pdf

11. Sobre as novas formas das organizações da sociedade civil de utilizar o espaço virtual ver Bernardo Sorj e Sergio Fausto, *Ativismo político em tempos de Internet*. São Paulo: Plataforma Democrática, 2016. http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Ativismo_pol%C3%ADtico_em_tempos_de_internet.pdf

de um estilo argumentativo intelectualizado e de escrúpulos morais que não são característicos da comunicação nas redes. Limitações, essas, que não estão presentes na sociedade civil antidemocrática.

Enfrentamos uma nova realidade. A sociedade civil que surgiu com a internet é muito diferente das organizações sobre as quais se concentrou a bibliografia até aqui. A nova sociedade civil não é transparente nem possui estruturas organizacionais fixas e estáveis. Circula na comunicação da internet – em particular nas redes sociais – nas quais as fronteiras entre o espaço privado e público são embaçadas, e está colonizada tanto pelas grandes plataformas e seus algoritmos invisíveis, como pelos mais diversos atores que agem de forma anônima.

Nesse novo contexto, o próprio conceito de sociedade civil exige uma revisão conceitual. É possível mesmo argumentar que a sociedade civil deixou de existir, pelo menos na acepção que foi dominante até fins do século passado. Vivemos em um período de transição, no qual a sociedade civil “tradicional” convive com um novo espaço de comunicação pública.

A sociedade civil virtual antidemocrática

Nas últimas décadas, uma série de transformações sociais levaram ao aumento do mal-estar social. A expansão dos bens oferecidos pela sociedade de consumo de massa criou expectativas inatingíveis para a maioria da população; o estabelecimento de uma cultura individualista-igualitária e anti-hierárquica; o aumento da desigualdade social; transformações do mercado de trabalho que fragilizaram os sindicatos e produziram insegurança de emprego; baixa mobilidade social ascendente; e insegurança da classe média e de grupos de assalariados. Este conjunto de fatores, associado às transformações no campo dos valores, levou à perda de confiança na capacidade dos partidos políticos tradicionais e seus governos de responderem aos sentimentos de mal-estar social.¹²

12. Analisamos estas transformações em Bernardo Sorj. Em que mundo vivemos? São Paulo: Plataforma Democrática, 2020. Disponível em http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Em_Que_Mundo_Vivemos.pdf

O formato da comunicação virtual possibilita a propagação de mensagens que mobilizam preconceitos, atingindo públicos previamente segmentados em bancos de dados, segundo as suas afinidades. Cria-se um ambiente que favorece a eliminação das normas de civilidade, bem como a possibilidade de argumentação racional, induzindo a formação de “bolhas”, que são bombardeadas constantemente por doses tóxicas de mensagens direcionadas, cujo propósito é alimentar preconceitos e manter a coesão do grupo em torno do ódio a um inimigo construído.

A comunicação no espaço público virtual, em contraposição ao contato presencial, dessensibiliza e facilita a incivilidade, alimentando uma polarização destrutiva, que empurra as pessoas a optarem por um dos polos. O espaço virtual se transformou, assim, em uma plataforma privilegiada de atuação de grupos antidemocráticos. Por meio de um esforço constante de polarização da sociedade, a extrema direita em particular teve enorme sucesso em fundar mal-estares difusos, a ponto de atrair uma parte da população anteriormente indiferente a temas políticos.

Os ataques destes grupos se concentram em indivíduos e não nas instituições. A desmoralização da democracia é indireta – ela estaria dominada por indivíduos corruptos, desonestos e a serviço de interesses e conspirações, que desejam destruir a nação. A intenção de abolir as instituições democráticas geralmente não é declarada abertamente.¹³

Por trás das variações de atuação em cada país, o elemento unificador da extrema direita é uma mistura de nacionalismo – cuja argamassa é o ódio contra os inimigos da “pátria” – com valores religiosos associados à família tradicional e à sexualidade. A presença de componentes discursivos religiosos é maior na extrema direita de países como os Estados Unidos, Turquia, Brasil, Espanha, Índia, Itália, Polônia e Hungria, mas também existe em países onde eles são menos explícitos, como na França, Holanda e Alemanha. Nesses casos, a religião aparece pelo avesso, como na islamofobia.

13. Em certos casos, como na Hungria, é explicitado que se trata de promover uma “democracia iliberal”.

Essa mistura permite aglutinar diversos setores sociais, desde grupos religiosos que identificam a “pátria” com os valores tradicionais em torno da família e da sexualidade até grupos explicitamente fascistas e racistas, passando por grupos seculares que sentem que as transformações sociais os levaram a perder poder e prestígio.

Um outro componente da narrativa da extrema direita é o ataque às “elites”. A ampliação do acesso à informação no vasto e pouco regulado mundo da Internet impulsiona o questionamento dos saberes estabelecidos em um bombardeio pela procura “opiniões” de *fake news* que se transformam em fonte de “informação”, levando ao anti-intelectualismo e à desvalorização do raciocínio e do debate fundamentado. O avanço da inteligência artificial promete potencializar ainda mais a delegação da reflexão autônoma, reforça os vieses na construção de mapas cognitivos levando à criação de “universos alternativos”.

A extrema direita se apropriou e exacerbou a desconfiança frente às elites tradicionais, seja no campo político, do conhecimento ou do jornalismo. Este ataque tem como substrato os mal-estares dos indivíduos e opera em uma sociedade em que predomina uma cultura individualista e igualitária, na qual se perdeu a confiança no “progresso” e nas elites tradicionais, que eram suas principais fiadoras.

No novo espaço público virtual, os grupos especializados na produção de conhecimento (os cientistas), de informação (os jornalistas profissionais), e os políticos tradicionais – descritos como corruptos e/ou “as elites” – se transformaram nos alvos preferidos de grupos autoritários de direita, denunciados por estarem supostamente a serviço de interesses inconfessáveis, e das mais diversas conspirações.¹⁴ A capacidade de mobilização e ativismo de grupos de extrema direita confirma os precedentes históricos sobre o potencial do discurso do ódio para criar comunidades de sentido.

14. Cf. Bernardo Sorj. “Teorias conspiratórias e democracia”, *Journal of Democracy em Português*, Volume 11, Número 1, Junho de 2022. Disponível em <https://www.plataformademocratica.org/Arquivos/mai-22/TeoriasConspiratoriaseDemocracia.pdf>

A apropriação do nacionalismo

Nacionalismo é um conceito polissêmico. Para os fins deste texto, nos concentraremos na análise dos modos pelos quais ele é apropriado pelo discurso político. Antes, é importante lembrar de que o conceito se refere a uma experiência concreta e a um sentimento real de pertencimento com sólidos alicerces na vida dos indivíduos. Ser parte de uma nação é um componente central da identidade das pessoas nas sociedades contemporâneas. Além dos direitos e deveres decorrentes da condição de cidadão de um Estado-nacional, ser parte de uma nação inclui compartilhamento de uma língua e códigos de convivência, gostos gastronômicos e artísticos, e, sobretudo, o sentimento de pertencer a uma comunidade de destino, sentimento que se reforça em situações de alta intensidade emocional (por exemplo, em tragédias ou calamidades coletivas, guerras ou vitórias esportivas).¹⁵

Certamente existe no interior da nação uma enorme diversidade social. A “comunidade de destino” varia a depender da inserção socioeconômica e/ou no sistema de poder, da raça ou da religião do cidadão. Ainda assim, a nação se assenta numa comunidade de destino porque os contextos cotidianos dos diferentes grupos são interdependentes, em grau comparativamente maior do que a interdependência com contextos externos à nação. As fronteiras nacionais são ainda tanto o espaço em que se reproduzem as desigualdades e diversas formas de opressão, como o campo político e cultural no qual elas podem ser combatidas. A nação é o principal espaço de convivência política, que permite aos indivíduos exercer sua agência, projetando suas esperanças e ideais de nação desejável.

Todos os discursos dos partidos políticos democráticos possuem um componente nacionalista, isto é, se apresentam como representantes e defensores do bem-estar do conjunto da nação. O ideal de nação entranha uma tensão com a convivência democrática:

15. Cf. Bernardo Sorj, *Identities e crise das democracias*, São Paulo: Plataforma Democrática, 2022, http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Identities_e_Crise_das_Democracias.pdf

ele se pensa como bom para todos enquanto a democracia supõe dissenso e pluralismo.

O nacionalismo entra em colisão com a democracia quando um modelo ideal de nação se apresenta como o único legítimo, se propondo a excluir/eliminar os outros como inimigos da pátria. Isto pode se dar pela exacerbação do confronto com um "inimigo" construído, externo e/ou interno. Nessa derivação, o nacionalismo nega a diversidade de ideais de nação e a divide entre amigos e inimigos, patriotas e não patriotas. É o que ocorreu, por exemplo, durante os anos do Macarthismo nos Estados Unidos ou sob os regimes totalitários, a exemplo da União Soviética, e ainda ocorre, como em Cuba. A divisão amigo-inimigo pode adquirir bases étnicas e/ou raciais, além de ideológicas, pela exaltação da superioridade da raça e/ou etnia pura, sejam os arianos, no caso do nazismo, ou os anglo-saxões, no caso do supremacismo branco nos Estados Unidos.

O nacionalismo xenofóbico produz uma sensação de empoderamento e união frente ao inimigo comum. Ele é transformado em válvula de escape para os mal-estares sociais, pela culpabilização e responsabilização de pessoas/grupos/ideias por todos os problemas do país. Como mecanismo de coesão de diversos grupos, ele não é de uso exclusivo da extrema direita. O nacionalismo como ideologia política, seja de direita ou de certos setores de esquerda, possui afinidades com o conservadorismo cultural. Ambos tendem a uma idealização do passado ou das "raízes", à desconfiança frente a "influências culturais estrangeiras", e a uma visão da nação (a "autêntica", seja constituída pela religião ou pelo "povo") como um conjunto cultural homogêneo. Portanto, não deveria surpreender que na América Latina alguns governos e líderes autointitulados de esquerda, caudatários de uma tradição nacionalista, apoiem agendas críticas do feminismo e de movimentos identitários.

Sociedade civil e partidos políticos

Na raiz da crise contemporânea das democracias liberais se encontra a perda de legitimidade dos partidos políticos tradicionais – sejam de direita ou esquerda. Seria unilateral explicar a deterioração da capacidade de representação dos partidos pelo fortalecimento da sociedade civil, mas nem por isso deixam de ser fenômenos interdependentes.

O discurso dominante da sociedade civil, seja progressista ou reacionária, se estrutura em torno de uma narrativa denunciadora e de vitimização. No caso da extrema direita, a culpa pelos males do país recai sobretudo sobre membros das “elites”, que conspiram contra os interesses e vitimizam o cidadão comum. Na sociedade civil progressista, a denúncia vem articulada em narrativas mais abstratas, que atribuem a culpa à formação histórica e a sistemas de dominação prevalentes no país, dos quais são vítimas grupos sociais politicamente subalternos, em razão de renda, raça, gênero e/ou religião. Apesar das diferenças profundas entre eles, ambos os discursos compartilham a noção de vitimização e a visão de que a política é um embate entre conjuntos antagônicos de valores morais absolutos.

O papel da sociedade civil como geradora de “causas” permitiu renovar narrativas de partidos tanto de esquerda como de direita. Os partidos de esquerda tenderam a se transformar em alianças nas quais convivem as mais diversas causas. Para os partidos de direita tradicional, as dinâmicas foram muitas vezes mais radicais. A direita tradicional encampava agendas conservadoras, em particular o tema da família, mas fundamentalmente seu discurso político era centrado em argumentos de racionalidade econômica. A mudança de foco para temas moralistas, muitas vezes atrelados a símbolos religiosos, levou ao abandono de valores da tradição liberal e, em parte, dos interesses econômicos a ela associada, como o livre comércio e a abertura à imigração, além da defesa das instituições que asseguram o Estado de direito e a separação entre os poderes.

A formulação de agendas da sociedade civil se dá em termos de propostas ideais, que não consideram a diversidade de correntes

de opinião pública que atravessam a sociedade. A sociedade civil não opera segundo uma lógica partidária, menos ainda voltada ao exercício do poder político. Quando as forças progressistas da sociedade civil passam a substituir os partidos políticos, podem se criar situações como a que se deu na Assembleia Constituinte no Chile, eleita em 2021 para elaborar uma nova Constituição. Nela, cada grupo da sociedade civil buscou e em boa medida conseguiu imprimir suas demandas específicas no texto constitucional em elaboração. O resultado final foi um projeto de Constituição distante da visão de nação apoiada pela maioria dos chilenos, que por isso acabou rejeitada por larga margem em um plebiscito.

Outro exemplo é o da agenda ambientalista, que por vezes não explicita as consequências socioeconômicas de sua implantação e o conflito distributivo que ela implica. A revolta dos “coletes amarelos” na França, por exemplo, teve como fator deflagrador uma proposta de aumento de imposto progressivo sobre produtos energéticos emissores de carbono, que afetava os setores pobres da população. A proteção do meio ambiente não pode ser dissociada do conflito distributivo, e, portanto, sua implementação exige uma ampla negociação social.

Uma das funções dos partidos e da vida parlamentar foi, e continua sendo, o de amortecer, desradicalizar e negociar as demandas das organizações da sociedade civil de forma que sejam palatáveis para grandes setores da opinião pública. O sistema partidário e o sistema parlamentar exercem um papel fundamental para que as demandas da sociedade civil, apresentadas como princípios morais absolutos, possam ser negociadas e reelaboradas.

Sociedade civil e nação

Uma característica comum das causas defendidas por grupos progressistas nas últimas décadas, e veiculadas pelas ONGs, é que suas agendas são derivadas de agendas universais associadas aos direitos humanos e ao meio ambiente. A possibilidade de que as causas defendidas por ONGs progressistas possam ser apresentadas como

expressão de elites cosmopolitas e suas ideologias “globalistas” é facilitada pelo fato de que suas narrativas promovem comunidades de sentido identificadas com causas supra e subnacionais em nome de direitos universais.

Todos os grupos da sociedade civil que defendem causas progressistas ou reacionárias representam grupos minoritários, com um alto nível de engajamento na vida política e com uma visão elaborada de seus objetivos. Isto é, são parte das elites, ou se projetam como novas elites.

Argumentar, de forma pejorativa, que a sociedade civil progressista é cosmopolita, é obviamente algo sem sentido, pois nenhuma ideologia política contemporânea é autóctone. Seja o socialismo ou o liberalismo, o conservadorismo religioso ou o fascismo, a demanda de direitos de povos indígenas ou a afirmação de identidades raciais, são produtos da constante circulação de ideias entre os mais diversos países. O mesmo vale para o nacionalismo. Ainda mais na atualidade, quando, paradoxalmente, o nacionalismo xenófobo se sustenta numa verdadeira “internacional nacionalista de extrema direita”.¹⁶

Por outro lado, ao concentrar suas demandas na denúncia dos fundamentos machistas, racistas e na exploração, interna e/ou colonial, os movimentos sociais e as ONGs são levadas por vezes a ignorar a relevância da nação. A denúncia sistemática do passado tem como resultado não somente a desconstrução das narrativas nacionais, mas também a supressão de qualquer traço positivo do processo da formação nacional. Como mostra Martuccelli no seu texto neste livro, a denúncia contra o racismo inerente à “ideologia da mestiçagem” parece não apenas desconhecer a extensão e profundidade da mestiçagem na demo-

16. Ver Guilherme Casarões, “O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder”. *Journal of Democracy em Português*, Volume 11, Número 2, Novembro de 2022. Disponível em http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/nov-22/O_movimento_bolsonarista_e_a_americanizacao_da_politica_brasileira_causas_e_consequencias_da_extrema_direita_no_poder.pdf

grafia latino-americana, mas também minimizar a importância de sua valorização nos processos de ampliação da cidadania na América Latina. Da mesma maneira, a denúncia contra a persistência da herança colonial nas sociedades contemporâneas da região desconsidera não apenas os avanços, ainda que insuficientes, na expansão dos direitos sociais, mas também na disseminação de valores democráticos sem os quais a visão crítica sobre o passado sequer teria condições de se expressar.

A atitude negativa em relação ao passado dos grupos progressistas encontra sua contraparte, obviamente a partir de valores opostos, na reconstrução da história nacional realizada pela direita reacionária. Nela o passado é idealizado, ignorando tudo que nele foi errado, injusto e opressor, com vistas a bloquear os esforços para superar essa herança.

A erosão das fronteiras entre as esferas de poder

O processo de erosão de fronteiras entre a sociedade civil e o sistema político forma parte de um fenômeno social mais amplo, de fragilização e decomposição das fronteiras entre as diferentes esferas de poder e subsistemas sociais. A separação entre esferas de poder (só para mencionar as mais importantes: econômica, cultural, política, científica e jurídica) nunca foi absoluta. A capacidade, por exemplo, do poder econômico de influenciar outras esferas – como a política ou a legal – sempre esteve presente, lembrando que a característica das ditaduras é a centralização do poder no Executivo e a eliminação de qualquer outro centro autônomo em relação a ele.

Essa separação, portanto, sempre teve um duplo caráter, real e ilusório. Real porque em boa medida era efetiva em manter a autonomia das diferentes esferas. Ilusório porque a autonomia nunca era completa. De toda forma, ela se constituía como um horizonte da democracia desejável, ideal que legitimava as críticas quando as fronteiras não eram respeitadas.

O que mudou? Entre as principais causas, que atuam de forma complementar, podemos indicar: a) a crescente disponibilidade de in-

formação sobre o tráfico de influência entre esferas de poder, algo que sempre existiu, mas ficou mais transparente e abundante; b) o aumento das expectativas igualitárias junto à perda da aura das elites tradicionais mencionada anteriormente; c) a capacidade de grupos políticos de extrema direita, mas também de esquerda, de enfatizar o componente ilusório da separação entre as esferas de poder para deslegitimar o regime democrático.

A erosão das fronteiras entre a sociedade civil e política reflete, assim, processos mais amplos e que se orientam na mesma direção nas mais diversas esferas. Entre eles pode-se indicar: a crescente judicialização dos conflitos políticos com a consequente politização do sistema judiciário; a perda de influência dos órgãos tradicionais de imprensa com o surgimento de um ecossistema de informação anônimo e não responsável pela veracidade do material veiculado; o surgimento de novos poderes: os donos dos algoritmos, que atuam nas mais diversas áreas do mundo virtual; e, finalmente, as fronteiras dos Estados nacionais perderam nitidez com o surgimento de um ciberespaço globalizado.

Inclusive o microcosmos das ciências sociais, pelo menos parte dela, sofre processo similar. Ele se transformou numa extensão das causas da sociedade civil, em alguma medida abandonando os cânones da produção científica. O quanto a sociedade civil influenciou a academia e o quanto a academia influenciou a sociedade civil é um tema em aberto, mas certamente se trata de um caminho de duas mãos. O resultado foi que certa produção acadêmica passou a substituir o árduo esforço de produção científica de explicações da dinâmica social pela denúncia moral, na qual a relevância do texto passou a depender da legitimidade de quem o escreveu, e seu valor é medido pelo peso da denúncia moral, e não de seu valor analítico e/ou empírico.¹⁷

17. O que não significa, obviamente, que a experiência das pessoas não seja um material empírico legítimo para compreender a vida social, como mostra, em particular, a tradição etnológica. Igualmente não implica em supor que as ciências sociais sejam normativamente neutras, mas sim supõe uma postura metodológica fundada em argumentos que podem ser refutados tanto pelo seu valor analítico e/ou empírico. Tampouco se trata de afirmar um privilégio particular que as ciências sociais possuam em relação a expandir nossa capacidade de compreensão da vida social. A literatura, o

Mundo virtual, espaço público e o futuro da sociedade civil

Introduzimos o tópico da erosão das fronteiras entre as esferas de poder não por uma pretensão erudita, mas porque ele nos leva a um tema central: qual é o futuro da sociedade civil? Ou, colocado de forma diferente, que desafios e transformações a sociedade civil deverá enfrentar para se adequar aos novos tempos?

Se retornamos ao início de nosso argumento – no qual definimos a sociedade civil como as formas organizadas de participação na vida pública localizadas fora do sistema político-estatal e do mercado – e se não podemos deixar de reconhecer que a comunicação virtual se transformou em parte integral e central do discurso público, nos confrontamos com a realidade de que as condições de existência da sociedade civil mudaram drasticamente.

As redes sociais retiraram consistência da noção de “formas organizadas”, transformando os usuários, grupos de amigos, famílias, sites e blogs numa “sociedade civil ampliada”, que confunde o espaço público e o privado. A formação de bolhas, câmaras de eco e uma polarização destrutiva – que, por sua vez, reforça os efeitos deletérios sobre o espaço público –, minam as bases de atuação da sociedade civil.

Por mais distorções no mundo real que o espaço público possa ter tido no passado, ele ainda se projetava como *ágora*, como o lugar onde se apresentavam, discutiam e eram argumentadas posições diferentes relativas ao bem comum. Como indicamos anteriormente, a comunicação virtual dificulta, quando não impossibilita, a elaboração de ideias e o debate argumentado, favorecendo a difusão de *fake news*, incluindo “participantes” inventados (como *bots* ou perfis falsos) por manipuladores da opinião pública. A pergunta que se coloca é

jornalismo e as artes, são igualmente, e por vezes mais, relevantes. O que está em jogo é respeitar as possibilidades e os limites das ciências sociais, no lugar de as transformar em apêndices de causas políticas.

se faz sentido falar de um espaço público virtual ou se na realidade se trata, pelo menos em grande medida, de um oxímoro.

Vivemos uma situação aparentemente paradoxal. Por um lado, a sociedade se torna mais heterogênea e se fragmenta nos mais diversos grupos e bolhas sociais, cada um com demandas de direitos e interesses específicos, levando a uma fragmentação do sistema político-partidário. Por outro lado, as sociedades tendem a se polarizar em campos políticos opostos antagônicos, com narrativas políticas que demonizam o lado contrário.

Trata-se de uma lógica que se expressa na subjetividade das pessoas, em um movimento pendular que se retroalimenta. Por um lado, a exigência de individualização, que inclui tanto a tomada constante de decisões no mundo do trabalho e negociar as relações na vida amorosa e familiar, como uma cultura de mensagens curtas e de *selfies* ao serviço de um universo narcisista. Por outro lado, a procura de um sentimento, de ordem e sentido, de ser parte de comunidades nas quais as demandas sobre o indivíduo se dissipam na comunhão, por exemplo, de um culto religioso, de uma torcida de futebol, de uma comunidade virtual, ou do ódio contra um inimigo político.

O efeito destas transformações sobre o futuro da sociedade civil deve ser inserido em uma reflexão mais ampla sobre o futuro das sociedades democráticas. As dificuldades colocadas à governabilidade pela fragmentação social – a perda de confiança na capacidade das instituições democráticas, em particular do sistema partidário – terminam remetendo amplos setores da população a narrativas simplórias e maniqueístas, que se sustentam na culpabilização do outro e alimentam a participação em comunidades fechadas de sentido.

Sociedade civil e Democracia

Como as sociedades democráticas resolverão os impasses pelas quais estão passando é uma pergunta cuja resposta está em aberto. A curto prazo, a situação de polarização política destrutiva na qual nos

encontramos abre a possibilidade da sociedade civil de ter um papel novo, como a promoção do diálogo com os grupos religiosos ou a ressignificação do nacionalismo. Papel similar, desde o lugar particular que lhe corresponde, pode ser ocupado pela vida acadêmica.

Procurar refazer as fronteiras entre os subsistemas sociais – sabendo que não há como ser um simples um retorno ao passado – não poderá estar dissociado das respostas a serem dadas aos problemas do mundo presencial, em particular os relacionados a assegurar condições de vida material e a um horizonte de esperança a ser construído coletivamente. Possivelmente exigirá novas formas de participação, valorizando a participação cidadã, como conselhos setoriais e audiências públicas, que não devem ser confundidas com certas propostas de “democracia participativa”, caracterizada por formas plebiscitárias, onde líderes políticos mobilizam setores da população, nas ruas ou em assembleias fechadas, para contornar o sistema representativo e o poder judiciário.

O sentimento de alienação perante o sistema político abre as portas para discursos nacionalistas que transmitem uma sensação de empoderamento e de ser parte de uma comunidade de sentido, transmitidos pela fidelidade cega ao líder. Reconstruir o sentimento de cidadania que dota ao indivíduo poder de agência e de ser parte de uma comunidade política nacional democrática, apesar das dificuldades de criar novas formas de participação, passou a ser uma tarefa incontornável. A apatia política é o primeiro passo para respostas autoritárias.

Reconstituir o tecido democrático passa pelo reconhecimento de que os problemas da governabilidade democrática e dos valores que a sustentam superam em muito o tema da polarização política. Mais ainda, a polarização destrutiva, intencionalmente ou não, funciona como uma cortina de fumaça para um debate que se faz necessário sobre os novos problemas que estão cada vez mais presentes no horizonte de todas as sociedades. Como enfrentar as mudanças do mundo do trabalho causada pelas transformações tecnológicas? Como distribuir os custos da transição energética entre os diferentes setores da sociedade e do sistema internacional? Como regular o uso

das novas tecnologias da informação e o poder que ela concentra nas mãos do Estado e das empresas? Quem assume a responsabilidade por tragédias produzidas por decisões tomadas pela inteligência artificial? Que limites devem ser impostos aos sistemas públicos de saúde em relação ao uso de novos medicamentos com custos extravagantes? Em todos eles, a sociedade civil e o mundo acadêmico têm muito a oferecer.

Certamente, em países como o Brasil, alguns fundamentos básicos da vida democrática continuam mal resolvidos, como a inexistência de um sistema de lei e ordem que funcione e seja aplicado por igual a todos os cidadãos, do acesso a bens sociais básicos – de saúde, educação e renda mínima – que gerem o sentimento de igualdade e participação no bem comum, e a existência de partidos políticos fisiológicos cuja única agenda é se apropriar de recursos públicos.

Nossa sociedade convive com a presença simultânea do impacto da desigualdade social nas condições básicas de vida – na renda e emprego, no acesso ao saneamento básico e a um sistema educacional de qualidade mínima –, dos desafios colocados pelas novas tecnologias, e da crise ambiental. A diversidade de temas a serem enfrentados dificulta a criação de consensos majoritários e fragmenta ainda mais as causas defendidas pelas organizações da sociedade civil.

Se o primeiro passo é a capacidade de recuperar o espaço público como campo de debate de ideias, é importante lembrar que, muitas vezes, a intolerância com aqueles que pensam diferente não é o monopólio da extrema direita, estando também presente em posturas ditas “politicamente corretas”. Não que um polo explique ou, menos ainda, justifique o outro, mas de alguma forma ambos retroalimentam uma visão na qual a história da nação deixa de ser um processo longo de construção da comunidade nacional, com seus percalços, mas também com avanços sustentados em valores democráticos.

Nacionalismo e sociedade civil

Como indicamos, nas últimas décadas a sociedade civil se concentrou em agendas com características supra e/ou subnacionais. Brasil e América Latina se distanciaram assim de um período anterior, no qual a luta pela democracia fazia coincidir, de fato, a agenda da nação desejável com os valores democráticos.

A relação entre nacionalismo e sociedade civil progressista (SCP) nos coloca duas perguntas, relacionadas, porém diferentes. A primeira é, deve a SCP integrar o tema da nação e do nacionalismo na sua agenda? A segunda, em caso de uma resposta afirmativa: como fazê-lo?

Obviamente não existe uma resposta unívoca à primeira pergunta. Pode-se argumentar que o nacionalismo forma parte de uma narrativa mistificadora que apresenta a nação como uma unidade, encobrendo as diferentes formas de opressão. Outra linha de argumentação, na mesma direção, é que os problemas que enfrentamos são globais e, portanto, os problemas nacionais devem ser enfocados desde uma perspectiva mais ampla que a nação.

O argumento a favor de se relacionar ao tema nacional igualmente apresenta duas linhas de argumentação possível. A primeira é que o nacionalismo é uma força simbólica importante demais para ser deixado em mãos de grupos conservadores e/ou reacionários. A segunda é que a fragmentação de causas progressistas leva ao isolamento, lutas sectárias, e dificulta a formação de visões políticas criadoras de consenso e, portanto, capazes de atingir amplos setores da opinião pública.

Não se trata, e nem nos cabe, formular propostas específicas para as mais diversas causas englobadas no arco da SCP. Entendemos que o nacionalismo é importante demais para ser abandonado e deixado em mãos de narrativas autoritárias. O primeiro passo é desenvolver uma visão nacionalista democrática, isto é, entrosar valores democráticos com uma visão de nação. O que implica integrar o nacionalismo com valores que sustentam as instituições e a convivência democrá-

tica. Uma visão do país que reconheça tanto os enormes problemas que nos distanciam do ideal, como os passos igualmente enormes que foram dados nessa direção. Assim dizendo, enraizar o país desejável na história e na realidade contemporânea, na vivência das pessoas, e sobretudo nos desejos de participar de uma comunidade nacional que anseia por um país melhor.



FUNDAÇÃO

FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO